





**AQUIDAUANA:  
A BAIONETA, A TOGA E A UTOPIA  
NOS ENTREMEIOS DE UMA  
PRETENZA REVOLUÇÃO**



**Eudes Fernando Leite**

**AQUIDAUANA:  
A BAIONETA, A TOGA E A UTOPIA  
NOS ENTREMEIOS DE UMA  
PRETENZA REVOLUÇÃO**

Editora UFGD  
DOURADOS-MS, 2009

Universidade Federal da Grande Dourados

**Reitor:** Damião Duque de Farias

**Vice-Reitor:** Wedson Desidério Fernandes

## **COED**

**Coordenador Editorial da UFGD:** Edvaldo Cesar Moretti

**Técnico de Apoio:** Givaldo Ramos da Silva Filho

## **Conselho Editorial da UFGD**

Adáuto de Oliveira Souza

Lisandra Pereira Lamoso

Reinaldo dos Santos

Rita de Cássia Pacheco Limberti

Wedson Desidério Fernandes

Fábio Edir dos Santos Costa

## **Capa**

Editora da UFGD

Crédito das Imagens: José Antônio Fernandes e Eudes Fernando Leite

Criação e Design: Alex Sandro Junior de Oliveira

### Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD

981.71      Leite, Eudes Fernando  
L533a      Aquidauana : a baioneta, a toga e a utopia, nos entremeios de  
uma pretensa revolução . / Eudes Fernando Leite. – Dourados, MS :  
Editora da UFGD, 2009.

106p.

Originalmente apresentada como dissertação ao Programa de  
Pós-Graduação em História e Sociedade da UNESP, Campus de  
Assis.

ISBN 978-85-61228-28-6

1. Golpe militar, 1964 - Brasil – História. 2. Brasil – Política  
e Governo, 1964. 3. Aquidauana, MS – História. 4. Perseguição  
política. I. Título.

Direitos reservados à  
Editora da Universidade Federal da Grande Dourados  
Rua João Rosa Goes, 1761  
Vila Progresso – Caixa Postal 322  
CEP – 79825-070 Dourados-MS  
Fone: (67) 3411-3622  
[edufgd@ufgd.edu.br](mailto:edufgd@ufgd.edu.br)  
[www.ufgd.edu.br](http://www.ufgd.edu.br)





# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 - HISTÓRIA E HISTÓRIA ORAL</b> .....	17
1.1 - A História Oral e suas possibilidades .....	17
1.2 - História Oral e Memória.....	18
1.3 - História e Memória.....	20
1.4 - A narração da Memória.....	24
<b>2 - AQUIDAUANA - ENTRE A REALIDADE E A UTOPIA</b>	31
2.1 - Aquidauana e a Utopia Comunista .....	31
<b>3 - A CIDADE, OS CORONÉIS E A EMERGÊNCIA POLÍTICA DA ESQUERDA</b> .....	41
3.1 - Aquidauana e sua formação.....	41
3.2 - Aquidauana e seus donos.....	45
3.3 - A Esquerda e os Coronéis .....	50
<b>4 - ESQUERDA E DIREITA - OS CONFRONTOS E AS IDÉIAS</b> .....	53
4.1 - A Esquerda e as Associações Sindicais na Ótica da Repressão....	53
4.2 - Esquerda e Direita em Aquidauana na Conjuntura Pré-64 .....	59
4.3 - Mentalidades quase comunistas.....	66
<b>5 - O DISCURSO DA REVOLUÇÃO E SUAS PRÁTICAS..</b>	69
5.1 - Ascensão ao poder .....	69
5.2 - O poder do discurso.....	73
5.3 - Prisões e os IPMs em Aquidauana.....	74
5.4 - Da baioneta à toga: a Justiça em Aquidauana.....	84
<b>CONCLUSÃO</b> .....	95
<b>LISTA DE FONTES</b> .....	97

<b>ANEXOS.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>101</b>

## **LISTA DE QUADROS**

1- Quadro comparativo de rebanhos (Bovinos e eqüinos) em 1961 .....	49
2- Quadro de Atividades, estabelecimentos & áreas ocupadas em Aquidauana (1960).....	49

## **LISTA DE ANEXOS**

Indiciados em IPMs e Justiça Civil - 1964 .....	98
Principais Testemunhas dos IPMs e Justiça Civil - 1964.....	99
Indicados e Testemunhas nos IPMs e Justiça Civil - 1964 .....	100



## INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de pesquisa que pretende estabelecer compreensão sobre o Golpe Militar de 31 de março de 1964 em uma cidade interiorana, Aquidauana, então estado de Mato Grosso. Seu foco de atenção volta-se para questões da Repressão e da Utopia Comunista em 1964. Em Aquidauana, pode-se estudar esses aspectos presentes no acontecimento de 1964, considerando ser a cidade localizada em região próxima à fronteira Brasil/Paraguai e com passado histórico que se refletiu nas questões do golpe.

Para a construção dessa interpretação, lancei mão de fontes escritas e orais. Entendo que tanto a escrita quanto a oralidade têm características próprias que merecem atenção especial do pesquisador em seu ofício.

O primeiro capítulo privilegia a discussão sobre a História Oral e a Memória, tendo em vista que o trabalho se utiliza de fontes orais. Nesse capítulo procurei demonstrar a importância da metodologia da História Oral para o historiador e para pesquisadores de outros ramos do saber. Desenvolvi uma análise dos depoimentos coletados por meio da História Oral e da Memória. Categoria importante para o historiador que trabalha com elementos das mentalidades, a Memória é analisada como depositária de uma experiência passada, que, ao ser verbalizada, expressa uma versão do passado. A verbalização, por sua vez, dá margem a uma rápida passagem sobre a questão do narrador. Este tem importância para o historiador, especialmente quando se trabalha com depoimentos orais que podem ser tomados como narrativa de uma experiência.

O segundo capítulo traz discussão sobre a utopia em Aquidauana, elemento presente na conjuntura pré-1964. A utopia merece destaque, pois é inspiradora de ações políticas de esquerda em Aquidauana, por parte dos militantes de esquerda, para concretização de ideais políticos, sociais e econômicos.

A análise realizada acerca da utopia identifica-se como contemporânea de 1964. A importância é percebida na medida em que ela se manifesta como componente de uma estrutura mental, identificada nos líderes de esquerda em Aquidauana. Fruto de aspirações e insatisfações, a utopia é avaliada como importante força nas ações políticas dos grupos de oposição ao regime militar.

No terceiro capítulo do trabalho apresento a cidade de Aquidauana, o palco do estudo, a partir de breve histórico. Nessa parte mostrei em que contexto surge a cidade, sua origem, as características que acabam

influindo nos fatos ali ocorridos em 1964. Nascida sob o “signo do boi”, Aquidauana cresceu sob a influência oligárquica, fato que veio compor o evento, uma vez que mostra o quanto as forças políticas do início do século XX tinham poder naquela cidade nos anos 1960.

Por meio da história de Aquidauana, o leitor poderá perceber que a utopia e a Repressão estiveram alicerçadas em um passado definido. Esse passado foi o do autoritarismo, o da violência e o do poder privado fazendo as vezes da presença estatal. Os coronéis, corpos vivos da oligarquia, foram os verdadeiros senhores da região pantaneira durante longos anos. Aquidauana não foi exceção.

No quarto capítulo, encontra-se a análise das ações políticas que motivaram a repressão em Aquidauana após o Golpe de Estado. Elas são representadas por pequenas reuniões e comícios políticos, nos quais a tônica da discussão era a Reforma Agrária, tema da esquerda que vinha sendo debatido desde os anos 1960. Essas reuniões só adquiriram importância maior no acontecimento em virtude da conjuntura nacional, por sua vez bastante confusa, com ações por parte do governo federal que sinalizavam com mudanças. A perspectiva de mudança influenciava ainda mais os militantes de esquerda em suas atividades, contribuindo para o acirramento da crise política.

A repressão posterior ao Golpe de Estado levou em conta as atividades políticas das lideranças de esquerda na cidade. As ações dos militantes de esquerda, particularmente organizadoras de eventos e de entidades representativas de trabalhadores, formaram o grosso das acusações nos Inquéritos Policiais-Militares (IPMs). A prisão dos líderes políticos de esquerda serviu para mostrar que as perspectivas de Revolução Comunista foram contidas em tempo.

O quinto capítulo traz apreciações acerca do conceito revolução, assim como considerações de como esse conceito foi encarado e absorvido por militares e esquerda. Demonstrei como o conceito designa certa mudança estrutural e como ele foi apropriado pelos militares para dar maior ênfase ao Golpe de 31 de março de 1964. Além disso, analiso a estrutura que culminou na montagem dos IPMs, instrumentos da repressão nos primórdios da ditadura. A particularidade está em que as pessoas foram presas para depois sofrerem uma investigação por parte dos militares.

Ficou patente a colaboração, ainda que velada, da justiça civil com a repressão militar: os militares exercem o papel de polícia, agindo na prisão e na montagem de inquérito para que a primeira efetuasse os julgamentos dos chamados “esquerdistas” em Aquidauana. Identifica-se a sintonia autoritária entre militares no poder e justiça civil submetida.

A pesquisa, em seus aspectos gerais, mostra como as *mentalidades*

na cidade de Aquidauana influíram no desenrolar do evento de 1964. O Golpe foi estudado sob a perspectiva de que as questões a ele ligadas se materializaram também em todo o interior do Brasil. Os estudos sobre o tema têm privilegiado, salvo exceções, grandes centros urbanos brasileiros. Daí a necessidade de mudar-se um pouco o foco de análise para outra região que não era das mais importantes no período do acontecimento.

Trabalhei com uma problemática que foi construída por meio do “diálogo” entre o pesquisador e suas fontes. A problematização desse tema demonstra ser fundamental para a realização do trabalho de pesquisa. No texto está presente a preocupação em se mostrar como os atores de 1964, em Aquidauana, experimentaram o momento vivido naquela conjuntura e como suas concepções marcaram e foram decisivas ao longo do Golpe. Identifica-se no texto dos documentos, o cidadão mais do que o político de esquerda propriamente dito. As ações dos atores dão-se mais como exercício de cidadania, mesclada à utopia do novo-melhor, do que como atividade política mais elaborada.

O trabalho não encerra a discussão. Pelo contrário, ele pode significar uma abertura para o desdobramento desse tema, pouco analisado - o Golpe Militar de 1964. Sem pretender ser a versão final da história, a pesquisa pode suscitar contestações, na medida em que toma o evento sem privilegiar uma “última instância” determinante. O texto se propõe a interpretar *Repressão, Justiça, Utopia e Golpe de Estado* a partir da ótica da memória que destaca o vivido e o experimentado pelos homens. Sem perseguir a verdade absoluta, o trabalho coloca-se como uma reflexão da temporalidade histórica do Golpe de 1964 no Mato Grosso.

Cumprir anotar, sobre as fontes, que os IPMs encontram-se depositados no Arquivo do Fórum na cidade de Aquidauana. Nos anos de 1992 e 1993, quando foram consultados, sua conservação podia ser considerada satisfatória, embora estivessem “arquivados” junto aos outros processos ali depositados. As entrevistas, por sua vez, realizadas entre 1992 e 1994 estão no arquivo do autor deste trabalho. Cópias delas foram entregues para os entrevistados.

Por último, parte dessa pesquisa foi apresentada primeiramente em formato de Dissertação de Mestrado em História, na Unesp/Assis, em dezembro de 1994. Fragmentos dela foram publicados em artigos veiculados em periódicos da área de História. Também ocorreram apresentações de seu conteúdo em eventos acadêmicos em momentos e lugares distintos.





# 1

---

## HISTÓRIA E HISTÓRIA ORAL

*Fazemos apelos aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras. Ora, a primeira testemunha, à qual podemos sempre apelar, é a nós próprios.*

(Maurice Halbwachs)

### 1.1 A HISTÓRIA ORAL E SUAS POSSIBILIDADES

A metodologia e suas técnicas sempre suscitam, em trabalhos de pesquisa, alguma discussão. Na área de História o problema não é diferente. Os pesquisadores andam, quase sempre, às turras com a metodologia, embora ela seja, de certa forma, a garantia que temos para nos aproximarmos um pouco mais de nosso objeto, perdido no passado.

Em relação aos pesquisadores da História Oral, muitas vezes, a situação se complica posto que surgem polêmicas de ordem teórica em relação à construção das fontes de pesquisa. Com uma folha de serviço recente no Brasil, a História Oral tem sido cada vez mais utilizada pelos pesquisadores da área de História, Sociologia, das Humanidades em geral. Contudo, as barreiras levantadas acerca da forma de construir as fontes têm gerado discussões intermináveis entre polemistas, defensores e críticos de tal método.

Por se utilizar da gravação de entrevistas sobre assuntos contemporâneos, a História Oral possibilita ao entrevistado oferecer sua versão sobre o acontecimento que se pesquisa. Com a explosão do uso dessas técnicas no Brasil, ocorreu um crescimento considerável dos programas de pesquisas que se sustentam a partir do trabalho com fontes orais. Não é difícil compreender o crescimento do uso de tais técnicas,

já que as possibilidades de trabalho são diversas, permitindo que seus resultados alcancem uma perspectiva de uso multidisciplinar. É possível arriscar a seguinte afirmação: os pesquisadores oralistas se defrontam com dificuldades enormes na sua tentativa de construir um estatuto próprio para a História Oral por conta de sua característica multidisciplinar. Da História à Sociologia, passando pela Literatura e Linguística, as entrevistas elaboradas com o método da História Oral demonstram que é particularmente danoso encerrá-la em um único campo, tornando-a refém de uma só área do conhecimento.

Com certeza, a História Oral é um conjunto de técnicas de importância considerável para levantarmos as impressões daqueles que, por motivos vários, não expressaram sua versão em texto escrito, sua análise sobre um evento histórico do qual foram atores ou testemunhas. Como, tradicionalmente, os marginalizados da história ou das fontes escritas são segmentos populares, a oralidade encontra nesses seu grande alvo. Certamente não é o único. Mas o problema não desaparece apenas com o encontro dos segmentos mais “ouvidos” pelos pesquisadores ao lançarem mão dos recursos da oralidade.

Para Montenegro [s.d.], alguns falsos problemas surgiram paralelamente à expansão da História Oral no Brasil na década de 1960. Então, entre essas falsas preocupações duas podem ser objeto de análise. A primeira diz respeito à tarefa do historiador. Para argumentar contra a História Oral, principiou-se uma discussão, cujo teor afirma que, com as versões individuais coletadas, o fazer historiográfico estaria comprometido, não sendo, pois, necessário o trabalho do historiador. Para tal questão basta observar que a entrevista não é o acontecimento em si, constituindo-se apenas em uma explicação, em uma versão do passado. O outro ponto diz respeito, justamente, ao fazer historiográfico. Ou seja, o tratamento dispensado às fontes orais. Estas devem, para entrar no problema, receber atenção especial do pesquisador, já que sua natureza difere das fontes escritas no momento do acontecimento e também porque a Memória se faz presente no processo de elaboração de fontes orais.

## **1.2 HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA**

É preciso considerar que a Memória produz um depoimento a partir de uma participação individual, lançando mão de conceitos elaborados no meio social. Para Montenegro, a Memória é

Resultante da vivência individual e da forma como se processa a interiorização dos significados que constituem a rede de significações sociais. (MONTENEGRO, sd, p. 2)

Para Bom Meihy, História Oral e Memória são categorias distintas. De acordo com sua análise, essas funções andariam por caminhos diferentes, sendo, portanto, necessário que o pesquisador tenha cuidado para não confundir os conceitos. Nesse aspecto, Bom Meihy esforça-se para separar campos de trabalho, enfatizando que

A História Oral, em essência, pouco tem a ver com a Memória. Há aqueles que se valem do que erroneamente supõe (sic) ser História Oral para vê-la identificada com o registro mnemônico. Neste caso, e na melhor das hipóteses, a entrevista seria o meio para analisar a Memória. História Oral, contudo, é pública, gênero que se compromete com a comunidade que gera e consome a própria História. Quando defini-se (sic) História Oral é importante destacar seus três ramos: História Oral de vida, História Oral Temática e Tradição Oral. Por contraste é preciso que se isole a História Oral das entrevistas jornalísticas, sociológicas, antropológicas ou de qualquer outra tradição baseada em depoimentos. (BOM MEIHY, 1993, p. 12).

A posição de Bom Meihy é bastante polêmica, na medida em que ele desconsidera que a História Oral trata de construir fontes, por meio de atores e testemunhos do passado que necessitam revisitar o que está guardado na Memória. Assim, um depoimento não se desprende das relações com a Memória, pois dela necessita para ser construído. O possível entrevistado, ao ser contactado para os trabalhos de gravação, automaticamente reage, por vezes, de acordo com aquilo que consegue rememorar. Sua fala, seu discurso é fruto das lembranças selecionadas por sua memória. As informações, expressas por meio da entrevista, existem porque foram armazenadas na Memória e são veiculadas somente onde o relembrar encontra ressonância de conteúdos do passado, fruto de experiência ou de testemunho.

Para Michel Pollak (1992), ao optarmos por trabalhar com História Oral de Vida, empreendemos o trabalho de recolher memórias individuais com o indivíduo sobre um tema particular, ou coletivas, quando elas envolvem temas de extensão ao grupo social do entrevistado. Segundo Pollak, a Memória pode ser composta por acontecimentos individuais, quando experimentados individualmente, e coletivos, quando vividos pelo grupo ou coletividade à qual o entrevistado se integra: personagens encontrados na vida ou componentes do grupo em que o indivíduo soma ou de que recebe influência; lugar que pode ter fundo cronológico ou não, mas é o local de elaboração da lembrança. No caso da Memória Histórica,

o local assume importância considerável, pois a lembrança é requisitada, muitas vezes, em locais de comemorações cívicas e públicas. Acerca do caráter seletivo da Memória, como função que escolhe o que deve ser recolhido em seu interior, o autor aponta a questão da herança da Memória. Em sua compreensão:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa (POLLAK, 1992, p. 204).

Como se deduz, as relações entre História Oral e Memória dizem respeito às possibilidades que a primeira oferece de construção das fontes e ao fato de a segunda ser responsável pelo preenchimento das fontes. Não se pode desprezar que as duas estão ligadas e que a História Oral não sobrevive sem o apelo aos conteúdos reservados na Memória do ator social.

### **1.3 HISTÓRIA E MEMÓRIA**

O problema não reside, efetivamente, na polêmica entre História Oral e Memória. O nó górdio encontra-se na disputa surda entre História e Memória. Categorias absolutamente distintas, caminham por veredas difusas. Elas se chocam e disputam o monopólio sobre um passado. Essa disputa não é, pura e simplesmente, de domínio, mas de versão e interpretação. A História, com seus inúmeros métodos, ao ser construída e elaborada enquanto conhecimento que pretende estabelecer uma construção explicativa sobre o passado e seus acontecimentos, avança sobre o território da Memória ao executar tal função.

Quando a operação histórica é processada, o historiador está, de fato, elaborando uma versão sobre o passado o qual a Memória também explica ou, pelo menos, possui uma explicação fundada em lógica própria. É a disputa entre o conhecimento elaborado, guiado por metodologias racionalmente formuladas, e o depósito de lembranças sobre experiências e ou testemunhos de um passado que não tornará a ser. Ambas se debatem como poderosas guardiãs de uma palavra sobre o que já não existe e não pode ser totalmente retomado como foi.

Nessa disputa, a Memória, especialmente aquela chamada de Histórica, existe para combater a História, para oferecer uma versão. Geralmente a Memória Histórica, encarregada de rememorar algo importante para um coletivo, tem forte apoio dos organismos de poder na sociedade. É bastante comum o Estado se encarregar de fixar datas, festas

cívicas para entalhar nas mentalidades a importância de certo evento, constituindo-se assim, a Memória Histórica, em agente que pode ser usado pelo poder. Retoma-se, daí, mais uma vez o lugar da Memória e suas artimanhas para sobreviver em um mundo onde o conhecimento histórico parece estar ganhando terreno na oferta sobre explicações do passado. A Memória sobrevive, pois, nos rituais e celebrações, público-cívicas ou não, bem como em gestos, saberes, silêncio, mas sempre ensaiando uma fuga da História (DE DECCA, 1991). Mesmo que esse embate não se finde, e pareça inócuo, ele é fruto das inconstâncias em que se envolve o saber humano, neste caso específico, a História. Até agora temos nos cercado de todos os cuidados para demonstrar que a verdade histórica é mais verdadeira que a verdade mnemônica. Segundo Edgar De Decca,

Tomamos consciência que memória e história não são a mesma coisa e que inclusive se opõem constantemente. O tempo desta história que se acelera vertiginosamente em nosso século é o tempo das mudanças, das transformações e da destruição, ao passo que o tempo da memória coletiva é o da permanência e o da continuação. (DE DECCA, 1991, p. 30).

A modernidade contribui, segundo De Decca, para um avanço da História no terreno da Memória. O progresso, as mudanças tecnológicas cada vez mais aceleradas são aliadas da História no embate pela apresentação da explicação sobre o passado. O próprio modelo socioeconômico, engendrado no desenvolvimento capitalista, contribui bastante para tornar a História a senhora do passado. Essa contribuição encontra-se no estágio de evolução humana que, por sua vez, se caracteriza cada vez mais pela individualização, onde o coletivo tem seu significado bastante restringido. A sociedade contemporânea exerce a história no sentido da individualização, rumo à supressão das funções desempenhadas pela Memória. Paradoxalmente, talvez ironicamente, são recriados deliberadamente lugares para que a Memória não seja extirpada por completo; um santuário onde se preserva uma espécie em extinção. Também, o próprio desenvolvimento dos conhecimentos históricos trata, cada vez mais, de acentuar as diferenças entre a história vivida, experimentada, e aquela escrita pelos historiadores. Reconhecimento de limites ou mero acerto de contas com a Memória?

Mas o fundamental nesse debate são as relações que possam existir entre o recordar e as possibilidades da História Oral elaborar fontes com o resultado disso tudo. Sabemos que um entrevistado não narra tudo o que experimentou ou presenciou. Tal ação pode ser deliberada, por necessidades diversas do entrevistado em omitir algo ou por esquecimento de fatos ou detalhes do passado. De qualquer forma o resultado final, o documento

transcrito é produto de uma explicação, uma narração conforme o olhar de quem viveu ou testemunhou o acontecimento. Não é, pois, o acontecimento puro, ressuscitado (ALBERTI, 1990). Assim, operamos com a definição de História Oral como conjunto de técnicas possibilitadoras de elaboração de fontes históricas, baseadas na Memória de atores ou testemunhas de determinado acontecimento, por meio da entrevista com essas pessoas. Verena Alberti é bastante clara ao informar sobre sua concepção, e a do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o CPDOC, acerca do que é História Oral. Para ela

Mas o que vem a ser, afinal, esse método-fonte-técnica tão impreciso? Se podemos arriscar uma rápida definição, diríamos que a História Oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (ALBERTI, 1990, p.1-2).

Existem definições mais sintéticas, sem maiores detalhes: *A história oral é a utilização sistemática da investigação oral pelo historiador.* (BURGUIERE, 1993, p. 581).

De qualquer forma, as definições mencionadas servem para iluminar meu entendimento sobre a aplicação do que se denomina História Oral. Sabemos que o problema das fontes cria grandes empecilhos ao andamento de pesquisas em Ciências Humanas e, assim, acredito que a História Oral abre perspectivas para minimizar tal problema. Acrescente-se que outros aspectos são passíveis de serem abordados com a História Oral.

Retomamos a filiação multidisciplinar da História Oral, ressaltando, porém, que as entrevistas podem apresentar-nos informações importantes sobre a participação política das pessoas em vários acontecimentos históricos, mas mostram também que alguns momentos ou acontecimentos são mais significativos que outros.

As entrevistas sobre a repressão política em Aquidauana, por exemplo, mostram que certos temas, alheios à proposta da entrevista, como a “Campanha do Petróleo é Nosso”, podem merecer destaque por parte do entrevistado. Esse fato é tão significativo que, por vezes, os temas propostos sofrem concorrência de itens considerados, pelo pesquisador, como secundários. No primeiro instante, isso pode parecer insignificante,

no entanto, exige que se tomem alguns cuidados, já que o entrevistador é capaz de trazer à tona assuntos que para ele têm lógica, que significam algo em sua história. Tais assuntos são indicadores de uma mentalidade que preservou e reproduz valores e conceitos matizados por experiências vindas a público, por exemplo, em uma entrevista temática ou de vida.

Daí a necessidade de se atentar também para tais questões que porventura surjam nas entrevistas. Elementos, fatos, acontecimentos estranhos aos que nos interessam na entrevista e que o entrevistado faz questão de abordar, às vezes demoradamente, são importantes para ele em seu passado. Em uma entrevista, fundamentalmente quando optamos por trabalhar com História Oral Temática, é preciso saber se o entrevistado conseguiu tornar o acontecimento, que nos interessa, parte de sua memória. É necessário entender que um acontecimento nem sempre tem a mesma relevância para todos, ou para um grupo. É possível perceber distorções, uma vez que a experiência difere de indivíduo para indivíduo, de grupo para grupo. A Memória, individual ou coletiva, conserva lembranças que foram escolhidas, por assim dizer, para permanecerem e que só permanecem se forem significativas para quem as preserva. Nesse momento, recorremos à Sociologia, representada por um estudioso do assunto, que acabou por se tornar um referencial para essa questão. Halbwachs afirma que,

Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse subsistir tal e qual em nós, mas somente que, desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. Poderíamos dizer, também: é preciso que desde esse momento não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar como membro do grupo do qual essa testemunha e nós mesmos fazíamos parte, isto é, colocando-se no seu ponto de vista, e usando todas as noções que são comuns a seus membros (HALBWACHS, 1990, p. 28 -29).

A memória exige, pois, uma filiação, um relacionamento com o indivíduo ou grupo. Precisa ainda de auxílio na manutenção de uma ligação com sua origem, ou com aqueles que porventura presenciaram um passado e têm experiências comuns. O professor Ênio Cabral, que foi um militante político em Aquidauana, pode ser lembrado como exemplo. Suas relações políticas no passado com a esquerda permaneceram vivas. Espera-se, então,

uma identidade comum, a manutenção, ainda de raízes com o acontecimento passado. Desta maneira, a lembrança pode sobreviver, podendo ser exteriorizada em uma entrevista com a técnica da História Oral.

A História Oral oferece a possibilidade de construção de fontes para o pesquisador, mas cabe a este observar a especificidade do documento obtido. Uma entrevista, transcrita, transformada em fonte escrita, com reconhecimento formal do entrevistado pode diferir de outra fonte, não por questão de veracidade ou de importância maior em relação a outro tipo de fonte, mas em função do peso e da complexidade das informações transmitidas.

## **1.4 A NARRAÇÃO DA MEMÓRIA**

Não é difícil imaginar que a entrevista fornece informações importantes, especialmente quando algumas decisões não foram registradas no papel, como, por exemplo, diálogos por telefone, entre atores sociais. Contudo, o rememorar dos fatos certamente é trazido à verbalização com uma forte presença do contemporâneo. Como a Memória é seletiva, a entrevista tende a trazer informações que significaram algo para o entrevistado e essas informações são mediadas pela subjetividade, o que parece normal. Além disso, mais que uma informação sobre um fato, ou uma descrição de um acontecimento em suas cenas, o entrevistado expressa sua análise, trazendo uma interpretação do passado, como em qualquer outra fonte.

Sendo uma fonte elaborada a posteriori, a entrevista é depositária de uma narração, cujo conteúdo se constitui pela interpretação do passado. Essa interpretação recebe, pois, influxos do momento em que é elaborada, ou seja, a entrevista é produto de uma circunstância, onde encontramos informações sobre um passado. A experiência adquirida depois do acontecimento, por certo, oferece ao narrador aspectos que vão influenciar a versão do fato relatado. Certamente isso não compromete a História Oral, invalidando suas técnicas, ao contrário, pode demonstrar outros aspectos por vezes ignorados pelo pesquisador em História.

Não retomarei o debate sobre os limites da História, enquanto área do saber humano. Acrescento apenas que as fontes orais são produtos históricos, construídas em parceria pelo pesquisador e pelo entrevistado, merecendo que outros aspectos, tais como o da narração sejam considerados. Como fonte elaborada, com interferência do contexto presente, a entrevista demonstra quanto é problemática a atividade da História, especialmente em sua busca de isenção, imparcialidade. Pensamos que é preciso ter clara



uma concepção de História, tendo em vista seu significado sobre nosso trabalho. De acordo com Maria do Pilar Vieira,

A História deve ser pensada no duplo sentido do termo: como experiência humana e como sua própria narração, interpretação e projeção.

Essa experiência humana não se modifica enquanto passado. O que se modifica é a investigação sobre ela, de acordo com as problemáticas que o investigador se coloca no presente, que envolvem sua própria experiência de vida e as concepções das quais parte. Essa subjetividade está presente no trabalho do Historiador, independentemente de ele se dar conta ou não, influenciando na compreensão dos nexos e das relações sociais imbricadas nas formas de expressão da atividade humana (VIEIRA et al, 1992, p. 29).

A entrevista é interpretação do passado, fundada em uma experiência do indivíduo em relação a esse passado e, inevitavelmente, do que ocorreu posteriormente ao fenômeno narrado. Não se pode pensar a entrevista, a narração, como fonte imutável, uma vez que a história-experiência do ator é dinâmica. O conteúdo de uma entrevista realizada em certa data pode ser modificado ao se repetir a gravação anos depois. A nova entrevista pode trazer novos dados, elementos diferentes daqueles apresentados na primeira, ou ainda, outra análise do passado, fruto de novas experiências do ator-narrador.

A fonte obtida por meio de uma entrevista é produto histórico, como já aponte. Seu conteúdo contempla informações sobre o passado, especialmente sobre determinado passado que nos interessa. A figura do entrevistado é central no processo. Sua participação pode ser satisfatória ou não, na medida em que a entrevista represente um documento importante, rico em informações e indícios para o trabalho de pesquisa.

No entanto, a construção de um documento, por meio da História Oral, pode demonstrar aspectos que até então o entrevistado e, principalmente, o entrevistador desconheciam. Refiro-me à forma como o entrevistado conduz e disserta sobre o tema que lhe foi proposto. Em certos momentos, ele desloca-se do tema proposto, dissertando longamente sobre questões que não se ligam, a priori, ao assunto, mas à sua experiência de vida. Dessa forma, as entrevistas realizadas apresentam dados que apontam o nível de importância de algumas experiências individuais para os entrevistados.

É o que aconteceu, por exemplo, na entrevista com o advogado Clealdon Alves de Assis, quando este referiu-se longamente à sua participação na “Campanha do Petróleo”, o que motivou sua prisão. Nessa campanha ele presenciou a repressão violenta e o desaparecimento de vários companheiros de luta. Convidado a falar sobre sua prisão em 1964, já que a entrevista proposta era temática, Clealdon demonstrou que os acontecimentos ligados ao seu passado no Rio de Janeiro – na ocasião

da realização da entrevista ele residia em Aquidauana - cunham uma marca profunda em sua Memória ao ponto de se emocionar ao relacionar a repressão na década de 1930, com os acontecimentos do Golpe de 1964.

Além da “Campanha do Petróleo é Nosso”, a entrevista com Clealton Assis aponta para sua posição frente aos acontecimentos ideológicos ligados à questão. Clealton é um nacionalista ferrenho, que faz de sua fala um discurso a favor do País, atacando as propostas político-econômicas que, em seu modo de ver, violentem a soberania nacional. O nacionalismo, segundo se depreende de sua narrativa, o levou para a cadeia no Governo Vargas e depois no Golpe de 1964.

Osvaldo Jacques Sanches, outro entrevistado, apresentou uma série de falhas em sua memória. Doente, ele reconheceu que suas lembranças já não conseguem expressar tudo o que sua memória registrara, ou seja, os registros sobre experiências vivenciadas no interior do fenômeno. Matizadas pelo nacionalismo, suas lembranças revelam seu apego ao trabalhismo, segundo ele, o social-trabalhismo de Vargas. Para Osvaldo, a disputa travada há alguns anos pelo espólio ideológico do varguismo que levou à criação do Partido Democrático Trabalhista, agremiação opositora ao Partido Trabalhista Brasileiro de Vargas, foi decorrência dos interesses mesquinhos de políticos que se distanciavam das idéias de Getúlio, desejosos de se apropriarem de seu passado. Sua compreensão é de que Leonel Brizola representa o que restou do ideário difundido por Vargas.

O desembargador Heliophar Serra, juiz em Aquidauana em 1964, discorre sobre o acontecimento com retórica elaborada. Cronista e membro de instituições como o Rotary Club, o ex-juiz relembra alguns fatos relacionados ao Golpe, com a preocupação de passar uma imagem de pessoa neutra ou de simples intérprete do arcabouço jurídico da época. Sua narração é contínua, e, ao abordar um fato, sempre discorre escolhendo palavras, revelando sua aptidão para o discurso envolvente dos magistrados. 1964, para Heliophar, foi um momento normal, embora os instantes que o antecederam revelem situações de tensão política. Para ele, suas ações em torno do Golpe foram no sentido de preservar e fazer valer a justiça. Em nenhum momento expressa pesar ou analisa sua atuação como agente do Estado, a serviço da classe dominante. Chama-nos a atenção a sua narração eloqüente e a facilidade com que maneja palavras para explicar sua posição sobre algum fato.

O professor e líder comunista Ênio Cabral é outro nome destacável entre os entrevistados. Sua fala é a de um militante de esquerda convicto e convincente. Com pouca escolaridade, o professor Ênio pode ser considerado um autodidata. Em sua entrevista, demonstra conhecimentos gerais sobre os conceitos mais comuns em 1964, denunciando que suas

leituras de cunho marxista eram bastante frequentes. Embora sua memória apresente algumas falhas, ele narra os fatos com segurança e convicção de que estava correto em 1964. Sua narrativa é rica e envolvente, levando-nos a exercitar a imaginação ao ouvi-lo. Faz questão de lembrar 1964 como um acontecimento onde o povo foi traído. Na sua visão os militares assumiram o poder para defender “interesses burgueses e internacionais”.

As sínteses acima têm o objetivo de mostrar características gerais de alguns entrevistados. Essas características são fundamentais para percebermos que a História Oral é multidisciplinar, podendo adentrar o campo literário com alguma facilidade.

A História Oral permite que se recupere a versão de pessoas que não tiveram acesso à escrita. Por motivos que fogem ao objetivo deste trabalho, não abordarei os fatos que excluem as pessoas da escrita. Assim como o documento escrito é tido como importante para o historiador, o texto escrito é almejado pela literatura. Através da História Oral, é possível comprovar o quanto algumas pessoas são excelentes narradoras de fatos e acontecimentos. Suas falas são portadoras de significados importantes, penetrando o imaginário como experiência narrada. As narrativas – expressas de forma oral - são produzidas pela memória, pela ideologia e pelo contemporâneo histórico. Esse modo de expressão prende e envolve o ouvinte, seqüestrando-o para o acontecimento. Os narradores têm a capacidade de trazer à imaginação do ouvinte uma espécie de viagem a um passado que ele, ouvinte, não vivera. Daí o significado da oralidade para o historiador e para o crítico de literatura. Ela permite o resgate de uma fala escondida, suspensa pela primazia da escrita. O falar pode ser tão difícil e complexo quanto o ato de escrever, demonstrando que ambos são aspectos desejáveis e importantes para a comunicação e para a arte. Walter Benjamin, em “O narrador”, diz que está cada vez mais difícil encontrar narradores. Para ele,

É a experiência de que a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiência.

Uma das causas desse fenômeno é óbvia: as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo. (BENJAMIN, 1987, p. 197-198).

As narrativas sobre o Golpe Militar de 1964 apresentam alguns dos aspectos levantados por Benjamin. Porém, o que mais nos chama a atenção,

no trabalho com as fontes orais, é a forma como as testemunhas se colocam frente ao acontecimento. O trabalho de pesquisa com fontes orais mostrou que o passado, neste caso o Golpe, está bastante presente no cotidiano dos entrevistados. As marcas na memória, narradas com interrupções ou não, demonstram o quanto as personagens atribuem de significado àquele passado.

Nas entrevistas realizadas não nos deparamos com nenhum narrador brilhante. De fato o que nos impressiona nas entrevistas são as peculiaridades de cada narrador, a maneira como aborda o tema. Seus gestos e a convicção em sua interpretação denunciam o quanto 1964 foi marcante em suas personalidades e ações posteriores. Em certos momentos, alguns segundos de silêncio expressam um ato simbólico considerável sobre o que significou a repressão no Batalhão Militar de Aquidauana.

As narrativas são forjadas com a experiência histórica de cada entrevistado. Seus conteúdos são produtos depositados na memória de nossos narradores. Esses conteúdos, marcados por desvios gramaticais, são mais ricos que páginas e páginas de IPMs, porque contêm uma dose elevada de paixão e experiência de um ator ou de uma testemunha. A narrativa é pessoal, representa uma versão, ela pretende opinar sobre a história. Ela se nega à passividade. Conforme Benjamin,

A [...] narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão - no campo, no mar e na cidade - é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o 'puro em si' da coisa narrada como uma informação ou relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que contar a seguir, a menos que prefiram atribuir essa história a uma experiência autobiográfica. (BENJAMIN, 1987, p. 205).

A História Oral permite que o narrador construa sua versão do acontecimento. A versão é construída a partir de uma série de circunstâncias que a fazem diferir de outras fontes. A principal delas é que é uma versão narrada por um estímulo: o narrador é convidado a falar sobre as coisas do passado. Assim como o narrador participou ou presenciou o acontecimento, o pesquisador presencia e atua na construção da narração na História Oral. Mas os limites estão na expectativa da narração, pois no acontecimento em si o pesquisador nada influirá.

O trabalho com a História Oral é de importância para o pesquisador que deseja trabalhar com outro corpus documental que não aquele escrito

no período do acontecimento. Não se pode desprezar que a fonte produzida pela História Oral, como outras fontes, é interpretação do evento e não o evento passado como ele efetivamente aconteceu. Dessa forma, a Memória é outro fator presente na construção da fonte, uma vez que ela é depositária das lembranças de uma experiência. Como fonte, a narrativa produzida pela História Oral é extremamente rica para historiadores e para outros pesquisadores em Ciências Humanas.



# 2

---

---

## AQUIDAUANA: ENTRE A REALIDADE E A UTOPIA

*Em Pasárgada tem tudo  
É outra civilização  
Tem um processo seguro  
De impedir a concepção  
Tem telefone automático  
Tem alcalóide à vontade  
Tem prostitutas bonitas  
Para a gente namorar.*

Manuel Bandeira

*São ilhas afortunadas,  
São terras sem ter lugar,  
Onde o Rei mora esperando,  
Mas, se vamos despertando,  
Cala a voz, e há só mar.*

Fernando Pessoa

### 2.1 AQUIDAUANA E A UTOPIA COMUNISTA

Como perspectiva, fundada em uma urgência material em direção ao novo, a utopia mostrou-se, no curso da história humana, como energia que sofre mudanças e influxos conforme o contexto em que é criada ou retomada. Os anos 1960 presenciaram a manifestação da energia utópica que criou projetos dos mais diferenciados e fundados em vários pontos da estrutura social. Se de um lado a onda golpista, que também varreu a América Latina a partir dessa década, atingiu as democracias dos países desse continente, por outro, tal onda contemplou uma forma de ver o mundo e de como este deveria ser no futuro. A guerra fria sempre prestou grande serviço à expressão das visões-de-mundo, colocando de frente dois projetos sociais.

De um lado a União Soviética e seus aliados representando a expectativa da nova sociedade, futuramente sem classes sociais e sem Estado. Do outro lado, os Estados Unidos como grande líder do capitalismo ocidental. No Brasil, os comunistas identificados com o PCB ou integrantes deste entendiam que o projeto revolucionário de Marx e Engels poderia ser principiado também aqui. Os anos 60 pareciam ter a marca da utopia. Os projetos sociais colocaram-se frente à frente, apontando cada qual para uma direção.

A utopia no Brasil dos anos 1960 passou a ser expressão das propostas dos comunistas. Assim, a possibilidade de chegar ao socialismo por meio de uma revolução social nunca esteve tão próxima dos ideais comunistas como naqueles instantes de crise política. A ação comunista em Aquidauana aponta a teoria de Marx e Engels como inspiradora e instrumental teórico de avanço em direção à transformação. Certamente a presença utópica não recebia apenas influxos do projeto comunista, senão também de outras perspectivas que poderiam ser tomadas como utopias de matriz cristã.

Embora o conceito de utopia não seja aceito pelos comunistas para designar suas propostas revolucionárias, especialmente naquele momento, o comunismo pensado como possibilidade futura para solucionar o problema do Brasil recebeu suporte das energias utópicas. Também pode ser considerado uma expressão teórica daquilo que Habermas (1987) denominou de “espírito da época”, produto de uma realidade histórica. O Brasil dos anos 1960 poderia ser o espaço para início de mais uma nova sociedade, uma vez que a União Soviética ou mesmo Cuba representavam um pouco do que deveria ser a nova realidade. Se os projetos utópicos anteriores planejaram espaços isolados dentro do mundo em crise, a utopia comunista possuía a proposta da revolução mundial. Nesse aspecto surge a distinção: a proximidade do projeto de Marx e Engels com a utopia. Distinção porque não é puro produto idealizado, mas resultado de pesquisas e reflexões; proximidade porque projeta a possibilidade de um futuro sem contradições, o paraíso cristão, só que na terra e em vida. Para Coelho,

E embora se possa dizer que o programa marxista apresenta alguns traços de milenarismo (com sua crença no paraíso terrestre que seria o comunismo, esse Reino de Homem posterior às fases capitalista e socialista), a realidade é que Marx e Engels sempre procuraram distanciar suas propostas daquelas por eles chamadas de utópicas [...].

De modo particular, Marx temia, mais simplesmente, que as previsões ‘fantásticas’, como dizia, de um programa de ação para uma revolução no futuro fizessem com que as pessoas tivessem sua atenção desviada das lutas necessárias a serem travadas no momento presente. Mesmo resgatando dos projetos utópicos aquilo que tinham de conveniente para



seu próprio programa, Marx era claro também quanto à inviabilidade de se estabelecer uma sociedade perfeita por decreto, quer esse decreto partisse de um inventor, intelectual paternalista, quer do próprio povo. (COELHO, 1987, p. 62 - 3).

Esse clima político, em que a mentalidade humana comporta a insatisfação e elabora propostas para suprimir tal estado, surgiu e cresceu em Aquidauana, especialmente com a chegada dos ferroviários na segunda década do século XX. Os movimentos sociais na cidade recebiam orientação de membros do Partido Comunista que impunham sua estratégia de interferência nos setores que facilitassem a concretização de seus objetivos.

Nos anos 1960, os comunistas brasileiros pressionaram, por intermédio dos movimentos sociais, assim como influenciaram o governo para que as mudanças pudessem ter início ainda antes da Revolução. O governo de João Goulart, embora tivesse sido notadamente populista, recebia com certa simpatia propostas de realização de mudanças no campo social. As Reformas de Base (Agrária, Bancária, Administrativa, Fiscal, Eleitoral e Urbana), se não eram o ideal dos esquerdistas ao menos ofereciam perspectivas de mudanças na velha estrutura econômica brasileira.

A ação governamental pela concretização das reformas recebeu o apoio de membros da esquerda por todo o Brasil. Em certos lugares, como no Nordeste, as ligas camponesas tiveram influência marcante nos anseios pelo novo mundo. Assim, a perspectiva de implementar transformações pela via legal era bem recebida pelos camponeses, especialmente por aqueles que desconheciam totalmente as discussões ideológicas sobre o tema.

A falta de clareza a respeito da situação política nas vésperas de 1964, no Brasil e muito mais em Aquidauana, pode ser verificada a partir dos Inquéritos Policiais-Militares e das entrevistas realizadas com participantes do acontecimento. Mencione-se ainda que a falta de escolaridade ou, em outros termos, o analfabetismo, entre os agricultores a serem beneficiados pela Reforma Agrária seria um fator importante para o fracasso de uma reforma no campo. Esse argumento e outros, como o da incapacidade do Estado em custear financeiramente os assentados e não poder indenizar as desapropriações, são expostos como parte da defesa da manutenção das grandes propriedades de terras, principalmente no antigo Mato Grosso, como pode ser notado através da revista Brasil Oeste.

Mas se, por um lado, a esquerda admitia que seus membros, especialmente os de origem rural, não possuíam clareza do contexto, em razão do caráter histórico da desigualdade socioeconômica no Brasil; as elites, por outro, apontavam tais elementos como fatores de atrasamento da transformação

rumo à implantação de uma nova sociedade e deixavam essas questões para um plano secundário. A luta a ser travada deveria ser pela revolução popular, passo fundamental para o início da utopia de fundo marxista.

As reformas de Base, como mencionado, significariam um passo importante em direção a uma possível revolução popular no Brasil. Com o lançamento das Reformas, no dia 13 de março de 1964, nas proximidades do edifício do Ministério da Guerra no Rio de Janeiro, o presidente Goulart aumentava as expectativas dos setores populares e da esquerda com relação à efetiva implantação das Reformas. Na ótica das classes dominantes, e ainda na dos militares, entendia-se o ato como mais um passo do governo rumo à instalação da República Sindicalista. A partir dali os ânimos se acirrariam ainda mais, e, no Mato Grosso, especificamente em Aquidauana, a liderança de esquerda local acreditava que a Reforma Agrária era questão de dias ou, no máximo, de meses. As reuniões de trabalhadores rurais, sem terras, recebiam novos ares, pois a solução para antigos e graves problemas parecia estar bem próxima, ao alcance das mãos.

Com o Golpe, essa Utopia recebeu um forte ataque. Se a ação inicial foi bastante desarticulada, com o General Olympio Mourão saindo com suas tropas sem discutir a questão com outros oficiais-generais, o rumo da tomada do poder teve que ser implantado, às pressas, para que a quartelada superasse tal estágio. Da quartelada ao Golpe, a tomada de poder acabou por constituir-se em contra-utopia, ou no máximo, em utopia conservadora militarizada em seus princípios.

Iniciada a repressão, todos aqueles que se sentiram estimulados a acreditar nas mudanças tiveram que se explicar. Cada segmento social, obviamente, tinha interesses nas Reformas. Em Aquidauana, a questão da terra era o principal ponto de discussão, e os que participavam das reuniões dominicais, dos debates e dos comícios públicos pela realização da Reforma Agrária tiveram que dar satisfação de suas atividades. Seus depoimentos, marcados pela incompetência e pela ilegalidade por parte dos militares, demonstram quais eram as ambições presentes no conjunto dos chamados cabeças do movimento de esquerda e certamente refletem os interesses dos trabalhadores rurais e sem terras.

O resultado oficial dos inquéritos, expresso por meio dos processos civis fundados nos IPMs, destaca várias vezes a intenção dos comunistas em realizar as Reformas e no, caso de Aquidauana, a Reforma Agrária a qualquer custo. Assim, ao serem interrogados, os prisioneiros deixam transparecer o principal ponto da Utopia Comunista no Município. Em um dos interrogatórios, o Capitão Nilton do Monte Furtado, encarregado de IPM, perguntava a um indiciado sobre atividades dos líderes do movimento:

Perguntando se o Ênio e o Ery tentaram ‘Doutrinar’ os sindicalizados, respondeu que eles falavam sobre Reforma Agrária e falaram, também sobre a espoliação estrangeira, que o pobre estava sacrificado na miséria que era preciso melhorar, perguntado se pregava as Reformas de Base, respondeu que só pregava na Reforma Agrária (IPM Osvaldo Jacques Sanches, Folha nº 28).

Não foi só Osvaldo Sanches que respondeu às questões, as quais explicitam, em aspectos gerais, as intenções dos movimentos sociais em Aquidauana. Em outros IPMs podemos encontrar o que interessava para os participantes dos movimentos sociais, em termos de mudanças. A maior parte das reivindicações estava relacionada à miséria, ao desemprego e à distribuição de terras. Em outro depoimento, transcrito de acordo com a interpretação do escrivão presente, encontramos mais detalhes sobre a efetivação de algumas propostas. Percebe-se aí um nível melhor de informação e compreensão das discussões e objetivos do governo de esquerda:

Perguntado como era ensinada a Reforma Agrária, respondeu que o Governo faria a Reforma Agrária, porque o povo não podia viver assim, daria terras aos lavradores que não a tivessem [...]. Perguntado como seria feita a distribuição de terras respondeu a SUPRA faria a desapropriação e faria empréstimos no valor de 3 vezes o salário mínimo. Perguntado se havia planos ou mapas de terras, respondeu que não, seguiriam o projeto da SUPRA. Perguntado quem seria o encarregado das distribuições respondeu que não havia ninguém. Perguntado se assinou a lista dos Comandos Nacionalistas, respondeu que assinou e era o chefe do Grupo (pediram informações à Rádio Mayrink Veiga). [...] Perguntado para que serviam os Grupos dos 11, respondeu que era uma manifestação popular; não aceitando nenhuma instrução que não fôsse pacífica (IPM Cândido dos Santos e outros, Folha nº 22).

À parte as distorções propositalmente impostas às narrações realizadas pelos indiciados, mesmo se a transcrição fosse literal, sem maiores expurgos ou manipulações, tratar-se-ia de uma exposição unilateral e matizada por uma dada circunstância e posição no acontecimento. Interessa-nos o que o depoimento contém, manipulado ou não, mas é importante, sobretudo, o que carrega em suas entrelinhas.

Nesse caso, o trecho de depoimento acima informa sobre o conteúdo de reivindicações dos movimentos populares e da esquerda de Aquidauana nos instantes do Golpe Militar. As reivindicações não apresentam muitas variações ou aspectos exóticos. Sua importância está no fato de que a Utopia

tomava forma, transformando-se em alternativa para uma situação dada. Em outras palavras, os problemas materiais, a pobreza e a miséria estavam sendo contempladas nas propostas mais amplas dos comunistas. Reforma Agrária e distribuição de terras aos trabalhadores rurais encaixaram-se perfeitamente no universo local. O cotidiano do município de Aquidauana estava presente naquelas propostas, basta verificar a estrutura agrária local e regional para se perceber que o mundo utópico tomava forma nas propostas de Reformas de Base, principalmente no tocante às questões da terra.

Nos depoimentos, pode-se destacar outro elemento que aterrorizava a elite nacional em 1964. Os famosos “grupo dos onze”, ou comandos nacionalistas, liderados pelo Deputado Leonel Brizola, transmitiam a certeza de que a revolução ocorreria de qualquer forma. Para a elite econômica (banqueiros, latifundiários, industriais, diretores de multinacionais, grandes comerciantes e a classe média) esses grupos seriam uma espécie de braço armado, comandos paramilitares, treinados para empregar a força contra a oposição ao movimento revolucionário. Dessa forma, quando os IPMs de Aquidauana trazem menções dos fazendeiros aos comandos nacionalistas e quando, o professor Ênio Cabral, em um almoço, responde a uma indagação sobre os métodos para realizar as reformas e afirma que elas sairiam mesmo que fosse pela força, notamos que o temor aumenta com a perspectiva de que os comunistas estavam preparados para a luta armada.

A preocupação com os comunistas é reflexo da importância que eles tinham na condução das lutas sociais no Brasil. A despeito da existência de outras organizações políticas de cunho marxista, foram os comunistas e, especialmente os do Partido, que melhor atuaram como portadores de uma utopia planejada. Daniel Aarão (1990) analisa as influências, a ação dos diversos blocos ideológicos organizados nos anos 1960, estudando suas ligações e interferências nos movimentos populares e na política em geral. A hegemonia sobre a esquerda e os movimentos populares foi conduzida pelo Partido Comunista. A ação de membros deste em uma cidade como Aquidauana é fato que demonstra o quanto ele significou em termos políticos no Brasil. Assim, a Utopia comunista passou a ser identificada, em Aquidauana, ao Partido. Os depoimentos de testemunhas estão repletos de referências à existência clandestina do Partido na cidade.

Na região Centro-Oeste, e em Aquidauana, a presença de comunistas sempre causou preocupações à elite agrária. Em Aquidauana, o Partido chegou a participar da Câmara Municipal, conseguindo eleger suplentes de vereador. Sua votação, nos anos em que participou de eleições, foi expressiva quando consideramos o universo mental conservador

e autoritário da cidade. A base de participação e militância política em discussões encontrava-se nos ferroviários (Depoimento Ênio Cabral). Esses trabalhadores, vindos de outras regiões mais desenvolvidas do Brasil, conhecedores de outras experiências, souberam filtrar melhor os limites autoritários de Aquidauana.

Nos anos 1960, restavam poucos dos velhos militantes comunistas do início do Século XX. Certamente a exclusão do Partido das disputas políticas legais, em 1947, contribuiu para que seu núcleo se tornasse bastante restrito, continuando em ação apenas os representantes mais convictos, como Ênio Cabral. Embora com poucos militantes, com influência diminuta, o espectro dos comunistas sempre causou receio aos grandes fazendeiros e à classe média da cidade de Aquidauana. Esse medo origina-se na forma de atuação dos comunistas, uma vez que eles eram conhecidos por sua disciplina e organização, especialmente por suas práticas e por atuarem na clandestinidade. Os exemplos eram muitos.

As reuniões dominicais, e as organizações sindicais surgiram na sua maioria sob orientação dos comunistas. Se considerarmos que a pretensão de criação de ligas camponesas na cidade, com apoio e direção dos comunistas, foi um dos fatos que mais causou discussão entre os principais expoentes políticos da elite aquidauanense, podemos ter uma idéia do quanto, em um universo mental conservador, pode ser construído em um espaço para a mudança.

Destarte, a militância e a forma de atuar dos comunistas constituíram-se em um caminho, uma metodologia, um instrumental para a mudança importante para a construção da Utopia Comunista. Cada região oferecia um tipo de possibilidade de ação em função de seus problemas. Em Aquidauana, a utopia do comunismo não poderia ser, para todos, esclarecida como de origem socialista e comunista, como ato de cidadania. O centro das reivindicações era matizado por problemas relacionados ao trabalhador rural e à distribuição da terra, assim como os ligados aos poucos trabalhadores urbanos em fase de organização.

O Partido Comunista forneceu os militantes de base, e eles trataram de introduzir e disseminar propostas que, de fato, consistiam em um esquema amplo do que seria a sociedade sem classes e sem Estado a partir da instauração do comunismo. Em Aquidauana, os poucos membros em atuação labutavam no sentido de trazer os trabalhadores rurais para o engajamento na luta política, alegando que havia uma identificação entre seus anseios e o projeto comunista. As discussões feitas em torno do tema da Reforma Agrária chamavam a atenção porque estavam perfeitamente identificadas com o contexto político local, portanto com o espaço das mentalidades que projetavam um mundo onde o problema da distribuição

da terra e o do acesso a ela estava completamente resolvido.

A mentalidade dos trabalhadores, rurais e urbanos, não produzia ambições de maior amplitude, de maior sofisticação. A ação comunista em Aquidauana é que tratou de enquadrar os desejos humanos em uma proposta política revolucionária em andamento no contexto nacional, inserindo tais desejos no contexto das tensões da Guerra Fria dos anos de 1950 e 1960. A perspectiva de avançar sobre o presente, construir um novo mundo por meio da revolução social, faz parte do arcabouço teórico elaborado por Marx e Engels, tomado pelos comunistas no mundo todo. Os participantes das reuniões, em que o tema era relacionado às reformas, não dispunham de consciência precisa acerca de métodos para mudar suas vidas. Suas concepções eram utópicas, mas marcadas pela ação política de membros do partido comunista, como o professor Ênio e outros não declarados como comunistas, mas que poderiam ser enquadrados em tal conceito.

A união entre os comunistas, com uma concepção mais acabada de sociedade a ser construída, e os trabalhadores, ligados ao campo, possibilitava que as discussões fluíssem mesmo entre os analfabetos e os politizados. A utopia convergia os desejos, as ambições e os sonhos eram quase comuns. Superar o presente e construir um novo futuro, mais livre, menos desigual. As utopias possibilitam tal ambição, pois elas não são passíveis do controle até que sejam expressas, empunhadas pela mão humana na mudança histórica. Para Hilário Franco Júnior, as utopias

[...] são o maior exercício possível de liberdade humana. De fato, utopia é negação de um presente medíocre e sufocante, é espaço futuro sem limites, sustentado pelo desejo, é sonho apaziguador de regresso à perfeição das origens, é reencontro do homem consigo mesmo (FRANCO JÚNIOR, 1994, p. 7)

A utopia possibilita a liberdade ao homem. Ao tentar, porém, fazê-la realidade, resgatá-la das mentalidades para a história, o homem desperta no próprio homem reação contrária. Assim, 1964 e o Golpe figuram como uma reação contrária à possibilidade de tornar fato uma utopia no Brasil.

O Golpe Militar de 31 de março de 1964 não trouxe, inicialmente, nenhuma proposta mais acabada de sociedade. O desenrolar desse Golpe, com a implantação da ditadura, revelou que ele foi uma contra-utopia, sem um projeto amplo, com concepções de mundo diversas daquelas pensadas pela esquerda. Se não existia uma proposta aprofundada, existia a insatisfação não só com a perspectiva de uma revolução social, mas também com o ambiente do real.

A ausência de projeto, tão amplamente divulgado entre os militares,

notadamente de projeto político pode ser notada quando diversos membros da oficialidade em 1964 falam sobre esse fato. Maria Celina D'Araújo e outros (1994) realizaram um trabalho de coleta de entrevistas com oficiais, na sua maioria tenentes-coronéis e coronéis, acerca da experiência deles no Golpe. As entrevistas revelam que o temor dos oficiais era com relação ao comunismo. Para a maior parte deles, 1964 foi, sobretudo um movimento anticomunista. Um dos oficiais, quando indagado a respeito de um suposto projeto utópico, ou político ambicionando a implantação de um governo após o Golpe Militar de 1964, respondeu:

Nenhum. Porque a Revolução (sic) não tinha projeto. É pura verdade, sem dúvida. A revolução foi feita simplesmente para evitar que o Jango fizesse o que queria fazer. Tanto que houve inicialmente muita tendência para a colocação de quem era uma contra-revolução (Gal. Gustavo M. Rego In: Visões do Golpe, 1994, p. 59).

Outro Militar afirmou o seguinte:

Basicamente. A revolução (sic) se fundamentava no anticomunismo exacerbado, que vinha de 35. Partia-se da convicção de que estava em marcha uma tentativa de socialização e que o agente dessa socialização era o presidente Goulart. Anteriormente, já caracterizei como se fez mentalização, do ponto de vista militar, para esse movimento armado, por meio daquilo que se chamou doutrina de guerra revolucionária (Gal. Otávio Costa in: Visões do Golpe, 1944, p. 91).

Embora existam posições contrárias a essa tese, a ação que levou os militares ao poder, implantando uma ditadura como produto de ações ideológicas, só elaborou um projeto para o País após a tomada do poder. A Utopia Comunista provocou a ação militar, conjugada com setores diversos da sociedade. Após o golpe, a Utopia Comunista passou a ser combatida duramente, seus agentes foram torturados, julgados e muitos desapareceram nas mãos de organismos encarregados da repressão.

As utopias fazem parte do universo da mentalidade humana enquanto perspectiva. Elas podem ser produto de um sonho ou resultado de um projeto de mundo consistente. A Utopia Comunista estaria realizada com a construção da sociedade comunista, sem classes e sem Estado, sendo o socialismo uma fase de acertos para a nova sociedade. Como se vê, esse mundo novo possui em seu interior o milenarismo comum a outras utopias. Fruto de ambição de um mundo sem contradições, onde os problemas existentes encontram soluções rápidas, a utopia, e nesse caso a Comunista, perseguiu o fim da história, uma vez que foi o próprio Marx quem afirmou

ser a história um produto das lutas de classes. A sociedade comunista prescinde de classes sociais.

Aquidauana, microespaço no acontecimento de 1964, com suas peculiaridades, recebeu a influência da Utopia Comunista, pois a história da cidade também reservava espaço para as soluções que o comunismo parecia oferecer. Ainda, como parte de um processo histórico, é natural que a mentalidade coletiva local também oferecesse algum lugar à Utopia Comunista, mesmo que essa não fosse clara para todos. O conflito resultou na permanência, nas mentalidades, da utopia derrotada, mas com vida, animando muitas que continuaram a viver do que a memória ainda lhes oferecia sobre aquele passado.



# 3

---

---

## A CIDADE, OS CORONÉIS E A EMERGÊNCIA POLÍTICA DA ESQUERDA

*Se há rio formoso no mundo, é o rio Aquidauana. Cortando parte do distrito mais meridional de Mato Grosso e confluente do Miranda, que conserva ainda o apelido guaicuru de Mbotey e fora pelos portugueses batizado Mondego - tão belo lhes parecerá à saudosa mente - nasce o Aquidauana de vertentes afastadas da grande serra de Maracaju ou Amambaí.*

(Visconde de Taunay)

### 3.1 AQUIDAUANA E SUA FORMAÇÃO

Fronteiras sempre foram motivos de preocupação para governos e governantes. A fronteira nacional brasileira não foge à regra. Próximo às regiões alagadas do Pantanal, o antigo Mato Grosso separa o Brasil de países como Paraguai e Bolívia.

No Império, a problemática fronteiriça já era preocupação governamental. Diversas cidades e vilas surgiram a partir de instalações criadas com a finalidade de manter a fronteira livre de ocupações externas. Aquidauana, uma dessas localidades, situa-se na região do então Mato Grosso, às margens do Pantanal matogrossense. Foi criada no final do século XIX (1892), caracterizando-se como cidade planejada. O estabelecimento da vila, hoje cidade, obedeceu, naquele momento, à necessidade de evitar sua exposição às periódicas enchentes do Pantanal. Deveria, ainda, cumprir a função de “posto avançado” de Corumbá, principal cidade da região pantaneira e marco de fronteira naquele momento. No princípio da ocupação da área que veio a ser o município de Aquidauana, verificamos que

A região onde hoje se situa a cidade de Aquidauana - o sudoeste do atual Mato Grosso do Sul - ingressou na história ocidental e ‘cristã’ ainda no

século XVI. Depois de ter sido palmilhada, na primeira metade deste século, por aventureiros europeus que buscavam a lendária “Serra da Prata”, que se acreditava existir no centro do continente, foi a região objeto da ocupação espanhola. Representantes da coroa da Espanha fundaram, em 1580, a cidade de Santiago de Xerez, provavelmente em local próximo à foz do rio Miranda. Segundo assevera o historiador mato-grossense Virgílio Corrêa Filho, essa povoação teria sido transferida, em 1593, para as margens do rio Aquidauana, a cerca de duas léguas abaixo da atual cidade. Paralelamente processava-se a ocupação jesuítica, com a fundação de diversas aldeias missionárias que constituíam a chamada ‘província de Itatim’. (Programa 5º EREH-CO, 1987).

Há que se resgitar que o desenvolvimento econômico ocorrido em São Paulo no fim do século XIX, interferiu também nos pantanais mato-grossenses. Assim, o crescimento das atividades econômicas na região Oeste de São Paulo propiciou maiores expectativas de negócios para os produtos mato-grossenses, especialmente para as atividades da pecuária. Embora a região pantaneira, considerando Corumbá como principal posto de comércio da área, tivesse profundas relações com a Europa, via bacia do Prata, o desenvolvimento capitalista no Oeste paulista respingava no longínquo Mato Grosso. A perspectiva de comércio com a região paulista suscitava perspectivas de crescimento no consumo dos produtos, notadamente nos de origem bovina, saídos de Mato Grosso. Nas palavras de Joana Neves:

O surgimento de Aquidauana, bem como sua fixação e desenvolvimento, enquanto núcleo urbano, se vincula ao processo de expansão da economia capitalista polarizada por São Paulo, que se verificou, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX e se desenvolve até os dias atuais e de formas cada vez mais vigorosa (NEVES, 1980, p. 31).

Acrescente-se que o surgimento do núcleo urbano de Aquidauana, entretanto, vai ocorrer apenas na última década do século seguinte (1892-93), já no contexto da expansão, embora ainda incipiente, do capitalismo no Brasil. (Programa 5º EREH-CO. 1987).

Assim, o povoamento importou em inserir a região na fronteira da expansão paulista. Tal realização encontra suporte no desenvolvimento da cafeicultura naquela região. Cumpriam-se aí duas tarefas: inserir a região pantaneira em um processo econômico mais amplo e ampliar a área influenciada pelo desenvolvimento econômico do Leste.

Os fazendeiros da região de Aquidauana escolheram um local apropriado para erguer as casas que futuramente formaria o núcleo urbano em condições de

se expandir. Compreendendo uma área total de 16.700 quilômetros quadrados, considerada “Portal do Pantanal”, por estar na entrada sul do Pantanal mato-grossense, que ocupa dois terços da área do Município, e situada a uma altitude de 180 metros do nível do mar, a área urbana de Aquidauana não é atingida pelas cheias que cobrem de água o “Mar de Xaraés”.

Longe de criar um núcleo em área despovoada entre os rios Miranda e Aquidauana, os fazendeiros da região acabaram por envolver-se com os habitantes primitivos da região. Certamente a ocupação “branca” do Pantanal, como em outras áreas do País, implicou contatos com indígenas. Ao final do século XIX, um restrito número de fazendeiros da região mantinha variadas formas de convívio e de relações com os indígenas locais.

O contexto em que se deu a ocupação do Pantanal e, em menor escala, a da região de Aquidauana, somando-se à atividade econômica, fez do “branco” um invasor. Expandindo a pecuária naqueles territórios, os fazendeiros tornaram-se pioneiros, ao desenvolverem aquela atividade econômica, ocupando um espaço fisicamente vazio até então. Essa visão pode justificar-se no discurso empreendedor e desbravador de homens que se aventuraram por territórios desconhecidos.

Por ser uma atividade econômica em que a mão-de-obra é restrita, a pecuária implantada no Mato Grosso contribuiu para a expansão do conjunto sócio-mental do “branco”. Praticada em grandes áreas de terras, essa atividade tem como marca a utilização dos chamados peões para o manejo do rebanho, o que a torna empregadora de poucos homens que se responsabilizam por um grande trabalho. Assim, na visão dos fazendeiros, as áreas ocupadas jamais foram tomadas e sim desbravadas “corajosamente”. Os fazendeiros encarnaram a figura do homem destemido, portadores da civilização e do progresso inexistentes naquele lugar. A mentalidade que justificava a expansão estava fundamentada pela necessidade de integrar novas áreas para a atividade econômica da pecuária, tornando os territórios indígenas terras aproveitáveis e rentáveis. Subordinadora e subordinada, a pecuária gerou e reproduziu padrões, valores, enfim, um complexo de relações em que a mentalidade conservadora dos fazendeiros coadunou-se com a economia, assentada na pecuária, ali desenvolvida. Anos mais tarde, o Mato Grosso viu essas relações serem expressas na arte, por meio do conceito de “bovinocultura”:

A relevância da pecuária na realidade pantaneira permite o desenvolvimento de uma espécie de culto do animal bovino, que passa a concentrar valores que vão desde a origem do homem a sua força econômica e, conseqüentemente, ao poder. Esta visão concentrada no animal acarreta o desenvolvimento de uma postura mítica no homem da região (MENEGAZZO, 1991, p.105).

A própria geografia do Pantanal, seu clima e sua característica de área alagadiça, exigiu, e exige a prática da pecuária extensiva em vastas áreas. Nesse aspecto, as fazendas comportam uma parte baixa e outra alta para o deslocamento do rebanho bovino nos períodos das cheias.

Com a finalidade de facilitar o acesso aos centros mais desenvolvidos do País, de um lado, e servir de entreposto na entrada do Pantanal, de outro, Aquidauana surgiu sob circunstâncias, interesses e valores ligados à pecuária extensiva e ao latifúndio. Isso se deveu a questões de caráter geográfico. Tendo em vista que as terras pantaneiras eram “desocupadas economicamente”, tendeu-se à instalação de grandes propriedades rurais, as quais se dividiam em áreas baixas (invadidas pelas águas no período de cheias na região) e áreas altas (reservadas para manter o rebanho no período das enchentes). Dessa maneira, mesmo a organização inicial do povoado foi pensada e projetada a partir das exigências dessa atividade econômica, a pecuária. Tal organização, por certo, foi realizada sob modelos e valores de um grupo de fazendeiros, no total cinco (Theodoro Rondon, Augusto Mascarenhas, Estevão Alves Corrêa, João de Almeida Castro e Manoel Antonio de Barros), representantes de outros interessados na criação do núcleo. O modelo do povoado seguiu, portanto, o direcionamento das urgências dos pecuaristas e visou incrementar a atividade econômica da região, inserindo-a ainda mais no contexto nacional. É interessante lembrar como o capitalismo modernizador necessitava de antigas formas econômicas para complementar o seu crescimento. Formas que, por sua vez, sobrevivem enquanto não se transformam em obstáculos ao seu pólo, que se sustenta numa relação de complementaridade e subordinação econômico-política, somada a uma peculiar visão do mundo. Decerto as motivações econômicas não são as únicas, pois tal interpretação induziria ao louvor excessivo do determinismo econômico. Daí interpretar-se o processo de expansão capitalista como produto de sua lógica ou de sua “natureza”, sem buscar determinantes e determinados e, menos ainda, enxergar tramas expansionistas, engendradas por mentes perversas e desumanas.

O processo de ocupação do Pantanal atendeu à necessidade de fixação e manutenção de marcos do território nacional. Para o Estado brasileiro era importante, ainda mais, a periferia banhada pelo rio Paraguai. A ocupação de todas as áreas até então mantidas sob controle indígena era fundamental para garantir o domínio territorial da região fronteira, especialmente porque constituíam uma relação de comércio para os produtos do Mato Grosso e, de forma menos importante, para a cafeeira paulista que vislumbrava mercados consumidores, ou seja, regiões produtoras de gado de abate.

### 3.2 AQUIDAUANA E SEUS DONOS

Uma cidade planejada tem objetivos definidos. Organizada como espaço destinado a atender e melhorar as condições da pecuária na região, o núcleo urbano de Aquidauana tem sua estruturação marcada por interesses ligados aos fazendeiros criadores de gado. Nesse sentido, adotou-se a estratégia de aquisição de lotes da área destinada ao núcleo, com vistas a promover a concentração urbana planejada, criada com objetivos definidos, pois esse grupo social representado pelos fazendeiros, era importante no contexto econômico e político mato-grossense. Assim, Aquidauana foi estruturada politicamente no quadro das relações sociais dominantes no Mato Grosso dos fins do século XIX.

Contemplando uma atividade econômica de grande extensão e conhecendo relações de mando bastante fortes no aspecto autoritário, o povoado preservou relações denominadas, posteriormente, de “coronelismo guerreiro” (CORREA, 1981). O surgimento e o desenvolvimento de Aquidauana deu-se a partir dos ditames e interesses desse modelo de autoridade, o coronelismo. Desde sua concepção e execução, o planejamento da cidade sofreu a interferência dos coronéis, já que eles compunham o grupo fundador, proprietários de grandes extensões de terra. É importante observar que dentre os coronéis existiam algumas diferenças, como atesta o texto abaixo:

Nessa composição de forças coronelistas do estado matogrossense, observa-se ainda, além de uma nítida divisão entre os ‘coronéis’ do norte e do sul, a heterogeneidade dos diversos grupos políticos quanto às suas formas de atuação, força bélica e poder econômico. Assim, embora a prática da luta armada fosse um dos traços mais evidentes no processo de dominação coronelista em Mato Grosso, nem todos os ‘coronéis’ enquadram-se na condição de ‘coronéis guerreiros’. A estrutura de poder estatal, no período republicano era muito mais complexa na medida em que co-existiram, pacificamente ou não, chefes políticos locais que tinham sob seu domínio direto, ou influência, um núcleo urbano ou um município inteiro, partilhando o poder com outros ‘coronéis’, apoiando grupos mais fortes, porém, sem necessariamente, ou abertamente, recorrer às armas e à violência (CORRÊA, 1981, p. 53).

A trajetória da ocupação branca no velho Mato Grosso, e na região pantaneira, foi assinalada também por conflitos e disputas pela terra. Nesse aspecto, as disputas entre grupos políticos que desfilarão pela história da região contribuíram para o desenvolvimento e preservação das relações sociopolíticas mandonistas. Com isso, houve, por vezes, confrontos

armados, inclusive entre coronéis rurais e urbanos do norte contra os do sul. O recurso às armas, à formação de bandos, enfim, o uso da violência passou a compor um pouco do cotidiano das disputas pelo poder nas terras da “lei do revólver calibre 44”.

Os coronéis mato-grossenses, cuja base econômica assentou-se na grande propriedade rural ou, em alguns casos, na posse de um patrimônio urbano (por exemplo, o comércio importador-exportador), exerceram efetivamente o poder de decisão a nível local, e até estadual, através do controle de empregos, cargos públicos e outros privilégios. Dessa estrutura política surgiram grupos oligárquicos, como os Murtinho, os Corrêa da Costa, os Ponce, os Barros, os Celestino, que se assentaram no poder estadual na medida em que mativeram o respeito pela independência dos coronéis em seus respectivos domínios (CORRÊA & CORRÊA, 1985, p. 53).

Como área fronteira, a região pantaneira manteve-se como palco de lutas. Nos enfrentamentos, o poder político era disputado pela violência, em que armas e homens garantiam a manutenção ou subtração do poder por meio dos grupos de coronéis.

Se, por um lado, a presença do colonizador na região garantia o território nacional, por outro, o desenvolvimento das relações de poder calcadas na violência reproduzia e evidenciava a impotência do Estado brasileiro em se fazer sentir nos pantanais mato-grossenses. Na verdade, ao permitir e facilitar a ocupação nas fronteiras, o Estado delegava poderes aos indivíduos que se aventurassem rumo ao interior, ou às fronteiras, encarnando a figura heróica do desbravador. O desenvolvimento dessas ações gerou focos de poder parcialmente independentes em relação às instituições. De certa forma, a Lei 601 de 18 de setembro de 1850 (Lei de terras) tentava minorar os problemas, ao proibir aquisição de terras devolutas senão através de compra e, ainda, ao buscar regulamentar legitimações de posses. Fica evidente a necessidade de legislar sobre uma disputa, a de terras, confirmando assim a existência de conflitos sobre a questão.

O povoado que deu origem a Aquidauana pode inscrever-se nesse aspecto. A partir de sua implantação, sua história política e econômica estiveram interligadas às atividades desenvolvidas por grandes fazendeiros, posteriormente comerciantes, e por coronéis guerreiros. A trajetória política de Aquidauana apesar disso acompanhou os grandes eventos ocorridos desde os primeiros anos da República. Aquidauana crescia e com este crescimento, acompanhava o aumento e a consolidação da influência dos grandes fazendeiros, coronéis que, no conjunto, constituíram a oligarquia local. Naturalmente isso pode ser tomado como decorrência da importância política, econômica e social adquirida por essa oligarquia, uma vez

garantido o papel de liderança nos destinos políticos do Estado e da Cidade. As cidades são os centros concentradores do poder e do efetivo exercício do poder oligárquico.

A oligarquia implantou no Mato Grosso seus valores, sua visão de mundo, assegurou seu espaço de mando. No caso específico de Aquidauana, sua construção histórica, marcada pela efetiva presença dos coronéis-fazendeiros e comerciantes, estes ligados aos primeiros por óbvia necessidade de existência e sobrevivência econômica, legou à cidade uma vida política e social vinculada à mentalidade das “classes produtoras”. O conservadorismo fincou raízes no município, garantido pelo poder econômico e, em certos momentos, pelo poder das armas.

Em tais circunstâncias, até a década de 1940, o poder das oligarquias, expresso pelas mãos dos coronéis, se fez sentir profundamente, quase legalmente. Com a implantação do governo de Getúlio Vargas, a partir dos anos 1930, o Estado brasileiro tratou de alijar parte do poder privado, concentrado pelos coronéis. Sua influência, a partir daí, será adequada à nova ordem, sendo sentida principalmente pelo que representaram no passado. Sobrevive um tipo de mentalidade alicerçada pelo poder moral que não existe mais, entretanto não é facilmente esquecido pelas pessoas comuns do povo.

A partir da interferência do poder central, no Estado Novo, por meio das ações policiais, por exemplo, os coronéis passaram a atuar de outra forma na política de Aquidauana. Teve início um processo de mutação, a longo prazo, no exercício da política regional. Era a adequação a uma situação nova, representada por maior ingerência do Estado na estruturação de novas relações de poder. Embora ocorressem atritos, estava inaugurada uma nova realidade nacional, e confrontos com forças federais simbolizavam bem essa circunstância na política nacional.

Exorcizados como poder armado, os coronéis mato-grossenses trataram de se rearticular para adaptar-se à atual realidade nacional. A intensificação da presença do Estado não significou o fim das oligarquias, apenas uma ação para enquadrar aqueles grupos numa realidade política diferente. Setores das oligarquias, especialmente aqueles mais próximos ao regime varguista, continuaram a interferir, dirigir e coordenar atividades políticas nos pequenos municípios do interior.

Aquidauana presenciou as grandes-pequenas mudanças ocorridas nas práticas oligárquicas. Foi banida, pelo menos ostensivamente, a atuação de grupos armados a serviço dos coronéis. Afastada a intervenção armada, em larga escala, optou-se por novas ações. Em primeiro plano, manteve-se a pressão originada pelo sobrenome ou pelo “berço”, quando os laços familiares sustentaram candidatos a cargos públicos. Organizaram-se

novas fórmulas, implantando a estratégia da pressão pela “linhagem” no sentido de conservar o poder. Desarticular o braço armado do coronelismo não logrou alijá-lo totalmente do exercício do poder. A influência das grandes famílias, herdeiras das tradições oligárquicas na região e, ainda, em Aquidauana, garantiu a presença de seus representantes no poder local e regional nos anos 1930 e 1940, e também nas décadas seguintes. Assim, prefeitos e vereadores da cidade tinham algum tipo de ligação com as chamadas famílias tradicionais. Certamente a oligarquia se dividiu nos momentos de disputa pelo poder, mas estas divisões expressavam-se em partidos políticos, que estavam longe de apresentar profundas diferenças doutrinárias ou ideológicas.

Sustentadas pela pecuária como atividade econômica que, por sua vez, ocupou mão-de-obra das aldeias, a cidade esteve ligada ao desenvolvimento econômico do Leste brasileiro. Assim, como economia subsidiária de outras áreas mais desenvolvidas do País, a pecuária extensiva representava a vida e a morte de Aquidauana. Crises nessa atividade seriam sentidas na cidade, expondo a fragilidade daquele modelo de desenvolvimento assentado na pecuária. As relações econômicas urbanas dependiam das vendas do rebanho. As atividades comerciais estavam sempre oscilando na cidade em torno da pecuária de corte. A própria insignificância de outras atividades rurais existentes, mas em menor escala, contribuía para essa situação.

Planejada como núcleo urbano, a cidade não trouxe outras alternativas para sua independência econômica. Outras atividades econômicas que pudessem ser realizadas existiram para atender às demandas do modelo original, conforme pode ser observado no trecho a seguir:

Entretanto, esse ‘progresso’ tinha bases frágeis. A produção econômica restringia-se praticamente à pecuária, praticada em latifúndios mediante a exploração da força-de-trabalho indígena; por outro lado, essa pecuária efetivava-se em caráter complementar à economia industrial paulista e a ela subordinada. Ao mesmo tempo, a concentração fundiária impedia ou dificultava a própria expansão das relações capitalistas no campo (Programa 5º EREH-CO, 1987).

Apesar disso, as atividades políticas assentadas no coronelismo e em sua herança oligárquica nos anos 40 e 50 não foram totalmente hegemônicas ou ao menos exclusivas. Divisões no interior da “classe dominante” sempre existiram, apesar de não implicarem significativas transformações sociais. Dificilmente as divisões poderiam deixar de existir, e, da mesma forma, sua extensão e profundidade políticas estavam ligadas à importância econômica alcançada pela pecuária, especialmente



no Sul do Estado. Caracterizado como produtor de grandes rebanhos bovinos, o Mato Grosso foi palco de disputas pelo poder, em vista da importância econômica de suas sub-regiões. Percebe-se as dificuldades em se estabelecer outros tipos de relações políticas em um contexto no qual o boi representava voto. Na década de 60, ainda é possível identificar a importância da pecuária para a economia do Estado, conforme pode-se verificar nos seguintes quadros:

**QUADRO COMPARATIVO DE REBANHOS EM 1961 (por 1000)  
BOVINOS**

	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR</b>
MATO GROSSO	10.686	131.328.236
MINAS GERAIS	16.470	186.087.160
SÃO PAULO	10.624	149.152.954

**FONTE: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. Ano XXIII, 1962.**

**EQÜINOS**

	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR</b>
MATO GROSSO	480	3.038.439
MINAS GERAIS	1.480	8.150.065
SÃO PAULO	918	7.427.815

**FONTE: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. Ano XXIII, 1962.**

**ATIVIDADES, ESTABELECIMENTOS & ÁREAS  
OCUPADAS EM AQUIDAUANA - 1960**

	<b>ESTABELECIMENTOS</b>	<b>ÁREA (ha)</b>
HORTICULTURA & FLORICULTURA	9	9
APICULTURA, CUNICULTURA & SERICULTURA	1	1
INVERNADAS & CAMPOS DE ENGORDA	10	31.844
EXTRAÇÃO VEGETAL	2	1.885
ATIVIDADES DE EXPERIMENTAÇÃO	2	502
AGRICULTURA & AGROPECUÁRIA	1.333	51.557
PÉCUÁRIA	221	1.017.558
TOTAL GERAL	1.574	1.096.901

**FONTE:IBGE. Censo Agrícola Estado de Mato Grosso. 1980.**

Sem pretender discutir flutuações de preço ou qualidade do rebanho bovino, os dados apresentados sugerem a importância das atividades nos campos mato-grossenses dos anos 1960. O primeiro quadro demonstra que o rebanho de Mato Grosso é superior, em quantidade, ao de São Paulo, embora menos valorizado. Se comparado ao mineiro, a diferença é muito maior. A mesma observação é válida para o rebanho equino, importante nas atividades de manejo do gado. Para fixar melhor o caráter dominante das atividades econômicas do campo, o Censo de 1960 informa que, em uma população de 25.487 habitantes, somente 11.355 habitavam a zona urbana do Município, enquanto 14.132 habitantes estavam na zona rural de Aquidauana.

O terceiro quadro é importante, ao apresentar a comparação entre o tamanho das propriedades utilizadas na pecuária e o das utilizadas na agropecuária, por exemplo. Os dados demonstram que a grande propriedade predomina no Município, em uma média de área de 4600 ha por fazenda. Se tomarmos os números relativos a rebanhos, percebe-se que as áreas não são totalmente ocupadas, em função das áreas alagadiças, sem desprezar a concentração de terras. Todos os dados apresentados informam sobre o peso e a importância das atividades rurais, principalmente, da pecuária extensiva na economia do município de Aquidauana nos anos 1960. Tais dados servem para reflexão acerca das consequências dessas atividades sobre o desenvolvimento da cidade.

### **3.3 A ESQUERDA E OS CORONÉIS**

Já aludimos às ligações entre a atividade econômica regional e suas implicações na política e na mentalidade durante a criação e a implantação de Aquidauana. Todo o processo de crescimento da cidade ocorreu com a influência das oligarquias. Apesar de distante, a cidade recebeu os ventos de movimentos distintos das práticas de antigas políticas. Assim, com o decorrer dos anos, surgiram minúsculos grupos de orientação de esquerda.

Esses grupos tinham em sua composição pessoas de vários segmentos sociais: pescadores, professores, comerciantes e, até, membros de famílias tradicionais da cidade. Alguns militantes, exercendo sua cidadania, tornaram-se representantes de uma via extra-oligárquica na política de Aquidauana. A partir desse amálgama político, estava composto o núcleo principal da esquerda local. Mas a principal influência da esquerda ocorreu entre os membros do segmento mais organizado do período, os ferroviários.

No interior de partidos ligados à oligarquia, como por exemplo, o PTB, a UDN, ou no de agremiações como o PCB, a esquerda aquidauanense influenciou, posteriormente também na organização de movimentos sociais. De base ferroviária, o PCB apresentava-se como o segmento político-partidário mais estruturado, com propostas ideologicamente mais acabadas. Por certo que a concepção “pecebista” representava o extremo oposto das vozes partidárias mais ouvidas na cidade.

Contudo, o ostracismo imposto ao PCB em todo o Brasil, a partir de 1947, a esquerda de Aquidauana se dispersou. Aqueles militantes mais atuantes, porém, prosseguiram suas atividades como membros de outras siglas ou como pessoas afastadas de uma estrutura partidária legal. A partir daí, as pessoas que participavam de reuniões com objetivos alheios aos interesses políticos da oligarquia eram suspeitas, serviam de motivo para boatos sobre as atividades políticas das entidades de trabalhadores na cidade.

A militância política em Aquidauana sempre teve marcas da oligarquia. No entanto, a esquerda, concentrada em poucos elementos (pescadores, ferroviários, professores) marcava sua atuação por meio de pregações em lugares públicos, especialmente em conversas de bares, praças e rodas de amigos. Obviamente a continuidade das atividades políticas de um partido ilegal foi motivo de preocupação das autoridades, mesmo porque esse tipo de ação destoava das práticas políticas encontradas na cidade que, por sua vez, se inseriram no todo das relações de poder no Brasil nos anos 1950 e início dos anos 1960.

Compreender o coronelismo e, depois, as ações de grupos políticos de esquerda só é possível se não se perder de vista o contexto histórico. Essas condutas políticas, enquanto formas de obter e exercer o poder encontram lugar em períodos históricos distintos na vida nacional. A essas formas corresponde uma etapa do desenvolvimento das relações capitalistas no País, bem como os tipos de mentalidades a elas relacionadas.

Sem estarem desvinculadas da realidade nacional, as expressões políticas em Aquidauana tinham sua cor regional. Daí, a atuação da esquerda na cidade receber influxos das orientações em âmbito nacional. Mesmo assim, percebem-se ambigüidade nas relações políticas, especialmente nas ligações pessoais dos participantes. Essa ambigüidade não significava uma contradição mais profunda já que, em cidades pequenas ou médias do interior, como Aquidauana, relações políticas e relações familiares quase se confundiam.

Apesar de as relações em Aquidauana serem marcadas por traços oriundos do tipo de economia desenvolvida, as vozes discordantes se fizeram ouvir. Por intermédio de meios extra-oficiais, as mensagens

de orientação socialista chegavam às casas dos oligarcas, suscitando preocupações e, posteriormente, temores. As manifestações políticas que se diferenciavam dos interesses da classe dominante local assustavam as lideranças oligárquicas de Aquidauana. Movimentos sociais, com influência das idéias de esquerda, eram um problema sério, especialmente se considerada a situação política nacional.

Nesse sentido, como interpretar atividades de esquerda em Aquidauana nos anos 1960? A política local sempre aconteceu a partir da oligarquia. Os núcleos de esquerda articularam-se em torno das lideranças portadoras de concepções ideológicas transformadoras, revolucionárias.

Essas lideranças tinham vínculos, na maior parte, com a estrutura ilegal do velho PCB. Embora seja possível identificar as idéias e seus portadores afastados do Partido Comunista, suas aspirações coadunavam-se quase sincronicamente com as pregações da esquerda militante.

Embora distante dos grandes centros urbanos do País, a cidade de Aquidauana não foi uma ilha. Sua criação, crescimento e desenvolvimento ligados a 1964, compuseram parte do acontecimento. A explosão do golpe foi sentida ali; a esquerda da cidade viu, ouviu e sentiu o início da implosão de sua utopia. A repressão, princípio e fórmula de ação da contra-utopia, tomou forma e atuou na cidade, mostrando que faltou algo para a vitória da Revolução. Ainda, como contra-utopia, a repressão apresentou-se como possibilidade, também, de efetuar velhos acertos de contas entre políticos locais, “herdeiros do baração e do cutelo” (CORREA, 1981).

Herdeira de passado que significou poder para alguns e obediência para outros, Aquidauana viveu 1964 e seu marco, o Golpe de Estado, dentro de uma realidade histórica conturbada, como no restante do País. O coronelismo e a oligarquia legaram a essa cidade traços profundos de autoritarismo e conservadorismo. O surgimento de um tipo de oposição, notadamente de esquerda, afrontou muito os remanescentes da velha estrutura de poder. O contexto de 1964 no País reproduzia-se em Aquidauana, opondo elite a líderes de esquerda. O Golpe e a repressão contra líderes de movimentos populares, cidadãos e militantes de esquerda carregaram, na cidade, as marcas de seu passado. Este passado forneceu uma dramática contribuição aos fatos políticos dos anos 1960 em Aquidauana. Como se verá em seguida, o mesmo Estado que submeteu os coronéis locais, nos anos 1930, tratou de preservar seus herdeiros políticos três décadas depois. As mudanças nas estruturas de poder na cidade foram sensíveis. As lideranças políticas ulteriores a 1964 representavam a continuidade da influência da oligarquia e dos velhos coronéis da primeira metade do Século XX.

# 4

---

---

## ESQUERDA E DIREITA - OS CONFRONTOS E AS IDÉIAS

*[...] uma das primeiras coisas a compreender é que, o poder não está localizado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado, a um nível muito mais elementar, quotidiano, não forem modificados.*

(Michel Foucault)

### 4.1 A ESQUERDA E AS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS NA ÓTICA DA REPRESSÃO

Ações políticas exigem discussões e debates preliminares. Tornar as propostas de reformas de base conhecidas requisitou discussões e debates, sobretudo entre os militantes de esquerda. Em um momento importante, em que a sindicalização rural e a organização de movimentos sociais estavam em franca ascensão, reunir pessoas interessadas no tema foi condição fundamental para expandir as idéias de mudanças políticas, sociais e econômicas. Nesse caso, a aglomeração humana tinha objetivos definidos: expandir idéias e valores de efetivas mudanças, já que, para os organizadores das conversações, sobrava clareza nas suas crenças de mudar o regime. Ênio Cabral, Osvaldo Sanches, Cândido dos Santos, militantes em Aquidauana, defendiam essa ambição, sobretudo, como possibilidade de realizarem a utopia inspirada em estudos do velho Marx.

Os domingos foram “inventados” pelo capitalismo para o descanso. Após uma semana de trabalho árduo, o sistema capitalista possibilita essa conquista. Porém, a militância política não conhece descanso, ainda mais quando as perspectivas revolucionárias aproximam o discurso da prática. Como o domingo era o único dia em que líderes e possíveis liderados podiam se encontrar, a oportunidade não era dispensada. E lá estavam eles, falando uns, ouvindo muitos, sobre direitos de trabalhadores rurais, reforma agrária, assistência médica, salários, empréstimos para o plantio, sobre

mudanças e esperanças de uma vida diferente. Era preciso ouvir, escutar e depois organizar-se. Para realizar mudanças, era necessário trabalho, especificamente trabalho político, planejamento e conscientização. É nesse sentido que Paul Veyne valoriza os testemunhos dos acontecimentos, segundo seu olhar fragmentado:

A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso [...] em nenhum caso, o que os historiadores chamam um evento é apreendido de uma maneira direta e completa, mas, sempre, incompleta e literalmente, por documentos ou testemunhos, ou seja, por ‘tekmeria’, por indícios (VEYNE, 1992, p.11-12).

Guiando-nos por este historiador, percebemos que dar “voz ao passado” é uma figura de linguagem que aponta para a falta de senso de limites da história. Ou seja, Não podemos apreender todo o passado; é possível, porém, burilarmos alguns indícios. Se é possível burilar indícios, usar a tekmeria é permitir, facultar a palavra aos testemunhos e, ainda mais, aos atores do evento, personagens importantes em nossa narrativa. É possível ao historiador compreender o passado parcialmente por meio do que os testemunhos nos legam de informações. Os testemunhos-atores fornecem informações importantes sobre militância política. Por exemplo, os testemunhos, como personagens diretamente envolvidas no passado, constroem uma memória. Dessa forma, é possível requerer a “voz” de um ator:

[...] e nesse mesmo período, inclusive, fizemos uma movimentação muito grande de conscientização popular em Anastácio, não sei se você se recorda, você conhece, se sabe? Passando a Ponte Velha em direção à Anastácio, a direita tem uma casinha baixa, pequena, ali era a sede das associações de Aquidauana, ali foi um núcleo, aqui na cidade, de uma organização de camponeses, de trabalhadores, sem terra... Isso foi anterior a 64, ao Golpe. Todos os domingos... aí começaram a aderir os ferroviários, os comerciários, estávamos organizando a Associação das domésticas e todos os domingos a concentração era muito grande, camponeses dos mais diversos lugares do município de Aquidauana vinham prá ali aos domingos assistir as reuniões, os debates. Nós levávamos jornais, livros e tínhamos uma preocupação de não ter cor partidária, tanto é que era proibida discussão política dentro das reuniões, justamente, isso para evitar provocação; prá dizer que era de caráter comunista e que estávamos também acompanhando a orientação do presidente da República, João Goulart, de criação de Ligas Camponesas (Depoimento Ênio Cabral, 1991, p. 4).

Nesse caso, nosso personagem aludiu ao caráter das reuniões, seu local e estratégias utilizadas para burlar suspeitas de atividades subversivas.

O personagem Ênio Cabral pode ser rotulado como o principal mentor das atividades políticas da esquerda em Aquidauana. Por suas palavras identificamos o quanto as mudanças atemorizavam os setores sociais mais influentes em Aquidauana no idos de 1960, o quanto o temor à repressão solicitava cuidados, alternativas; e o como a pseudo liberdade ideológica era utilizada como saída pelos líderes de esquerda.

Mas as precauções foram inócuas, até porque os movimentos organizados em busca de mudanças atingiam níveis nacionais. Em suma, os anos 1960 eram marcados por expectativas de mudanças no Brasil, daí olhares conservadores estarem voltados para reuniões, mesmo que dominicais. Nessas reuniões, a idéia de conscientização trazia as silhuetas da revolução, fórmula mágica dos comunistas para mudar os rumos da história.

As atividades políticas ligadas a pessoas que sugerissem vínculos com o velho Partido Comunista, então na ilegalidade, causavam temor. A reação inicial era de cautela, tanto antes do Golpe quanto depois, com a repressão. Realizar ações que pudessem significar presença do Partido Comunista era motivo de preocupação para os herdeiros das oligarquias da cidade. Os indícios coletados, ou seja, nossas fontes de pesquisa estão recheados com registros que expressam a preocupação dos militares e das testemunhas de acusação, assim como a da própria justiça civil, com a possibilidade de verem o PCB de volta à ativa na cidade.

As reuniões dominicais indicavam a existência de atividades ilegais. Na visão da repressão, aquelas pessoas reunidas só poderiam estar com intenções radicais e revolucionárias. Conforme entrevista realizada com o professor Ênio Cabral, seu advogado, José Fragelli, afirmara que as reuniões de Domingo assustaram a elite aquidauanense. Nos IPMs pode-se encontrar perguntas que procuravam superar suspeitas e encontrar certezas de que as “domingueiras” não eram tão pacíficas. Recorremos mais de uma vez à tekmeria para coletar alguns informes importantes para aqueles que foram encarregados de destruir possibilidades revolucionárias:

Perguntado qual o número de associados, respondeu que 231 sócios na Construção Civil. Perguntado quais os dias de reuniões, respondeu aos domingos pela manhã (IPM Sebastião de Oliveira, folha 22).

Perguntado se as reuniões era para toda as Associações, respondeu que não; cada Domingo era para uma associação. Perguntado que assuntos eram tratados, respondeu sobre leis que davam direitos sobre Reforma Agrária, sobre sindicalização rural (IPM Antônio Alves Ferreira, folha 22).

A primeira questão a ser levantada é em relação à suspeição acerca de nossos informantes. Os IPMs tornaram-se instrumentos, por excelência, da repressão no combate aos presos após o Golpe. O que era normal, até porque a repressão, qualquer que seja ela, utiliza-se de mecanismos diversos para mostrar a que veio. O principal problema foi em relação à manipulação das falas, ou seja, à distorção dos depoimentos. Mais tarde, perante a Corte Civil, os presos sob suspeição de atividades comunistas, cerca de 16, que sofreram IPM em Aquidauana, denunciaram essas práticas. Os IPMs são imprescindíveis para entender a repressão pós-1964, que se desenrolou em Aquidauana. Manipulados ou não, IPMs transmitem as mensagens, as ações da repressão, mas revelam também as reações dos agentes atingidos. É possível, por exemplo, perceber o esforço retórico em dar ao Inquérito um invólucro legal, insuspeito e, portanto, portador de uma pretensa verdade. Essa verdade sugeria, de outra forma, uma falsa neutralidade das forças repressivas, que, em suas concepções, eram agentes da lei. Sendo a lei produto de convenções sociais, os transgressores atacavam princípios de toda a sociedade e não só os das classes sociais privilegiadas.

Com um discurso moralizante e legalista, os militares derrubaram um governo civil e constitucional para instalar um governo ditatorial. O Estado foi transferido para as mãos de uma instituição (o “aparelho” exército) para sustentar uma situação de desigualdade social no País. A chegada dos militares ao poder representou a vitória e a permanência de um modelo de capitalismo dependente, ampliando a atuação do imperialismo nos anos da ditadura militar. O Golpe foi feito com discurso de mudanças, entretanto redundou na permanência do status quo.

Nessa busca de aspectos de legalidade nas ações contra os “agressores da lei” (os acusados nos IPMs), os responsáveis pelos inquéritos caíam frequentemente em contradições, fruto, na maior parte das vezes, da própria incompetência. Essa questão, porém, não podia ser percebida naquele instante, tanto é que as peças dos IPMs se compuseram de portarias, atos, nomeações, termos de busca e apreensão, inquirições de testemunhas e acusados. Sempre se invocava o Ato Institucional Número Um ou artigos de leis encontradas no Código Penal. Esse excesso de zelo denotava insegurança e resultava em incongruências.

Embora tonalizadas por perseguição ao legalismo, as ações militares contra atividades subversivas caracterizaram-se pela subtração de direitos sociais e políticos. Inicialmente, pela necessidade de comprovar as acusações de atividades contrárias ao novo regime, o órgão encarregado de fazer cumprir as ordens expressas nos primeiros Atos Institucionais usou os meios que dispunha, ou seja, a força. Força que, em Aquidauana, se mostrou completamente despreparada para executar ações formais de



repressão aos presos políticos. Os inquéritos demonstram como tal ação foi marcada pela inexperiência dos militares na cidade, denotando certo voluntarismo. A necessidade de dar aspecto legal à ação fez com que papéis fossem acumulados em nome da manutenção da ordem. A justificativa pode ser extraída de uma de nossas fontes, uma portaria sem número, assinada pelo comandante do 9º Batalhão de Engenharia e Combate, sediado em Aquidauana:

Em face de crimes veementes praticados na Área de atribuições desta unidade por indivíduos ou grupos de indivíduos contra a segurança do País, regime democrático, probidade da administração pública e atos de Guerra Revolucionária, determino seja instaurado o competente INQUÉRITO POLÍCIAL MILITAR [...]. (IPM Clealdon Assis e outros, folha 12).

Surge aí outro dado importante: a suspeita de que contra o Regime Democrático, entre outras denúncias, estavam em fase de organização comandos guerrilheiros. Esses supostos comandos guerrilheiros teriam a função de executar planos para a tomada de poder na cidade. A origem das suspeitas referia-se à organização, na cidade, dos conhecidos “grupos dos 11”. Tais grupos, idealizados pelo senhor Leonel Brizola, suscitaram temor em relação aos comandos nacionalistas, sugerindo que esses núcleos guerrilheiros com a finalidade, inclusive, de supliciar e exterminar os opositores do novo regime idealizado.

As suspeitas de que as atividades de esquerda na cidade ultrapassavam os limites da sindicalização deixaram a elite local preocupada com o que ocorreria. Desse modo, a incerteza também chegava a Aquidauana, a exemplo do que corria no resto do Brasil. De conversas em praças públicas, de bate-papos em bares ou rodas de amigos, os boatos surgiam e transformavam-se em ameaças veladas, fatos verdadeiros que rapidamente tomariam forma de ameaça. A origem de tudo isso estava naquelas reuniões dominicais, quando “candidamente”, se debatiam idéias pragmáticas para a organização de entidades que, em tese, poderiam tornar algumas reivindicações sociais uma realidade.

Na base das suspeitas, estavam as atividades de esquerda para organizar associações e sindicatos. Sustentadas por incentivo das propostas de Reformas de Base de João Goulart, proliferaram, em número expressivo, as organizações de fundo classista em Aquidauana. Num primeiro momento, essas entidades receberam incentivos de parte da elite, pois não se imaginava que as propostas políticas do governo central oferecessem mais campo de ação às associações. Houve também a interpretação de que a finalidade maior dessas entidades seria filantrópica ou social, nunca

política. Em 1961, momento em que não se pensava em radicalização do contexto político brasileiro, a Revista Brasil-Oeste publicava artigo, em número comemorativo ao aniversário de Aquidauana, sob o título Movimento classista em Aquidauana. Nesse artigo a posição angelical das entidades era exaltada como necessária e salutar para o desenvolvimento da cidade:

Aquidauana conta com Associação Rural, Associação Comercial, Associação dos Ferroviários da NOB, Associação dos Pescadores, Associação dos Varejistas, Sindicato dos Motoristas, Sindicato dos Carreiros, Sindicato dos Charreteiros (em organização), Sindicato dos Empregados no Comércio, Cooperativa Agropecuária, Cooperativa dos Ferroviários, Grêmio Estudantil Marechal Rondon.

Nota-se um prenúncio de evolução social, dependendo apenas de maior atuação de algumas entidades em prol das reivindicações da classe e dos anseios dos Aquidauanenses (Revista Brasil-Oeste, nº 62, 1961, p. 53).

Desnecessário afirmar que o articulista da revista enxergava as entidades a partir de um mesmo nível de posição. Não foram consideradas as diferenças de classes e os interesses diferenciados e às vezes até opostos. Colocaram-se lado a lado as associações patronais e as de trabalhadores. A avaliação da Revista é compreensível, quando lembramos que as entidades classistas eram criadas sob incentivo do governo Goulart. Difícil crer, portanto, que as propostas de aumento de sindicalização no Brasil tivessem um cunho subversivo. A ação política do Estado, no desenvolvimento do movimento sindical do País, tem suas raízes no Governo Vargas, permanecendo alguns aspectos com Goulart que agiu no sentido de incentivar e regular o movimento sindical.

O modo como a “Revista Brasil-Oeste” entendia a organização de classe era uma estratégia ideológica de seu discurso. Tinha por objetivo anular os conteúdos políticos de classe, presumindo ser possível manter uma harmonia social na região. Esse periódico era editado em São Paulo e seus principais dirigentes pertenciam ou tiveram algum tipo de ligação com as principais lideranças políticas vinculadas às oligarquias do Mato Grosso. Em outros momentos, a reportagem traz comentários sobre as entidades, enfatizando sempre seu suposto caráter social-assistencialista.

Vincular organização sindical com assistencialismo foi uma estratégia política das elites. Para a elite Aquidauanense, as organizações sindicais poderiam, em conjunto, atuar em benefício do crescimento da cidade. A ação das entidades de classe era, portanto, desligada de seus aspectos políticos, enquanto representante de um segmento social determinado. A “Revista Brasil-Oeste”, na matéria supracitada, demonstra tal confusão,

talvez propositalmente: “Nota-se um prenúncio de evolução social, dependendo apenas de maior atuação de algumas entidades em prol das reivindicações da classe e dos anseios dos aquidauanenses”. (ibidem)

De certa forma, a atuação das entidades de classe, representativas dos trabalhadores, forneciam justificativas para essa interpretação. Tentando atuar como entidades representantes de uma categoria social, com ênfase na ação assistencialista, essas entidades expunham-se como coadjuvantes da versão oficial de uma paz entre as classes na cidade. Nesse sentido, a “Associação Profissional dos Ferroviários da Noroeste do Brasil”, considerada uma das responsáveis pelo crescimento dos movimentos sindicais em Aquidauana, atuou passando uma idéia de utilidade pública. O trecho a seguir que, em “Brasil-Oeste”, aparece junto a uma foto que ilustra tal afirmação:

NOVAS COSTUREIRAS EM AQUIDAUANA: - A escola de Corte e Costura da Associação Profissional da NOB, em Aquidauana (MT), acaba de formar nova turma de costureiras, que teve como paraninfo o sr. Vicente Medeiros, consagrado jornalista mato-grossense. A Escola constitui verdadeiro orgulho dos ferroviários da região (Idem, nº 6, p.38).

Organizar entidades classistas representativas de trabalhadores foi opção de luta da esquerda de Aquidauana, seguindo um modelo sugerido pela cúpula do Partido Comunista. O momento propiciava a organização, já que o País vivenciava, no final de 1963, possibilidades de mudanças. Para a esquerda, organizar era fundamental já que, somente com entidades de classe organizadas e com seus membros conscientes e ativos, a fórmula de transformação poderia vingar. Os comunistas, principalmente, apostavam na sindicalização como força revolucionária. Os sindicatos seriam fundamentais para levar adiante uma revolução socialista. Em tese, eles poderiam determinar os rumos e, essencialmente, dirigir as ações revolucionárias. Para tanto era preciso expandi-los pelo País, tornando-os representativos e atuantes. Organizar e conscientizar tornaram-se palavras-chaves unidas na pretensão de alcançar os seus objetivos políticos na cidade.

#### **4.2 ESQUERDA E DIREITA EM AQUIDAUANA NA CONJUNTURA PRÉ -64**

Considero importante focalizar a realidade da política nacional no início de 1964, na relação com a situação vivida em Aquidauana, e destacar

em que medida ela interferia nos rumos das ações políticas locais. Nesse sentido, o temor maior da oligarquia recaía sobre as idéias de reforma agrária, mesmo porque a região era essencialmente voltada para a pecuária, baseada em grandes propriedades. Em um contexto que não deixava claro quais eram os verdadeiros rumos da proposta do governo populista, os boatos tomavam forma de versões oficiais, fazendo com que fazendeiros e defensores das reformas guiassem, por vezes, suas atitudes a partir desses boatos. Ênio Cabral recorda que seu advogado, José Fragelli, disse que as prisões ocorreram porque os movimentos políticos da esquerda em Aquidauana assustaram a “burguesia” local.

Embora agindo a partir de notícias ou versões ambíguas e, algumas vezes, a partir de dados fabricados, os políticos na cidade de Aquidauana precaviam-se em relação ao futuro. O grupo dominante organizava-se da melhor forma, alegando que era para resistir ao “avanço comunista”. Tais atitudes podem ser verificadas em todo o sul do Estado. Em Corumbá, por exemplo, a Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso, em conjunto com a Associação Rural de Campo Grande, lançou um manifesto de onde extraímos o seguinte:

Em consequência (do quadro político), a classe ruralista tomou a única atitude que lhe compete: A de protestar, ainda que violentamente se necessário em defesa do sagrado e inviolável direito de propriedade garantido pela vigente constituição federal, guardião dos direitos de todos os brasileiros. Os que não querem respeitar os direitos alheios, hoje não poderão ter os seus próprios direitos respeitados amanhã.

Os ruralistas não iniciarão qualquer violência, mas reagirão a ela também com violência se for preciso, usando de todos os meios ao seu alcance; não é desejo de nenhum ruralista a luta fraticida que sacrificará brasileiros que estão sendo ludibriados em sua boa fé, e incitados à desordem por elementos oportunistas e irresponsáveis interessados na baderna e na subversão da ordem (Jornal Folha da Tarde, nº 1707, Mar. 1964, p. 01-04).

O grupo de esquerda, por sua vez, vislumbrava as portas do mundo socialista. Paralela às expectativas de cada um dos grupos, estava a realidade política nacional e, ainda, o contexto internacional, a partir do qual cada grupo construía sua visão de realidade.

Internamente, o Brasil de 1964 vivia a angústia de uma possível ruptura da ordem institucional vigente. Esquerda e direita articulavam-se para que a mudança tendesse para seus respectivos lados e interesses. As propostas de Reformas de Base, largamente difundidas no País, pareciam indicar mudanças para atender, parcialmente, às aspirações da esquerda. De fundo populista, as Reformas objetivavam manter as bases fundamentais

do modelo econômico brasileiro com algumas alterações para atender às necessidades dos segmentos sociais mais pobres da sociedade. A situação do País, naquele momento, preocupava o governo, e daí, a necessidade de algumas mudanças. Para os conservadores, porém, as propostas governamentais soavam como o prenúncio de uma “República Sindicalista”, termo importado da Argentina na década de 1950. Para a facção da esquerda, mais radical, as mudanças propostas tinham um significado restrito, ou seja, eram superficiais para as exigências do momento. Enfim, mesmo com a expectativa de algo diferente no horizonte, os dois lados mostravam-se insatisfeitos.

Não é para estranhar que a situação se apresentasse de maneira obscura no Mato Grosso, pouco desenvolvido dos anos 1960 e, muito mais confusa, em Aquidauana. Meses antes do Golpe Militar, a revista Brasil-Oeste, de boa circulação entre a população leitora do Mato Grosso, publicou artigo sobre a Reforma Agrária com o seguinte título: “Reforma Agrária: Tendências socialistas e democráticas” (Revista Brasil-Oeste, Jan. 1964). O texto, pretendendo neutralidade em relação tema, procurou destacar as diferenças entre a proposta de reforma agrária socialista e a de reforma agrária denominada democrática. A concepção de reforma agrária destacada pelo articulista intentava distinguir valores sociopolíticos inerentes a cada uma das propostas de mudança. Certamente, o caráter de neutralidade frente ao assunto não pode ser levado a sério, uma vez que a revista tinha entre seus editores pessoas de amplas ligações com interesses dos pecuaristas da região Centro-Oeste. Também, destaca-se o fato de que esse periódico pretendia alcançar, como leitores, cidadãos vinculados à principal atividade econômica da fronteira oeste do País, a pecuária extensiva. Ao se folhear alguns números da publicação, pode-se deparar com anúncios de produtos de uso na agropecuária ou de ofertas de lotes de terra em áreas das mais distintas da região.

Quando aponto definições acerca da concepção de reforma agrária expressas na “Revista Brasil-Oeste”, não pretendo identificar o caráter classista do periódico, mas utilizar tal definição como indicativo de preocupações oriundas da temática ligada aos interesses da elite econômica do Centro-Oeste brasileiro. Aliás, em diversos artigos sobre a questão, é clara a posição da Revista; contudo, o que se destaca é a via de realização das propostas. Muito além da redistribuição de terra, estava em debate no País o regime sociopolítico e econômico.

Assim, o que esperar naqueles instantes, próximos a 1964, de incertezas e tensões? A situação política estava cada vez mais crítica. A crise social e política recebia, cada vez mais, influxos de uma caótica realidade econômica. Os anos de 1962 a 1964 constituíram-se em um período de

crescimento considerável das reivindicações sociais, levadas adiante por setores das camadas populares. A vitória sobre o parlamentarismo sinalizava a Goulart a possibilidade de empreender reformas mais sérias nas estruturas nacionais. A inflação e a estagnação compunham o quadro da realidade do País:

O balanço final do ano de 1963 revelaria, de forma dramática, o resultado dos impasses governamentais: o índice geral dos preços alcançou 78% (previa-se 25%); a taxa do PIB caiu ao ponto mais baixo que se conhecia nos últimos anos, 1,5%; o 'déficit' de caixa do Tesouro Nacional atingiu 500 bilhões de cruzeiros (a previsão era de, no máximo, 300 bilhões negativos); os meios de pagamento cresceram 65% (para um total previamente estabelecido de 34%) (BARROS, 1990, p. 64).

Era perceptível o quadro de decadência econômica que o Brasil apresentava no alvorecer do novo ano de 1964. A partir desse quadro, as possibilidades de solucionar ou, ao menos, de oferecer perspectivas de saídas para a crise pareciam surgir pela via das esquerdas ou pela pressão dos setores conservadores, ligados ou não ao capital externo. No interior dos conflitos e da crise, o Estado brasileiro, sob a regência de um presidente que acenava com proposta populista, parecia refém das circunstâncias apresentadas. Sobrava descrença e desaprovação, por um lado, e ceticismo, por outro. Para verificar o teor das preocupações com os rumos do Brasil, especialmente de setores da elite do Centro-Oeste com o governo Goulart e suas atividades, recorremos a um trecho de artigo publicado na revista Brasil-Oeste, que se vangloriou de ter suas suspeitas confirmadas acerca do governo, afirmando que

O que já se apurou revela à saciedade (sic) que o ex-presidente Goulart traía (sic) deliberadamente a Pátria, entregando a agitadores comunista os postos-chave da administração.

A trama sinistra desenvolvia-se celeremente e deveria ter o seu climax com o golpe de esquerda, que estaria programado para o dia 1º de maio, coincidindo com as manifestações que se celebram todos os anos nessa data, para comemorar o Dia do trabalho (Revista Brasil-Oeste nº 92, 1964, p. 61).

Nota-se claramente o clima de certeza sobre a filiação doutrinária do presidente deposto, embora saibamos que toda essa certeza não passou de retórica, pois, pouco tempo antes do Golpe, o que mais sobressaía eram as dúvidas. Como argumento de que existia uma “trama sinistra” em andamento, sempre foi utilizada a prática de apontar para os aliados políticos

de esquerda que apoiavam o governo, assim como para as ligações desses com interesses dos países do Leste europeu e da URSS. Adicionem-se a essas acusações, as atividades dos movimentos sociais sob a influência ou sob a orientação da esquerda comunista. A UNE e a SUPRA eram citadas como focos de interesses e atuação comunistas em direção à “sovietização” do Brasil.

Aquidauana, nessas circunstâncias, recebia os reflexos da crise brasileira. Embora distante dos grandes centros, a cidade não poderia desligar-se do que ocorria nos centros de poder do País. De um lado, a esquerda apostando na direção de sua utopia, o socialismo, e, por outro lado, a elite oligárquica aquidauanense combatendo, com palavras as supostas pregações dos perigosos comunistas. Bares e praças ofereciam-se como palco para os conflitos verbais. Mais tarde, as testemunhas, de acusação ou de defesa, referiram-se a tais ambientes como locais onde ouviram ou presenciaram os militantes políticos tecendo comentários ou participando de discussões sobre política e sobre a proposta socialista.

Bares e praças também servem para debates. Antônio Callado, por exemplo, celebrou tal cenário, como lugar essencialmente ébrio mas, nem por isso, menos político ou social. No famoso “Bar Don Juan”, o autor identifica o ambiente de encontro de seus personagens tipificadores da chamada esquerda festiva dos anos 1960. Foi no Don Juan que seus personagens se encontraram, discutiram, planejaram a partida para a luta, a luta armada, ali alguns deles também amaram. Ambientes boêmios, sociais, políticos e econômicos, os bares foram e importantes para revolucionários e conservadores, no mundo e também na pequena Aquidauana, naqueles momentos tensos.

Inserida no contexto político anterior ao Golpe -1963 a março de 1964- Aquidauana tentava manter-se por dentro dos desdobramentos que poderiam ocorrer. Próxima da fronteira com o Paraguai e não muito distante dos limites com a Bolívia, sempre possuiu ares de cidade fronteiriça. Também era conhecida como cidade pacata, calma, onde seus moradores pensavam habitar uma terra afastada dos problemas maiores do País. Mas, mesmo longe dos grandes centros, com ar de cidade interiorana, as polêmicas nacionais estavam presentes ali, especialmente quando elas envolviam temas tão peculiares à região como o da distribuição de terras, o da sindicalização rural e o das mudanças de poder.

Distorcidas, confusas, essas idéias constituíam-se em solução para uns e em aberração para outros. Acreditava-se, na maior parte do país, que as Reformas de Base poderiam introduzir alterações na estrutura econômica e também nas relações de poder. Mudanças sociais, políticas e econômicas em Aquidauana significavam a alteração da forma como

os grandes fazendeiros dirigiam os destinos da cidade, significavam a introdução, a contragosto, de maneiras distintas de se fazer política, de se conduzir o relacionamento com a população em geral, enfim significavam a desestruturação de poderosos resquícios oligárquicos existentes em toda a região.

Os temores em relação às propostas do governo Goulart fizeram com que a “elite bovinocultora”, composta por grandes criadores de gado, herdeiros da oligarquia, proprietários de grandes fazendas do Mato Grosso, realizasse ações para preservar seus interesses, conservando as velhas estruturas econômicas e de poder na região. Nesse sentido, todas as possibilidades de atuação contrária às reformas deveriam ser utilizadas, pois os riscos de perda de espaço eram maiores a cada dia que passava na visão dos líderes políticos e oligárquicos. Esses líderes agiram para barrar as possíveis mudanças criando grupos de discussão e entidades patronais, orientando veladamente os fazendeiros a adquirirem armas para um eventual conflito armado. Combatia-se em dois fronts: nos debates de idéias e nos bastidores, por meio de articulações políticas e paramilitares. O “Jornal Folha da Tarde”, de Corumbá, ilustra as manifestações dos latifundiários do Estado. Além dessa fonte, Ênio Cabral, Clealdon Assis e Osvaldo Sanches se referem à compra de armas por parte dos fazendeiros. O objetivo, como enfatiza o manifesto publicado em jornais, era reagir contra possíveis expropriações de terras no estado de Mato Grosso.

Seguindo nessa linha de atuação, a “elite bovinocultora” do Mato Grosso colocou em prática uma idéia que vinha crescendo desde o acirramento da crise. No primeiro semestre de 1963, foi criada a ADMAT -Ação Democrática Matogrossense-, cujas características e funções oficiais eram a de um

[...] movimento apartidário, que se propõe a esclarecer a opinião pública sobre os intuitos dos agitadores sociais, tendo em vista resguardar as liberdades democráticas que são asseguradas a todos os cidadãos, indistintamente, e preservar o patrimônio de riquezas que se constitui no Brasil, graças à profícua e constante atividade das classes conservadoras (Revista Brasil-Oeste nº 82, p. 45).

No artigo da “Brasil-Oeste” há informações ainda sobre a boa receptividade para uma nova entidade, e a apresentação de um elenco de personalidades políticas regionais e nacionais que manifestaram apoio à ADMAT. Mas é importante notar duas afirmações no artigo: a primeira destaca os intuitos dos agitadores sociais e a segunda que indica o esforço empreendedor das classes conservadoras.



Os agitadores eram os membros da esquerda e os movimentos populares, que atuavam no Mato Grosso do período. Nesse aspecto, algumas pessoas ligadas ao Partido Comunista em Aquidauana chamavam para si toda a atenção, fazendo com que a oligarquia se preocupasse cada vez mais com os rumos políticos da cidade. Cidadãos como Ênio Cabral, João Soares, Osvaldo Sanches, Leonardo Nunes da Cunha, entre outros, eram reconhecidos como mentores e responsáveis pelas agitações políticas que tinham lugar na cidade. Suas interferências junto às associações de classe, suas conversas em praças e bares, suas atitudes de afrontar os destinos ditados pelos comandantes locais despertavam os olhares daqueles que se sentiam ameaçados pelas mudanças que poderiam acontecer com as reformas do governo Goulart.

Assim, essas pessoas representavam ameaça ao status quo tão duramente construído pelas “classes conservadoras”. Merece destaque aqui essa terminologia, pois ela designa não apenas os grandes fazendeiros no Mato Grosso ou seus aliados na política. Sua abrangência pretendeu inserir todos os setores sociais que estivessem envolvidos no processo econômico nacional naquele momento, representantes, pois, da situação vigente. Esse todo, porém, é excludente na medida em que as “classes conservadoras”, para o momento em estudo, remetiam para os proprietários, indistintamente dos setores agropecuários, industrial, comercial ou bancário. Como bem aponta o texto publicado em “Brasil Oeste”, aqueles pertencentes às “classes conservadoras” se sentiam ameaçados pelos agitadores. Além disso, temiam ver o seu trabalho e o seu empreendimento, resultantes da construção de um “patrimônio considerável”, ser destruído pelos opositores de esquerda.

Naqueles momentos tensos, qualquer atitude diferente merecia suspeita. Daí, as discussões em praças públicas e em bares e as reuniões dominicais realizadas na então chamada “margem esquerda”, como é conhecido o atual município de Anastácio, representarem perigo para as “classes conservadoras” de Aquidauana. Também o passado das lideranças de esquerda na cidade justificavam as preocupações. No período da 2ª Guerra Mundial, os Comunistas manifestaram-se expondo suas exigências no sentido de que o país declarasse guerra à Alemanha. Até aí tudo bem, pois as pressões internas e externas encaminharam o Brasil para tal ato. Mas, alguns anos depois, o professor Ênio Cabral, importante líder comunista em Aquidauana, fez um contundente discurso em praça pública contra as multinacionais, exigindo providências dos “chefes políticos locais” em relação aos problemas de energia elétrica na cidade. Esse discurso acabará por servir de prova no IPM contra o seu autor em 1964.

De fato, a atuação dos comunistas em Aquidauana teve grande influência, mas, com o passar do tempo e com a declaração de ilegalidade

do Partido, eles perderam espaço. Para alguns, porém, uma vez comunista, sempre comunista. Assim, as ameaças de execução de fazendeiros e de suas famílias, os boatos de transformação da sede de uma fazenda (a fazenda Guanady), situada próxima ao centro urbano, em sede do Partido Comunista, acirravam os ânimos. Em depoimentos coletados e em perguntas feitas pelos responsáveis pelos IPMs, essas ameaças são retomadas como parte das acusações. No entanto, a grande indignação tomou forma quando se espalhou o boato de que os comunistas pintariam a igreja matriz de vermelho e a transformariam em um bordel. Seria a sacralização da prostituição? Tal aberração escandalizou a cidade, além de gerar violentos bate-bocas entre os possíveis “pintores” da igreja e os cidadãos assustados com tal possibilidade. Ameaças como essas fizeram com que alguns fazendeiros providenciassem armas para a sua defesa e se tornasse mais tenso, ainda, o clima político de Aquidauana. Em entrevista realizada com Clealdon Assis, preso político em 1964, ele foi categórico ao afirmar ter visto algumas das armas importadas do Paraguai por fazendeiros de Aquidauana. As acusações de compra de armas eram freqüentes nos dois lados: em vários depoimentos constantes nos IPMs são encontradas menções sobre armas recebidas pelos comunistas locais. De fato algumas referências sobre a possibilidade de confrontos armados sugerem tal situação, entretanto, ao verificarmos as reais condições dos possíveis guerrilheiros, percebe-se que boa parte deles sabia apenas manejar muito bem foices, martelos e enxadas, em decorrência de suas atividades no campo.

### **4.3 MENTALIDADES QUASE COMUNISTAS**

O que ocorria na cidade de Aquidauana, no período anterior ao Golpe de Estado, especialmente a partir de 1963, tinha componentes locais, mas se ligava a uma circunstância mais ampla no País. Diferenças políticas, inimizades pessoais somavam-se e perdiam-se os limites de cada uma no contexto de 1964. A situação política do período, caracterizada pelo impasse a partir das ações populistas do governo, encaminhava a solução por via extra-institucional. O “31 de março” expôs a fragilidade da instituição democrática brasileira naquele instante. Foi a exposição do equívoco cometido por ideólogos das esquerdas quanto às possibilidades objetivas de realização da Revolução Socialista no Brasil. Segundo pesquisador do assunto, chegava-se ao término do modelo econômico instaurado a partir de 1946, e as crises como geradoras de tensão encaminhavam-se para um desenlace, pois,

Seria impossível conviver indefinidamente com esta situação. O golpe militar, consumado em 1º de abril de 1964, cortou o nó górdio de uma correlação de forças aparentemente equilibrada. Instalou uma ditadura militar e reforçou a hegemonia do capital internacional no bloco do poder (Reis Filho, 1989, p 22).

A partir de 1º de abril, cabia aos militares operar uma reconceitualização do Golpe, na tentativa de garantir a passividade dos que tivessem dúvidas acerca dos objetivos da “Revolução Democrática” de 31 de março de 1964. Em Aquidauana, o Golpe colocava termo à situação composta por relações políticas locais e ao contexto utópico-transformador dos anos 60, manifestados no País e na cidade. A expectativa de que algo aconteceria, empurrando a história mundial e brasileira em direção a uma Revolução Socialista, instalou-se nas mentalidades dos envolvidos nas disputas políticas maiores e nas do homem identificado como comum, desejosos de um mundo diferente.

Em certos momentos, os homens se parecem bastante, especialmente quando desejam algo. Os interrogatórios constantes dos IPMs e também dos processos criminais, além das entrevistas, evidenciam esses momentos. Se alguns membros da esquerda aquidauanense tiveram, antes dos anos 1960, formação marxista e preservaram tais características, outros não receberam o mesmo tratamento. Esses cidadãos, desprovidos de uma formação ideológica sistematizada, participavam dos movimentos sociais com expectativas no futuro. Por certo, as dificuldades econômicas, não só as individuais como as coletivas, foram fatores importantes nessa participação.

O que teria movido tais pessoas, desligadas de uma teoria política por mais simples que ela fosse? Minha interpretação recorreu a estudos de pesquisadores franceses que oferecem possibilidades de compreensão de pequenos detalhes, aparentemente sem importância, para identificar formas de perceber e agir no mundo. Nessas participações, políticas, por certo, mas notadamente assentadas num cristianismo que denuncia as diferenças e as misérias sociais, identificamos traços de mentalidades plasmadas pela luta contra injustiças. Pessoas comuns, sem formação política, juntamente com os militantes da esquerda de Aquidauana, participavam das reuniões de domingo, no antigo “Bar São Paulo”, situado à margem esquerda do rio Aquidauana, compartilhavam a “fé” em mudanças futuras. Impossível desprezar a forma com que essas pessoas se colocavam frente às possíveis alterações à sua volta.

Localizar esses pequenos detalhes no acontecimento em Aquidauana, remete-nos às manifestações de um tipo de mentalidade. Num certo

sentido, essa mentalidade é cristã, particularmente para as pessoas de formação católica que identificavam nas propostas da Utopia Comunista alguma semelhança com seus desejos de mudança. Por caminhos diversos, os desejos ou as utopias confluíam em uma mesma direção. De um lado, os comunistas com seus anseios e aspirações engajados, fundados na teoria marxista nascida na Alemanha e na Inglaterra - do século XIX, compartilhavam com pessoas comuns o desejo por mudanças em um mundo injusto. Os seus discursos inflamados e os seus sermões soavam falsos e inócuos para aqueles que não queriam mudanças. O desejo de mudança pode ser manifestado pelo impulso da consciência do sujeito, imaginando então a possibilidade de um mundo diferente. Mas a característica conservadora é um traço comum nos seres humanos. Suas alterações parecem naturais como o ato de ingerir água, talvez por isso subdimensionadas e relegadas ao plano das repetições individuais ou mesmo coletivas. Philippe Ariés retoma a banalidade, fornecendo-lhe a importância devida: [...] pois tudo o que concerne às repetições banais da existência torna-se traço essencial de mentalidade. (ARIÉS, 1990, p. 165-6).

Ao se analisar o passado de Aquidauana, nos momentos próximos ao Golpe Militar, percebe-se que a presença da Utopia Comunista se associa à luta dos segmentos sociais pobres por uma sobrevivência melhor. A presença de pessoas simples e humildes que se relacionavam com os comunistas, as quais em seus depoimentos, negam conhecer algo sobre comunismo ou socialismo, sugere que tais participações ligaram-se a valores comuns aos seres humanos. Esses valores, compostos por anseios, desejos e ambições, encaminhavam o ser humano a reagir frente a sua realidade. Em nosso caso, uma realidade conflituosa, um mundo em crise, uma sociedade mesclada por valores diversos, em uma cidade com um passado ligado à violência e ao temor frente a mudanças abruptas, como atestam trabalhos de pesquisa sobre o Mato Grosso. Os conflitos se davam muito além dos interesses políticos e econômicos, perpassando um espaço mais amplo que o Pantanal. O choque colocava duas visões de mundo, embaladas por utopias em contradição flagrante.

# 5

---

---

## O DISCURSO DA REVOLUÇÃO E SUAS PRÁTICAS

*MAFALDA: Mas tu disseste que ias ao Jardim Infantil...  
porque não estás lá agora?*

*MANUELITO: Porque se acabaram as Classes!*

*MAFALDA: S O C I A I S ?*

*MANUELITO: Escolares!*

*MAFALDA: Oh!...julguei que tinha chegado o comunismo!*  
(QUINO)

### 5.1 ASCENSÃO AO PODER

A crise desencadeada no governo Goulart levou o País ao impasse. A saída desse impasse ocorreu via derrubada do governo civil pelos militares. A situação política, que opunha setores da elite nacional ligada ao capital internacional e à esquerda sob liderança comunista, fez com que o grupo mais conservador das forças armadas assumisse a liderança política a partir da tomada do Estado.

O “31 de março” inaugurou um período de mais de 21 anos de governos militares no Brasil. Iniciou-se ali um período de extrapolação dos direitos constitucionais que só teve fim com as negociações geradoras da “Nova República”. O “31 de março de 1964” foi o marco inicial para o “day after”, ou seja, para as conseqüências do dia seguinte, o 1º de abril. A tomada do Estado pelos militares propiciou o fortalecimento daquele golpe. Tal fato conduziu o País para um regime de exceção temporária, como os militares propunham inicialmente, seguido de uma forma de governo ditatorial que custou a se encerrar.

Ao assumirem o Estado, os militares sentiram a necessidade de construir um aparato ideológico para manter o poder. Somada a um aparato repressivo, a ideologia deveria exercer sua função, qual seja, a de mistificar uma realidade, criando uma versão para anteceder os fatos. Assim, o

“departamento” mental da cúpula militar procurou justificar, enfatizando a necessidade e a utilidade da “Revolução Democrática” de 31 de março para a sociedade. Iniciava-se aqui a apropriação de um conceito com sinal invertido. A “Revolução” tornou-se um conceito universal e inespecífico. Conscientemente ou não, os estrategistas ideólogos ligados aos militares perceberam a possibilidade de usar um termo bastante comum no período, tornando-o útil ao regime recém-inaugurado.

A apropriação conceitual, como esforço de sedimentação do Golpe levado a cabo pelos militares, implica uma breve análise do termo Revolução. Autores como Caio Prado Júnior (1987) destacam a importância de um conceito, especificamente do de Revolução. Para esse autor é comum confundir termos complexos. Daí, Revolução ser confundida com “insurreição”. A tomada do poder por grupos ou por uma categoria social de oposição deve ser interpretada como insurreição. As revoluções matizam-se não somente pelas ações e características insurrecionais mas, sobretudo, pelas transformações profundas nas relações socioeconômicas e políticas. É razoável acrescentar que às transformações mencionadas segue-se um avanço na direção das mentalidades. Modificações socioeconômicas e políticas solicitam uma nova forma de ver a nova situação, daí a utilidade de operar mudanças também na sociedade em nível mental.

Mas, ainda sobre o conceito de Revolução, Caio Prado Júnior, ao realizar crítica severa aos limites teóricos da esquerda nos anos 1960, impossibilitada de formar uma teoria revolucionária para o Brasil, insiste nos aspectos de uma Revolução. Para o estudioso, a teoria deveria ser objetiva nesses aspectos, pois somente a clareza poderia facilitar uma ação mais conseqüente. A partir de um conceito, definindo a compreensão das circunstâncias históricas do momento, seria possível realizar as mudanças desejadas. O autor, na sua contundência crítica, não titubeou nas observações teóricas-conceituais e, pedagogicamente, dá sua lição, escrevendo que

‘Revolução’ em seu sentido REAL e PROFUNDO (grifo nosso), significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 11).

Alguns anos mais tarde, a História mostrou que transformações profundas, não saídas da chamada infra-estrutura, ultrapassam a superestrutura, tomam espaço nas mentalidades, mas são varridas como areia ao vento. Os anos 1980 foram marcados pelo estabelecimento de

uma ordem no planeta, onde os países do socialismo real foram quase todos, destruídos pelas suas contradições. Mas, nesses países as mudanças poderiam ser denominadas de profundas, mesmo com esforços políticos e armados, sobreviveram valores distintos dos necessários ao regime socialista.

Iniciado um novo período na história nacional brasileira, em que as forças militares se ocuparam de outras atividades que não as que lhes designava a constituição, era preciso depois aparar algumas arestas. Urgia iniciar a contenção de qualquer oposição e, principalmente, atacar os movimentos sociais e a esquerda, em especial os comunistas. A pseudo-Revolução Democrática iniciaria sua ação em direção ao autoritarismo. Com o controle do Estado e, portanto, com o monopólio da força, o grupo no poder passaria a controlar as decisões e os rumos da política nacional:

Quando, em abril de 1964, os militares derrubaram o presidente João Goulart e ocuparam o poder, na verdade estavam dando seqüência a uma longa tradição intervencionista que remonta aos séculos anteriores da nossa história. Ainda antes da Proclamação da República e durante a época escravista registravam-se inúmeros episódios de participação dos militares na repressão contra lutas populares (Arquidiocese de São Paulo, 1991, p. 53).

Como se pode perceber, intervenção e repressão não são ações intrínsecas à existência e à participação de forças militares do País e no Estado Nacional. A partir do monopólio da força, o Estado de farda gerou e alimentou as práticas autoritárias no País. Nanci Valadares de Carvalho (1988) analisa o autoritarismo como força de ação da ditadura ligada à reestruturação de grupos empresariais multinacionais. Em seguida, essa autora afirma que, no autoritarismo, o Estado adquire autonomia em relação às classes, perdendo sua função de instrumento classista, tornando tal distanciamento a essência para definir um regime que se serve do autoritarismo. O Estado assumiria, pois, o lugar dos conflitos de classes, anulando as funções políticas desses conflitos enquanto motor das relações da sociedade em um modelo liberal.

Embora não seja possível esquecer o contexto histórico e a conjuntura internacional, entendo o autoritarismo como prática do Estado e de seus dirigentes quando necessitam fazer valer vontades e interesses próprios ou de grupos políticos e econômicos dominantes. Enfim, o autoritarismo não pode ser considerado como recurso extremado somente de ditaduras.

Concordo que o Estado, em um regime autoritário, coloca-se como uma estrutura supra-classes. Mas daí, à concretização de tal possibilidade existe uma grande lacuna. Os discursos liberais ou autoritários sempre

pretenderam a neutralidade; contudo, em casos como o brasileiro, quando os militares assumiram o Estado, verificou-se uma posição plenamente autoritária definida no aparelho estatal.

Vitorioso o Golpe, implantada a ditadura, o Estado passou a utilizar-se de seu monopólio da força para suprimir todos aqueles que significassem ameaça à nova situação. Como compreender a repressão, levada a cabo pelo Estado, desligada de um “ajuste de contas” com os denominados subversivos? É possível analisar a prisão de pessoas envolvidas na política de esquerda, cujas propostas socialistas apostavam na Revolução como desencadeamento ou prosseguimento da luta de classes no Brasil dos anos 1960. O Estado, com seu autoritarismo, a partir de 1º de abril de 1964, verdadeiramente, colocou-se entre as classes e em direção, violentamente, de uma delas e de seus ditos representantes.

Seguindo a análise de Carvalho (1988), credita-se a Napoleão Bonaparte a inauguração do Golpe de Estado em sua forma moderna. Contudo, contrariamente ao que diz a autora, no Brasil a situação foi outra, pois os golpistas utilizaram-se de mecanismos legais somente para levar à frente a repressão. E o espaço parlamentar só foi devidamente suprimido, quando necessário. A autora aponta, ainda, características importantes e que devem ser consideradas na concretização de um Golpe de Estado. Para Carvalho,

O general moderno sabe que no Estado Moderno há um perigo iminente, surgido da multiplicidade e da fragilidade, da fragmentação enfim, contida nas relações entre o Estado e a Sociedade, O Golpe moderno não se constituindo de uma quartelada organizada pela polícia, nem numa brutal investida promovida pela caserna, utiliza-se dos meios de comunicação de massa, dentre estes, normalmente, das campanhas de opinião, além da opção pela arte da manobra de paralização (sic) dos governantes (CARVALHO, 1988, p. 16).

O comando do “Golpe de 31 de março” sabia da importância de agir, também, por outras vias além da repressão. Ao apropriar-se do poder, foi preciso lançar mão de recursos que contemporaneamente denominamos de mídia. Naquele momento, a grande vedete dos meios de comunicação ainda era o rádio, pois a televisão passou por seu boom a partir do Golpe. Então, rádios e jornais receberam a missão de vender um produto: o novo regime, deliberadamente ou de forma coercitiva. Os meios de comunicação passaram a cumprir funções ideológicas definidas, qual seja, a de auxiliar na concretização do regime militar iniciado pelo “Golpe de Estado de 31 de março de 1964”. Certamente as mensagens, em seu conteúdo discursivo,



objetivavam simular a realidade. Os verdadeiros objetivos do Golpe de Estado não poderiam ser expressos ao grande público.

## 5.2 O PODER DO DISCURSO

O discurso, como componente de uma estrutura de fixação e aceitação de uma idéia, exerceu função *sine qua non* na vitória do “Golpe”. A confirmação dessa vitória viria com a extensão e a profundidade das ações adotadas pelo novo-velho regime. A partir de 1964, o discurso e a retórica foram serviços de um aparato ideológico na instauração de outros aparatos como, por exemplo, a repressão, qualquer que tenha sido sua essência ou manifestação. Segundo Fiorin,

A repressão exerceu-se em dois níveis complementares. Num primeiro, procurou-se eliminar a contestação ao regime por meio da tortura, das prisões, das cassações, da triagem ideológica, da intervenção nos sindicatos, etc. num outro, tentou-se ocultar da sociedade, pela censura, tanto a verdadeira natureza do regime como os sinais de oposição ao estado de coisas implantado no país. Ao mesmo tempo, bombardeou-se a sociedade com um discurso oficial que pretendia ser a verdadeira ‘leitura’ da realidade. Acreditavam os detentores do poder que não discutivizar um fato seria suprimi-lo e colocar em discurso um não-fato seria criá-lo. O discurso do poder tem, então, a nítida finalidade de criar uma realidade, quer que o ponto de vista instaure o objeto (FIORIN, 1988, p. 01).

Como bem observou o autor, existe uma ligação, uma complementaridade entre repressão e discurso. Por vias e meios distintos, esses elementos fazem parte de um todo e percorrem linhas paralelas. Enquanto o discurso do poder possui a função de construir o real, anulando possíveis resistências ao que se busca ocultar dos que têm alguma dúvida sobre o que ocorre, a repressão atua no controle daqueles que não foram convencidos ou, até mesmo, vencidos pelo discurso.

Fiorin, ainda sobre o discurso e chamando a atenção para a ideologia, dá ênfase ao caráter de classe daquele. Tomando o conceito de ideologia como ocultamento da essência e elaboração de uma aparência do real, o aparato ideológico subsidia as relações de existência e domínio de uma classe, como a burguesa, por exemplo (FIORIN, 1988).

É possível compreender que o uso do discurso como arma, a partir do Golpe de 1964, facilitou a consolidação deste, bem como auxiliou na execução de tarefas políticas pelos novos donos do Estado. Refiro-me às ações que culminaram, mais tarde, no AI 5, as quais demonstraram a face

autoritária do regime. Esse regime submeteu os outros componentes do Estado (legislativo e judiciário) ao comando do executivo. Seria tal ato a presença extremada de um Bonaparte tupiniquim ou a elaboração de uma versão nacional de um Robespierre?

Independente do tipo de resposta que se ofereça, é possível interpretar o Golpe de março de 1964 como extremo recurso em uma disputa pelos rumos sociopolíticos e econômicos do País. Realizado o ato inicial, com a deposição do presidente Goulart, os militares tratariam de consolidar seu feito. Fora útil lançar mão dos instrumentos possíveis para consolidar a situação criada. Daí, serem utilizadas todas as possibilidades de se afastar ou obstruir quaisquer tipos de atividades perniciosas ao regime instalado.

Pelo País afora, a nova realidade, embora ocultada pela retórica ideológica, fazia-se presente por meio da repressão aos vencidos políticos de esquerda ou adversários do Golpe. A sustentação de 31 de março passaria por impor novas formas de relacionamento político no Brasil. A essa nova forma deveriam corresponder seus agentes políticos, conduzidos pelas forças no poder. Amparados em um discurso moralizador, em nome de um nacionalismo autoritário, os militares inauguravam o Regime pela perseguição aos “inimigos da Pátria”, os subversivos ligados a uma suposta sovietação do País.

Nesse sentido, a conjunção de um discurso defensor e a propagandista do Golpe como ação redentora da pátria e moralizadora do Estado e, ainda, a ação desse mesmo Estado no combate aos adversários mostravam por que ocorrera o Golpe. Ao subordinar componentes do próprio aparelho estatal, como por exemplo, o judiciário, o regime concentrava sua força na perseguição de seu objetivo, qual seja o de submeter possíveis ameaças constituídas pelos insatisfeitos com a nova situação. Com o início da repressão, os mecanismos judiciais foram utilizados como instrumento para enquadrar os adversários de 1964. Principiava-se um curioso momento em que artifícios legais serviriam para encobrir, possibilitar ações pouco éticas e inegavelmente ilegais. O aparato jurídico servira, então, para indiciar, prender, torturar e, em muitas situações, exterminar aqueles que representavam oposição ao regime. As pessoas aprisionadas nas redes da nova legalidade perdiam sua condição de cidadãos. A repressão iniciou-se também com os famosos Inquéritos Policiais-Militares, os IPMs.

### **5.3 PRISÕES E OS IPMs EM AQUIDAUANA**

Iniciadas as providências para a consolidação do Golpe, passaram os militares a realizar prisões de seus adversários, os “inimigos da pátria”. Foi o

momento de submeter a força policial à força militar, pois as tropas passaram a realizar diligências e efetuar as prisões daqueles que até há pouco tempo falavam sobre mudanças sociais. As prisões eram realizadas sem maiores preocupações com as garantias legais, comuns em um regime constitucional. O Regime repressivo, a partir de suspeitas de atitudes contrárias ao poder, argumentava que a preservação do modelo constitucional necessitava do combate à subversão (Arquidiocese de São Paulo, 1991). O resultado configurou-se pelo confisco da cidadania, materializado pelo seqüestro e, muitas vezes, pelo extermínio do cidadão. No interior do País, como em Aquidauana, por exemplo, as forças militares, especificamente o exército, constituíram-se como força de caça aos comunistas locais.

O alvorecer na Cidade trouxe junto aos raios solares o verde-oliva das forças do exército sediado na Cidade. Curiosa, parte da pequena população indagava sobre o que ocorria ou teria ocorrido. Aqueles que se sentiam ameaçados de prisão buscaram proteção, muitas vezes distante da área urbana. As patrulhas passaram, em poucos dias, após o Golpe, a exercer a função de polícia.

A partir do controle do Estado, as ações iniciais se deram no sentido de utilizar o aparato jurídico existente, associado a códigos de conduta militar, para reprimir os subversivos. A partir daí, as primeiras atividades dos militares foram a instalação de Inquéritos para apurar as denúncias e indicar possíveis criminosos. Na cidade de Aquidauana, não foi possível encontrar documentos que revelassem uma rede ou, ao menos, nomes de pessoas que cumpriram a tarefa de informantes. No entanto, a lista de testemunhas, especialmente daquelas que apontam os indiciados como comunistas, expressam as possibilidades dessas testemunhas terem exercido tal função. Não é difícil compreender por que essas testemunhas tenham realizado denúncias, pois elas ocupavam postos importantes nas estruturas de poder político-econômico e social no período.

Iniciadas as buscas aos suspeitos e, posteriormente, indiciados, as patrulhas do exército conduziam os capturados à sede do 9º Batalhão de Engenharia de Combate. Em termos de burocracia, e pretendendo alcançar os aspectos jurídicos e legais de um estado de direito, as orientações eram no sentido de proceder às investigações conforme a justiça fazia. Então, a autoridade militar local nomeava, por meio de uma portaria, um oficial para conduzir as investigações. Nesse ponto, é útil destacar que o Batalhão situado em Aquidauana fazia parte da seguinte estrutura organizacional em vigor no período: Ministério da Guerra, Segundo Exército, Nona Região Militar, Quarta Divisão de Cavalaria e, por último, 9º Batalhão de Engenharia de Combate. Aliás, essa unidade compareceu às Campanhas militares na Itália fascista durante a 2ª Guerra Mundial.

Dar à repressão aos sindicalistas, a políticos e a todos aqueles que tivessem ligações com os adversários do Regime, um aspecto lícito foi, certamente, uma estratégia que exigiu a montagem dos IPMs. Por meio dessas peças que se assemelhavam aos Inquéritos Policiais, objetivava-se investigar e provar a culpa dos acusados.

Os IPMs tornaram-se, até a instituição do AI 5, a principal arma no combate aos participantes de movimentos sociais ou políticos, identificados como subversivos. Entendemos os IPMs como preliminares dos atos posteriores que vieram a mostrar a face mais cruel e violenta dos Governos Militares no Brasil. Essas peças foram de fundamental importância na afirmação da nova situação, já que a função de investigar era exercida pelos próprios militares, pelo menos por oficiais, o que dava segurança no cumprimento dos interesses superiores.

Em Aquidauana, os IPMs passaram a ser montados a partir do dia 20 de abril de 1964. Peça fundamental na repressão aos chamados “subversivos”, a elaboração desses documentos era iniciada após a prisão dos suspeitos. Criou-se, assim, a irônica situação em que surge primeiro o acusado; posteriormente, o indiciado e, finalmente, o suspeito.

Instituídos pelo Comandante do 9º Batalhão de Engenharia, o Tenente-Coronel Wilson de Freitas, os IPMs levados a cabo em Aquidauana tiveram a participação de oficiais. O Capitão Oscar da Silva foi encarregado dos inquéritos que investigaram, por exemplo, Benedito Vasco de Toledo, Militão Ribeiro, Manfredo Metelo Inverso, Ênio Cabral e Adônis Gonçalves. No dia 21 de abril de 1964, o Capitão Nilton do Monte Furtado foi nomeado para realizar os Inquéritos de Clealdon Assis, Antônio Alves Ferreira, Ery Pereto, Cândido dos Santos, Sebastião de Oliveira, Osvaldo Sanches, João Soares, João Batista do Rosário, Leonardo Nunes da Cunha, José Maria Martinez Freixes e Rubens Nunes da Cunha. O comandante militar local encarregava um oficial para a realização de IPMs e este designava outros militares que funcionavam como apoio para as investigações. Um dos primeiros Inquéritos montados foi em nome do professor de História, Ênio Cabral. Embora o Comandante do Batalhão tenha criado o IPM do professor Ênio no dia 23 de abril de 1964, o acusado já se encontrava detido desde o dia 4 do mesmo mês (IPM Ênio Cabral). Essa atitude repetiu-se com os demais acusados nos Inquéritos. Ou seja, os Inquéritos foram criados após a prisão dos indiciados; pretendiam atingir legalidade, mas estavam marcados por irregularidades formais e informais.

Composto por diversas páginas, o IPM, desde sua adoção como elemento de apoio às ações contra comunistas e demais adversários do Regime, era tido como semelhante à investigações realizadas pelo órgão responsável pela segurança pública civil. Nessa tentativa, os militares,

pretendendo realizar o trabalho policial, cometeram, além de abusos, uma vasta coleção de equívocos próprios da inexperiência em realizar tais funções. Em Aquidauana, além da violência no trato com os acusados, presos antes do início das investigações, os Inquéritos traziam em suas conclusões verdadeiros pareceres supostamente calcados em aparato jurídico.

A organização estrutural do IPM iniciava-se com a elaboração de uma portaria, sem número, emitida pelo Comandante do Batalhão, instaurando o Inquérito. Em seguida, o oficial encarregado do processo inquisitorial designado, indicava, por meio de portaria, outros militares de patente inferior para auxiliá-lo. Fundamentalmente, o início ocorria com a portaria do Comandante, depois com a portaria do encarregado, em seguida com a convocação de testemunhas, com mandados de busca e apreensão, termo de inquirição de testemunhas, com termo de perguntas ao indiciado, documentos apreendidos com status de prova, relatório do encarregado do IPM e relação dos diversos autos de IPM realizados na 4ª Divisão de Cavalaria.

No interior desses IPMs, encontramos documento importante no sentido de revelar a relação de nomes e a quantidade de Inquéritos realizados no interior da 4ª DC. Esse documento, o ofício nº 69-E/2 do comandante da 4ª DC ao Auditor da 9ª RM, informa que foram montados vinte e quatro IPMs na jurisdição da 4ª DC, e que esses foram enviados ao Major R-I Estevão Taurino de Resende, o qual os devolveu com sugestões de aplicação de alguns dispositivos do Código de Justiça Militar. Além da relação de nomes que deveriam ser enquadrados no CJM, segundo o Major Taurino de Resende, o ofício traz o seguinte clamor do fervoroso e patriótico Gal. de Brigada Moacir Araújo Lopes:

Encareço a V. Excia a necessidade de extrema urgência da decretação ou não da prisão preventiva de que trata o item 3 do presente ofício, tendo em vista que vários indiciados encontram-se prestes a terminar os 50 dias de prisão para investigações, fixados no art. 156 do CJM e foram prêsoes quando tentavam fugir dos locais de residência e trabalho, o que torna razoável prever haver dificuldades de nova prisão se, porventura, forem postos em liberdade, em consequência da terminação daqueles prazos (IPM Ênio Cabral, folha nº 51).

A partir desses documentos, apresentaram-se alguns dados interessantes. O primeiro trata do enquadramento de civis no Código de Justiça Militar. Aliás, alguns documentos do IPMs trazem o logotipo do poder judiciário, seguido pela inscrição da 9ª RM. Isso demonstra o como

os códigos jurídicos acabaram tornando-se uma mescla confusa, em que os civis foram tratados por regulamentos estranhos a um regime constitucional que separa códigos militares daqueles destinados aos cidadãos.

Dentre os diversos documentos que compunham os IPMs, um pode ser destacado menos pelo seu conteúdo e muito mais pelo que sugere. No IPM de Benedito Elói de Toledo e Militão Ribeiro, encontrava-se um documento denominado pelos militares de “folhas de informações”, na verdade um relatório sobre interrogatórios, investigações e espionagem conduzidas pelos militares. Datado de 30 de abril de 1964, oriundo do Quartel General da 4ª DC, sob nº 174 em nome de Benedito Elói Vasco de Toledo e nº 176 em nome de Militão Ribeiro, essas folhas fazem um balanço das atividades dos presos. No caso de Benedito de Toledo, os dados iniciam-se em dezembro de 1963 e vão até 25 de janeiro de 1964, enquanto os de Militão Ribeiro têm início a partir de outubro de 1962. Os documentos trazem informações sobre as atividades políticas dos dois indiciados presos em Aquidauana. O IPM elaborado para os dois, Benedito Elói e Militão, indica que as investigações apontavam ambos como aliados ou ligados a atividades subversivas. Destaca-se que no período anterior ao Golpe, 1963, o advogado Benedito Elói fora delegado da SUPRA -Superintendência da Reforma Agrária. A folha de Militão Ribeiro informa que ele tratava de organizar sindicatos de trabalhadores rurais e ligas camponesas em um espaço geográfico da cidade de Bela Vista, fronteira com o Paraguai, até Aquidauana. Nessas atividades, Militão mantinha contatos com líderes de esquerda de Aquidauana como o professor Ênio Cabral e o advogado Leonardo Nunes da Cunha. Um dado revelador e mesmo curioso é que Militão se dizia representante do delegado da SUPRA, portanto agia para fazer valer os decretos governamentais de desapropriação de terras que deveria ocorrer na região.

Essas folhas, assinaladas com um carimbo denominado de secreto, eram divididas em campos. A de Benedito Elói contemplava na letra A, o Campo Militar, sem qualquer informação, seguida pela letra B, Campo Político e Psicossocial, com informações sobre o advogado. Quanto à Militão, a folha contém os campos citados na folha acima e ainda o termo comunismo, com informações sobre atividades enquadradas com práticas deste regime. Enviadas a Aquidauana, para subsidiarem o interrogatório dos presos, essas folhas informam, logo após seu cabeçalho, que ambos, Benedito e Militão, foram classificados como idôneos.

Militão Ribeiro mereceu atenção maior na sua folha. Sua ficha inicia-se em 1962, ao menos aquela enviada ao capitão Oscar da Silva, encarregado do IPM de Militão e Benedito Elói. Além de um relato completo sobre suas atividades políticas como líder no meio de trabalhadores rurais, a folha

informa sobre suas ligações com um militar designado para investigar as atividades dos camponeses. Além disso, o “serviço secreto” reproduz no documento dois panfletos assinados por Militão. Os panfletos convocam para reuniões os trabalhadores rurais, fazendo um apelo político à organização desses para atingirem a consciência de classe. Porém, o trecho transcrito abaixo, expõe a avaliação dos agentes militares sobre a prática política e sobre a pessoa de Militão Ribeiro:

Não houve ataque nem as autoridades, nem a propriedades privada, nem a forma de governo, porém, exaltação contra o estado lastimável dos elementos que elegeram Militão como líder. É IMPRESSÃO DESTE COMANDO (grito nosso) que Militão, indivíduo de poucas luzes, porém, de leitura vasta, de caráter patriótico e subversivo, pois recebe jornais extremistas que dissimina junto de sua pequena Escola, poder vir a integrar a rede comunista que se estende pelos homens do campo no momento (IPM Benedito Elói V. Toledo e Militão Ribeiro, folha nº 35).

Esse relato, realizado por um oficial, nomeado no documento como Major de Cavalaria Luiz Pereira Bruce, refere-se a uma reunião ocorrida na Granja de propriedade de Militão, no dia 19 de janeiro de 1964. Nessa reunião compareceram, além de Militão e do Major, cerca de outras dez pessoas. O objetivo era repassar as recomendações do delegado da SUPRA, o advogado Benedito Elói, em nome de J. Pinheiro Neto, presidente da SUPRA, no sentido de organizar o sindicato de lavradores naquela localidade. Destaca-se que o citado major Bruce estava presente a convite do próprio Militão que, com tal presença, pretendia afastar qualquer suspeita de suas atividades tidas como subversivas. Aliás, pelas declarações de Militão, tal denominação senão verdadeira, também não poderia ser listada, em princípio, como falsa.

Esse detalhes, inseridos nos IPMs como fundamentais nas acusações dos presos, revelam as atividades dos indiciados antes de sua prisão, assim como indicam que os militares acompanhavam as atividades dos movimentos sociais na Região de Aquidauana e na fronteira com o Paraguai. Na prisão, os líderes desses movimentos estavam impossibilitados de fazer avançar a organização, daí ser necessário mantê-los na cadeia e, para tanto, seria preciso lançar mão de outros artifícios, mesmo que fossem os da justiça civil.

Com o aproximar-se do fim do prazo de 50 dias previsto no CJM para atenção e investigação das denúncias, passam a ter os responsáveis pelas investigações temores quanto ao o que fazer com os prisioneiros, já que eles tentaram fugir quando de sua prisão. Esse dado sugere que

poderia haver uma possibilidade de libertação dos prisioneiros, findos os prazos “legais” para sua detenção. Isso, porém, não ocorreu, já que a justiça comum decretou prisão preventiva dos subversivos no dia 25 de junho de 1964. Como se pode perceber, a justiça em um raro caso de rapidez agilizou os processos, uma vez que o ofício do comandante da 4ª DC datava de 6 de junho de 1964.

Decretada a prisão preventiva dos acusados pelos IPMs, os prisioneiros eram transportados da prisão do Exército para a cadeia pública. Essa passagem só ocorreu de fato, porque os militares passaram a encontrar dificuldades para levar adiante as acusações. Toda a fase policial foi por eles realizada, porém a execução legal dos presos encontrava barreira, mesmo com a mesclagem jurídica criada pelo regime. As dificuldades ficam patentes quando os presos políticos foram transportados até Campo Grande, sede da nona região militar. Segundo depoimentos, a transferência fora produto das dificuldades encontradas pelos militares para levar adiante os Inquéritos. Após um período não superior a 30 dias, os presos foram trazidos novamente até Aquidauana, onde se prosseguiu com os trabalhos normais de repressão.

Outro fator importante é a própria natureza da ditadura. Com o poder sob seu quepe, os generais tornaram-se autoridades máximas em todos os cantos do País. De detentores de prestígio sociopolítico, passam a autoridades inquestionáveis em Aquidauana. O controle do Estado legava a esses oficiais a submissão dos poderes judiciário e legislativo. Em Aquidauana, as prisões foram muito bem recebidas pelos fazendeiros locais, a ponto de as principais testemunhas serem constituídas por fazendeiros, membros da velha oligarquia ou pessoas a eles ligados.

Com a prisão dos membros da esquerda em Aquidauana, deflagrada a investigação por meio dos IPMs, os militares criaram uma situação de terror e temor, de um lado, e, de outro, instalaram a sensação de alívio para os ameaçados com a possível “República Sindicalista”.

A passagem da repressão política do âmbito militar para o campo da justiça comum revelou as extensões dessa arbitrariedade na Unidade militar de Aquidauana. Segundo depoimentos de Ênio Cabral, Osvaldo Sanches e Clealdon Assis, e também do juiz da comarca de Aquidauana em 1964, Heliophar Serra, os presos sofreram torturas de diversas formas. Embora não se consiga comprovar qualquer suspeita de extermínio de prisioneiros em Aquidauana, ocorria tortura física e moral.

A agressão aos presos começava com o despertá-los no meio da noite, com o irrigar a prisão para impedir-lhes o repouso, com o retirar de algum dos companheiros de cela para interrogatório, diversas vezes, em um só dia. Segundo depoimentos, a modalidade que causava mais temor era a



relacionada à retirada do prisioneiro, geralmente na madrugada, para outra cela. Neste lugar o prisioneiro permaneceria. Aos que ficavam, sobrava o medo de que pudesse ter ocorrido o extermínio do antigo companheiro de lutas. Um dos presos, tido como importante e perigoso líder da esquerda aquidauanense, relata que, por diversas vezes, fora retirado de sua cela; e, ao som de disparos de pistola era obrigado a subir em árvores, recebendo ainda xingamentos como “macaco vermelho”. Em sua entrevista, o professor Ênio narra sua experiência em um momento dos interrogatórios. Embora negue, inicialmente, que tenha recebido algum tipo de tortura, o professor Ênio passou por constrangimentos vários. Quando solicitado a comentar sobre algum aspecto pitoresco de sua prisão, ele inicialmente nega a existência desse momento, para depois, com um semblante de poucos-amigos, dizer

[...] Não tinha graça nenhuma ali naquela situação, a gente não acha graça de nada, né! Uma vez, eu estava sendo interrogado, num Domingo, não tinha hora, não tinha nada, chamava assim, hora que dava na cabeça dele... as vez, mais era molecagem, compreendeu? Transformaram aquilo numa molecagem, numa brincadeira. Eu tava sendo interrogado no Cassino dos Oficiais, por um Aspirante Saraiva, e ele falando sobre a teoria de Malthus, aquela em que a população cresce geograficamente, não é isso? E a capacidade de produzir alimentos de caráter aritmético e, o crescimento da população em caráter geométrico, então, era a fome no mundo. É estávamos conversando sobre isso, e um velho militar, já falecido, estava em serviço naquele tempo e passou pela janela. Ai, falou, brincou com o aspirante:

Cuidado Aspirante! Você fica conversando muito com o professor Cabral, o senhor vira comunista também! (Entrevista Ênio Cabral, p 11).

Como pode ser percebido, a violência contra prisioneiros deu-se de várias formas. Verifica-se que, nos interrogatórios realizados pelo juiz de direito, maus tratos, sevícias e humilhações morais eram denunciadas pelos prisioneiros. Segundo outro depoimento, prestado por Osvaldo Sanches, os militares encarregados do interrogatório criaram um concurso em que os presos deveriam, galantemente, cortejar e conquistar uma mulher importante no Brasil. A senhora, objeto da conquista era indicada pelos militares e identificada como a ex-primeira dama, esposa do presidente deposto, João Goulart.

Alguns anos depois do Golpe, o já desembargador Heliophar Serra publicou um livro de crônicas, em que podemos encontrar uma passagem de importância para a discussão da repressão em Aquidauana. Em sua narração, o autor aborda o problema das prisões, dos maus tratos e das mudanças de atitude do coronel Wilson Freitas. Embora o cronista busque

neutralidade frente ao tema, ele nos fornece sua versão de um episódio no interior do 9º Batalhão sem desprender-se de suas ligações sociais com algumas testemunhas de acusação em 1964. Rebarbas de uma Revolução é considerável por sua versatilidade ao expor a interpretação de um personagem importante nos destinos dos prisioneiros em Aquidauana. Em certo ponto da crônica, o autor narra sua participação, em parte do acontecimento, destacando que

Certo dia, à tarde tivemos conhecimento de que Elói Vasco de Toledo havia chegado de Cuiabá, preso, e fora recolhido à prisão do 9º BEC.

Elói, também de tradicional família, era advogado culto, talentoso, honesto, equilibrado. Tinha sido excelente promotor de justiça da comarca de Aquidauana. Fomos ao quartel visitá-lo. Recebendo-nos com muita lhanza pelo comandante, o cel. W.F., todavia foi peremptório:

- Sinto muito, dr. Heliophar, mas o dr. Elói está preso e incomunicável.

Não quisemos questionar. Quando nos retirarmos, o coronel voltou atrás:

- Dr. Heliophar, pensando bem, eu não posso negar um pedido feito pelo juiz de direito da minha comarca. O senhor não faz questão de conversar com ele no meu gabinete?

E antes de nossa resposta negativa, mandou buscar dr. Elói. Percebemos (mas não entendemos na ocasião) o olhar surpreso e interrogativo do oficial encarregado de cumprir a ordem.

Decorridos uns cinquenta minutos, surgiu escoltado o dr. Elói: barba sem fazer, magro descabelado e ar de mil cansaços. Ofereci-lhe cigarros, que ele fumou avidamente. Iniciamos uma palestra diante do coronel, que sentado, á sua mesa, acompanhava disfarçadamente. Falei-lhe da esposa e das crianças, assegurando-lhe que estavam bem, mas preocupados com o pai encarcerado. Depois de uns quinze minutos, dei por encerrada a visita. Perguntei ao dr. Elói se não precisava de roupa de lã e de cobertores, porque a noite estava muito fria. E o dr. Elói nos respondeu baixinho, observando de soslaio o coronel:

- Eu estou nú, lá embaixo, dr. Heliophar.

Ficamos estarelecidos! Praticaram, realmente, a ignomínia de obrigar o dr. Elói, a pontáços de baioneta, a permanecer nu, e deitado no piso úmido da prisão! Com a nossa visita, o dr. Elói perdeu o receio de ser morto e reagiu, recuperando o direito de ser tratado com dignidade e decência (Serra, 1991, p. 77 - 78).

Em seu texto, o juiz dos processos políticos de 1964 se mostra indignado com os tratos dispensados ao seu companheiro, o prisioneiro Elói Vasco de Toledo. Ainda na crônica, o desembargador pondera que os excessos são inerentes ao momento revolucionário. Fica a dúvida se realmente tal impressão se funda em uma interpretação parcial dos fatos

de 64 ou se o cronista decidiu ignorar o que era de conhecimento público em Aquidauana: os presos estavam recebendo maus tratos no Quartel local, enfim, eram violentados em seus direitos de cidadania. Como já aponte, a tortura ocorria de formas várias, mas sua função e seu valor era o de extorquir do acusado sua cumplicidade no crime e, mais, servir de instrumento pedagógico na relação torturador versus torturado. Michel Foucault localiza o ambiente do suplício e aponta sua principal destinação: O corpo supliciado se insere em primeiro lugar no cerimonial judiciário que deve à luz a verdade do crime (Foucault, 1991, p. 35).

Certamente, com o deflagrar do Golpe em 31 de março, os membros da esquerda de Aquidauana perceberam as conseqüências sobre suas atividades. Como participantes ativos na organização de associações, sindicatos e ligas camponesas, os braços armados se voltariam sobre eles. Assim, as fugas de alguns eram mais que justificadas e esperadas em um momento em que se decidiam conflitos políticos, marcadamente configurados por interesses de classes.

As prisões dos participantes em atividades políticas de cunho subversivo eram desejadas pelas principais lideranças políticas e oligárquicas de Aquidauana. Contudo, esses setores também se preocupavam com a possibilidade da vitória dos comunistas, e com suas as conseqüências. Segundo uma das testemunhas, Fernando Luiz Ribeiro, em um churrasco no qual se encontrara com o professor Ênio, este lhe informara que as reformas saíam de acordo com as reações dos fazendeiros; se preciso, com o sangue (IPM Ênio Cabral).

Na prisão, nada mais previsível que essas e outras ameaças, boatos, acertos de velhas diferenças servissem como justificativa para a tortura. Destarte, todos os depoimentos prestados por testemunhas tidas como de destaque social e político em Aquidauana em 1964 convergem para afirmações contundentes acerca das preferências ideológicas e das pregações esquerdistas dos presos. A crônica do doutor Heliophar Serra, aqui mencionada, destaca os valores pessoais, profissionais e os vínculos familiares de um dos presos, o advogado Elói de Toledo. Infere-se, ali, que tal cidadão possuía índole ilibada, portanto injusta era sua situação naquele momento. Pois bem, diversos presos poderiam ser enquadrados nessa classificação, já que alguns deles pertenciam a famílias tradicionais na cidade, remanescentes de antigos fundadores e oligarcas regionais. Os irmãos Leonardo e Rubens Nunes da Cunha e o próprio professor Ênio Cabral incluem-se nessas condições.

Por trás das acusações, interrogatórios e investigações, sempre existiu a intenção e o desejo de ajustar antigas diferenças, não só ideológicas, como também políticas, entre fazendeiros, comerciantes e comunistas.

Sem retomar a questão tratada por diversos autores e abordada na primeira parte deste trabalho, interpretamos o desenrolar dos fatos relativos a 1964, em Aquidauana, como prosseguimento de lutas e divergências políticas oriundas da fase do coronelismo matogrossense. Evidentemente o Golpe não pode ser desvinculado dos acontecimentos em seu nível macro, ou seja, do contexto sociopolítico e econômico nacional. Esse, por sua vez, imbricava-se em uma realidade mundial dos anos 1960, momento de crescimento, desenvolvimento das utopias em diversas partes do globo. O período, compreendido aos anos 1960, comportara o florescer da mentalidade utópico-revolucionária em que desejos e necessidades partilharam a mesma direção, assemelhando visões de um mundo distante, mas próxima por seus anseios de transformação.

Nesse contexto, onde as utopias se chocaram, a atuação dos militares esteve envolta em questões muito mais amplas, as quais o Cel. Wilson ou o Capitão Oscar ou, ainda, o juiz Heliophar Serra não puderam perceber naquele momento. O Golpe, as prisões, os IPMs, as torturas nos interrogatórios são componentes de um momento histórico, onde se mesclam interesses de classes, disputas políticas, conflitos sociais, desigualdades econômicas e possibilidades de mudanças. Tal momento poderia ser referido como mais um dos confrontos que o materialismo histórico denomina de dialética ou, a partir de uma visão mais ampla, um embate de duas grandes mentalidades: uma de origem capitalista e outra de origem utópico-socialista. Ao retomarmos 1964 em Aquidauana, percebemos que, a partir de um projeto maior, em que se defrontaram duas formas de ver um mundo em crise, os envolvidos nas utopias atuaram para tornar suas projeções de sociedade uma realidade. Se pensarmos que uma delas era conservadora, isso não a distancia de uma forma de sociedade desejada e imaginada. Em suma, de uma visão de mundo.

#### **5.4 DA BAIONETA A TOGA: A JUSTIÇA EM AQUIDAUANA**

Apontei no item anterior a forma de repressão realizada pelo Exército, por meio do 9º Batalhão de Engenharia e Combate em Aquidauana. Efetuadas as inquirições às testemunhas e aos indiciados, o responsável pelos IPMs na Cidade recomendou a prisão preventiva dos acusados. A documentação enviada ao comando da 4ª Divisão de Cavalaria, retorna a Aquidauana, com recomendações de envio ao juiz da comarca.

Em Aquidauana, os IPMs foram enviados à sede da Comarca, sendo lá acolhidos a partir do dia 24 de junho de 1964, momento em que o promotor público elaborou denúncia contra os indiciados logo depois de o

juiz ordenar a prisão preventiva destes. No dia 25 de junho de 1964, o juiz Heliophar Serra decretava a prisão preventiva do professor Ênio Cabral. O vereador Adônis Gonçalves, por não ter nada comprovado a seu respeito, não teve prisão solicitada pelo encarregado do IPM. Contudo, foram presos, por meio de mandados de prisão preventiva, Manfredo Metelo Inverso, Benedito Elói Vasco de Toledo, Militão Ribeiro, Clealdon Assis, Antônio Alves Ferreira, Ery Pereto, Cândido dos Santos, Sebastião de Oliveira, Osvaldo Sanches, João Soares, João Batista do Rosário, Leonardo Nunes da Cunha, José Maria Martinez Freixes e Rubens Nunes da Cunha.

Realizada essa operação, o juiz determinava também o traslado dos presos para a cadeia pública da Cidade. Na cadeia pública, os presos tiveram um tratamento melhor, até porque as investigações agora passariam à instância da justiça comum. De acordo com o professor Ênio, a vinda para a cadeia servira para incentivá-los a denunciar os maus tratos recebidos no Batalhão. Segundo ele, na rotina dos interrogatórios, os inquisidores se portavam, muitas vezes, de forma hostil

Ameaçando com revólver, com cassetete, com piadas, com empurrão, brutalidade, compreendeu? Tanto é que depois, quando nós saímos da prisão no 9º Batalhão, viemos aí pra polícia, aí tivemos mais oportunidade de conversar, porque estávamos todos separados em celas. Então, nós viemos pra cá e decidimos que íamos denunciar todas as sevícias que tínhamos sofrido no quartel do exército. Isso arranhou o processo, compreendeu? Facilitou a defesa de cada um de nós! (Entrevista Ênio Cabral, p. 9).

Com certeza, as condições foram melhoradas, contudo, essa transferência significava uma nova etapa no processo de embate na perseguição aos inimigos do Regime Militar. Entregando-os à justiça comum, os militares contavam com a cumplicidade desse poder para refrear as ações das lideranças políticas de esquerda em Aquidauana.

O que veio a ocorrer mostrou que, se o juiz local não teve condições de rejeitar os procedimentos autoritários, também não atendeu às expectativas do comandante militar e dos chefes políticos da cidade, com os quais tinha ligações e convivência social, como se percebe em sua entrevista e em sua crônica. Mantinha também boas relações com o comandante do Batalhão. Em suma, cumpria sua função, participando como autoridade e preservando relações sociais com os donos do poder na cidade. Em sua entrevista, o juiz Heliophar frisa que sua participação sempre foi no sentido de salvaguardar os dispositivos legais. Suas atitudes, porém, refletiram-se no plano político: a manutenção dos interesses da velha oligarquia aquidauanense.

Não se poderia imaginar que um juiz de comarca do interior pudesse

ter chances de enfrentar a estrutura de poder instaurado a partir de 31 de março de 1964, em Aquidauana e no País. Não se trata de denunciar ou culpar o Juiz Heliophar Serra, mas a figura da justiça. Esta por sua vez, com o Golpe, passara informalmente ao controle dos militares. Quando interpretamos os acontecimentos relativos ao Golpe, e depois à ditadura, fica nítida uma sobreposição do poder executivo, com sua posição autoritária, sobre os demais poderes da República brasileira. O Estado brasileiro passou a ter um braço mais forte, que tornara os outros dois acessórios e, muitas vezes, dispensáveis, no conjunto do modelo sociopolítico e econômico em vigor.

Em poder da justiça comum, os IPMs foram engordados com mais documentos. A promotoria realizou a denúncia dos presos, enquadrando-os na Lei número 1.802, de janeiro de 1953, que Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. A partir desse recurso legal, em certos casos, combinados com outros dispositivos legais, o processo teve seu desenrolar até o julgamento dos prisioneiros. Novos interrogatórios, novas convocações de testemunhas, aliás, as mesmas dos IPMs tendiam a estabelecer no passado o lugar que cada um tinha ocupado no movimento político sob a influência do PCB.

Com os presos sob o poder da justiça comum, o juiz passou a ser o alvo das atenções na cidade. Afinal, cabia a ele a tarefa de aplicar a lei, fazer valer a justiça no trato com os crimes denunciados e apontados nos IPMs. Como não existiu qualquer atividade de maior envergadura que pudesse requerer um aparato jurídico mais substancial, restava ao promotor apelar para a citada Lei 1.802, a qual caracterizou-se como a grande vedete nas acusações dos líderes sindicais, políticos de esquerda pelo Brasil afora a partir do Golpe até o AI 5. Os próprios militares pareciam ter decorado a 1.802 e os artigos mais úteis aos casos investigados. Daí, os Inquéritos saírem do Batalhão com esses artigos mencionados para todos os indiciados. Aqueles presos considerados mais perigosos levaram um ou outro artigo a mais, combinado com o Código Penal. Anoto, em seguida, os artigos mais citados nos IPMs, cujo teor caracterizou os crimes cometidos em 1964, em Aquidauana

Art. 9º Reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, pondo logo em funcionamento efetivo, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por forças de disposição legal ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso.

Pena: reclusão de 2 a 5 anos; reduzida da metade, quando se tratar da segunda parte do artigo.

Parágrafo único. A concessão do registro do novo partido, uma vez passada

em julgado, porá imediatamente termo a qualquer processo ou pena com fundamento neste artigo.

Art. 10 Filiar-se ou ajudar com serviços ou donativos, ostensiva ou clandestinamente mas sempre de maneira inequívoca a qualquer das entidades reconstituídas ou em funcionamento na forma do artigo anterior.

Pena: reclusão de 1 a 4 anos.

Art. 11 Fazer publicamente propaganda:

- a) de processos violentos para a subversão da ordem política ou social;
- b) de ódio de raça, de religião ou de classe;
- c) de guerra.

Pena: reclusão de 1 a 3 anos

Par. 1º. A pena será agravada de um terço quando a propaganda for feita em quartel, repartição, fábrica ou oficina.

Par. 2. Não constitui propaganda;

- a) a defesa judicial;
- b) a exaltação dos fatos guerreiros da história pátria ou do sentimento cívico de defesa armada do País, ainda que em tempo de paz;
- c) a exposição, a crítica ou o debate de qualquer doutrina.

Par. 3º. Pune-se igualmente, nos termos deste artigo, a distribuição, ostensiva ou clandestina mas sempre inequivocamente dolosa, de boletins ou panfletos, por meio dos quais se faça a propaganda condenada nas letras 'a', 'b' e 'c' do princípio deste artigo.

Art. 12 Incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência (Lei nº 1.802 de 5 de janeiro de 1953).

Mais uma vez foram convocadas as testemunhas. As mais importantes continuaram a ser aquelas indicadas no quadro II em anexo. As diferenças se manifestaram na forma de condução do interrogatório e, conseqüentemente, os presos puderam ter mais condições de defesa. Os interrogatórios propiciaram as revelações de tortura e de adulteração nas respostas das testemunhas e indiciados feitas nos IPMs. Os presos sentiram coragem para realizar as denúncias de que sofreram maus tratos e de que os militares haviam distorcido o Inquérito ao induzirem ou, simplesmente, alterarem os conteúdos das respostas dadas às suas perguntas.

Mas a maior vantagem obtida pelos presos se deu no âmbito da legalidade. Como a Lei 1.802 garantia a defesa de qualquer acusado, os presos e acusados puderam contar com o apoio de um profissional, ou seja, tiveram acesso a advogados para as suas defesas. Certamente a promotoria tentava de todas as formas tornar complexa a defesa dos presos, amparando-se em trâmites e empecilhos legais. O juiz, na suposta convicção de imparcialidade, buscava defender a Lei, aplicando-a de acordo com as necessidades e responsabilidades pelos atos praticados.

Embora não se possa encontrar no corpo jurídico brasileiro qualquer menção ao suplício legal, ou seja, à penalização corporal de um prisioneiro, as leis contemplam os interesses de uma forma de conduzir e exercer o poder. Assim, mesmo nos anos 1960 seria impossível, por via jurídico-legal, um juiz ou autoridade judiciária imputar penas que atingissem fisicamente alguém. Sendo isso impossível, o corpo jurídico do Estado deveria tudo fazer para proporcionar fluir os interesses do poder, naquele instante sob custódia da farda e da baioneta: O suplício judiciário deve ser compreendido também como um ritual político. Faz parte, mesmo num modo menor, das cerimônias pelas quais se manifesta o poder. (Foucault, 1991,p. 45).

A tarefa agora seria aplicar aos criminosos as penas previstas nos códigos penais. Os novos interrogatórios não podiam anular o trabalho de investigação e as provas arroladas no IPM. Na justiça comum os juízes deveriam perseguir a isenção, no caminho da verdade, posto que a concepção de imparcialidade da justiça estava associada ao fato de que ela não estaria ligada a grupos, a classes ou a interesses de qualquer indivíduo na sociedade. Ela seria portadora dos interesses de todos e contrária àqueles que ferissem essa situação.

No interior do Fórum, colocavam-se o acusador, representado pela promotoria, e o acusado representado pelo seu defensor. O juiz configurava-se como o elemento da legalidade, responsável por defender os interesses comuns. As acusações não se modificaram, uma vez que foram os militares que solicitaram que os presos fossem enquadrados na Lei 1.802. A novidade partira da defesa dos acusados.

Os advogados de defesa eram personagens importantes, no passado de Aquidauana, e produziram inflamados discursos, defendendo a legalidade e os direitos dos cidadãos. Em certos momentos, chegaram a denunciar as arbitrariedades do Estado autoritário de 1964. Os documentos produzidos pelos advogados na defesa dos presos procuravam refutar todas as acusações feitas. Nesse sentido, podem-se apontar três linhas de defesa, utilizadas em combinação. A primeira tratava de negar as acusações e mostrar que nada ficou provado contra os acusados. A segunda, apelar para o caráter autoritário e arbitrário com que foram realizadas as investigações. A terceira colocava em discussão a legalidade dos IPMs, produzidos de forma duvidosa e à margem de leis que versavam sobre a questão.

Ações dos militares que contribuísem para macular o teor das declarações não faltaram aos defensores. Em relação aos aspectos elencados, os advogados sempre enfatizavam a manipulação dos depoimentos, dos indiciados ou das testemunhas convocadas durante o IPM. Aliás, as queixas dos acusados aparecem nos depoimentos na justiça. Na fase de elaboração dos processos, os acusados denunciavam as torturas e até a indução e a



manipulação das informações nos IPMs. A partir dessas denúncias e de outras que caracterizavam várias irregularidades, os defensores e os presos sentiram alguma confiança no seu futuro. Esses problemas, apresentados nos inquéritos, fizeram com que os advogados de defesa passassem, logo após a apresentação da defesa prévia, a solicitar a revogação das prisões preventivas.

Uma das mais interessantes peças de defesa foi produzida por um advogado que sempre teve amplas e sólidas ligações com a oligarquia aquidauanense. Mais curioso, senão irônico, é que esse bacharel, fazendeiro e, mais tarde, político de destaque nacional, apresentava um currículo que poderia facilmente receber o rótulo de conservador e até de reacionário. Entretanto, o advogado José Manoel Fontanilhas Fragelli foi chamado a fazer a defesa do único comunista assumido, no acontecimento de 1964 em Aquidauana, nesse caso o professor Ênio Cabral. E o senhor José Fragelli, já na defesa prévia, com certa sutileza, mas com segurança, avançou sobre a arbitrariedade, afirmando que

1. Não competia à autoridade militar, segundo entendemos, processar o inquérito policial para apuração da responsabilidade dos acusados da prática de crimes contra o Estado e a ordem política e social (...). E assim sendo, à autoridade policial - e não à militar - competia abrir e processar os inquéritos em casos como o presente, segundo as disposições conhecidas do cód. proc. penal.
2. Mesmo que a autoridade militar arbitrariamente avocasse, como o fez, a competência para tais inquéritos - não poderia fugir às prescrições do C. Proc. Penal em todos os seus atos e fases (IPM Ênio Cabral, folha nº 130).

Ainda na peça de defesa, o advogado apontou detalhadamente os itens do arcabouço jurídico atingido pelos militares. Sua defesa apresenta subtítulos denominados de “A ilegalidade do IPM” e “Outros fatos que tornam o IPM nulo, como Elemento Probatório”. Nessa peça, o defensor elenca elementos fundamentais que incidiram sobre as denúncias de maus tratos:

No sumário ficou evidência que a incomunicabilidade do acusado, violando frontalmente o Art. 21 do C. Processo, foi um meio de intimidação contra Ênio Cabral e os demais detidos no Quartel do 9º BEC, ensejando violências físicas, ignoradas por algum tempo até mesmo por seu ilustre Comandante, tornando assim imprestável o inquérito como peça probatória [...](IPM Ênio Cabral, folha nº 132).

Como se pode perceber pela defesa, as linhas de ataque ao processo se deram a partir das falhas cometidas no interior do quartel. A essência

do Regime e suas práticas foram apontadas no documento do advogado Fragelli e, seguidamente, reprisadas por outros advogados na defesa de seus clientes. Não se pode, porém, deixar de apontar um indício que revela as ligações e os interesses do senhor Fragelli, por exemplo, o fato de ele afirmar que os desmandos e excessos ocorridos foram ignorados, por algum tempo, pelo “seu ilustre comandante”. Essas palavras denotam a necessidade de o advogado salvaguardar suas ligações com a elite local, da qual era parte integrante, e inocular o Cel. Freitas de qualquer culpa pelos atos de seus subordinados.

Pode-se afirmar que naquele instante, a atuação do advogado Fragelli surtiu efeito, entretanto, a história tratou de demonstrar que sua afirmação não refletia a verdade. Na crônica do juiz Heliophar Serra, as atitudes do Cel. Freitas são apontadas pelo autor que, em sua entrevista, diz ter estranhado as mudanças de atitude e tratamento do comandante após o Golpe. Mas é o próprio Advogado José Fragelli quem deixa transparecer as contradições de sua defesa em relação ao comandante. Ainda em defesa do professor Ênio Cabral, o advogado afirma o seguinte:

2. As violências e intimidações contra os detidos políticos nesta cidade, eram fato de CONHECIMENTO E CONVENCIMENTO GERAL, (grifo nosso) antes mesmo da notoriedade nacional que adquiriram, como lamentável processo empregado em inúmeros casos.

Do muito que a respeito foi publicado na imprensa, juntamos apenas três exemplares do ‘C. da Manhã’, um dos quais trás a nota do Presidente do P.S.D. comprovando ter sido o assunto das violências e torturas empregadas nos IPMs., tratado por ele diretamente com Snr. Presidente da República (IPM Ênio Cabral. Folha nº 133).

O ataque às atitudes arbitrárias da ação policiaesca e repressiva dos militares em Aquidauana projetava notadamente um limite. Limite que se configurava nas relações de poder na cidade. Tanto juiz quanto advogado perseguiram a manutenção de velhas e tradicionais formas de poder em Aquidauana. Basta lembrar que o Advogado José Fragelli mantinha boas relações com a maior parte das testemunhas da acusação de seu cliente, como, por exemplo, o prefeito Fernando Ribeiro e o senhor Arsenio Serrou Camy. O juiz, por seu lado, pensara expressar a figura da imparcialidade, no cumprimento de seu dever, contudo tal postura estivera envolta no emaranhado das relações sociopolíticas da cidade.

Nessa perspectiva, a função de salvaguardar e realizar a justiça parecia ser uma necessidade do próprio poder judiciário, assegurando-se ideologicamente o princípio da imparcialidade. Paralelamente, a posição da defesa, embora comprometida por vínculos sociais com a elite da cidade,

comportou-se eticamente como defensora da legalidade e da verdade. Esse quadro configura-se como imagem de um grande palco, onde as personagens são representadas por atores de cor, crença, posição social e ideológica diferentes, mas que se comportam corretamente ao longo da História. Juiz, advogado, promotor, acusados, acusadores e testemunhas formam o grande elenco, cuja tarefa exigia a compreensão de suas diferenças, mas cada qual deveria fazer o melhor trabalho no palco.

A partir dessa imagem, suprimiam-se os interesses e os contrastes sociais, e a realidade era ocultada, como em um pacto de cavalheiros, em que cada qual cumpria sua parte. As relações sociopolíticas existentes no País, em 1964, manifestavam-se em Aquidauana como parte de um corpo institucional mais amplo. Era preciso punir, mostrar que a sociedade é sustentada por regras de conduta que naquele instante estavam sendo descumpridas. Mas se alguém havia quebrado, primeiramente, o código da ordem social, esse alguém estava representado pelos comunistas. As ações repressivas das armas eram justificadas como reação a uma ação anti-social.

Os acontecimentos ligados ao Golpe de 1964 em Aquidauana e a repressão aos comunistas mostraram qual a função exercida pela justiça em uma sociedade de classes. Ao tomar em suas mãos a repressão aos comunistas, a Justiça civil, mediante a pessoa do juiz, buscou demonstrar quanto os fatos eram menores e quão ínfimo era o tamanho do castigo já sofrido pelos acusados. A lógica funcionou com a admissão de culpas, mas também com a admissão de abusos que confirmaram a pena aplicada anteriormente ao julgamento. Os agentes dos delitos políticos já haviam recebido represálias suficientes. Cumpriam-se, dessa forma, os desígnios da mentalidade autoritária e conservadora existente em grande parte da população da cidade naquele momento. Estava exposta a tradição autoritária de uma sociedade que via com bons olhos os castigos aos rebeldes.

Dessa maneira, nessa sociedade que preserva traços de autoritarismo em suas relações, torna-se perfeitamente aceitável a repressão brutal aos infratores de seus códigos elementares. A justiça coloca-se, a partir dessa realidade, como aplicadora das leis, alegando “proteger” a sociedade. Sobrevive, nessa relação, a sociedade como corpo que exige a execução de suas normas, enquanto ao aparelho repressivo e judiciário cabe realizar tal anseio. E a justiça passa a legislar apresentando novas normas e padrões de conduta para que os componentes da sociedade os cumpram. Completa-se a relação ambígua, uma espécie de unidimensionalidade de dois corpos, mantendo certa tradição de dependência crônica entre sociedade e poder.

Na relação de ambigüidade e dependência entre Estado e sociedade, justiça e corpo social fazem com que o momento dessa união seja esquecido.

O desaparecimento do início dessa fusão deve-se ao crescimento do papel da justiça e, certamente, do arcabouço jurídico. A partir desse momento, o pacto Sociedade-Estado é rompido violentamente, e emergem no cenário dessa ruptura os aparelhos hegemônicos: as forças armadas e o judiciário. Michel Foucault recorreu a dois autores dos anos 30, G. Rushe e O. Kirchheimer, para analisar a relação da sociedade e a ação dos detentores da repressão legal. Em sua interpretação, afirma ser necessário

Abandonar em primeiro lugar a ilusão de que a penalidade é antes de tudo (senão exclusivamente) uma maneira de reprimir os delitos e que nesse papel, de acordo com as formas sociais, os sistemas políticos ou as crenças, ela pode ser severa ou indulgente, voltar-se para a expiação ou procurar obter uma reparação, aplicar-se em perseguir o indivíduo ou em atribuir responsabilidades coletivas. Analisar antes os 'sistemas punitivos concretos', estudá-los como fenômenos sociais que não podem ser explicados unicamente pela armadura jurídica da sociedade nem por sua opções éticas fundamentais; recolocá-los em seu campo de funcionamento onde a sanção dos crimes não é o único elemento; mostrar que as medidas punitivas não são simplesmente mecanismos 'negativos' que permitem reprimir, impedir, excluir, suprimir; mas que elas estão ligadas a toda uma série de feitos positivos e úteis que elas têm por encargo sustentar (e nesse sentido, se os castigos legais são feitos para sancionar as infrações, pode-se dizer que a definição das infrações e sua repressão são feitas em compensação para manter os mecanismos punitivos e suas funções) (FOUCAULT, 1991, p 27).

Nesse sentido, competia aos atores envolvidos (acusados e acusadores) no acontecimento em Aquidauana executarem suas tarefas. Transferidos para o poder civil, os acusados de subversão foram em julgamento, a partir da já citada Lei 1.802 de 1953. Alguns deles, como o professor Ênio Cabral, Leonardo Nunes da Cunha, Osvaldo Sanches foram considerados como líderes incontestes da agitação subversiva. A partir dessa realidade, tais pessoas receberam atenção redobrada, ficando evidente que a justiça teria que se pronunciar condenando ou absolvendo. A intenção de condenar não foi conseguida. Ênio Cabral fora absolvido em janeiro de 1965. Clealdon Assis, Antônio Alves Ferreira, Ary Pereto, Cândido dos Santos, Sebastião do Rosário, Leonardo Nunes da Cunha tiveram suas absolvições em 30 de outubro de 1964. Benedito Eloy de Toledo foi absolvido em 27 de julho de 1964. Manfredo Metelo Inverso recebeu absolvição em 19 de janeiro de 1965.

Como se pode perceber, a função da justiça fora executada. Os papéis foram desempenhados; tudo parecia terminar bem. Em seguida

às absolvições, porém, seguiram-se as apelações ao Supremo Tribunal Federal. As apelações seriam realizadas por um novo promotor de justiça, como se o primeiro não tivesse representado sua parte no espetáculo.

No Supremo, os documentos receberam o número 1580, sendo remetidos a um relator que emitia seu parecer sobre os processos. Reiniciava-se ali uma nova batalha jurídica, em que se buscava, de um lado, a punição dos acusados e, do outro, a sua completa absolvição. O procedimento fora o de manter as absolvições. Segundo o trabalho da Arquidiocese de São Paulo,

De abril de 1964 a outubro de 1965, os atingidos pela atividade repressiva ainda tinham possibilidade de recorrer à Justiça Comum - em geral, diretamente ao Supremo Tribunal Federal (STF) - para fazer valer os seus direitos. Vale registrar que, nesse primeiro período, o STF teve coragem para tomar decisões que respeitavam as garantias contidas na Constituição Federal vigente (de 1946). Com isso, centenas de IPMs foram interrompidos por decisão dessa Corte antes de alcançarem a etapa judicial, ou travados em fases posteriores, sem atingir, a hora do julgamento (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1991, p. 169-170).

Ao se analisar o texto acima, percebe-se que, em Aquidauana, ocorreu algo diferente. Primeiramente quem recorreu ao STF foi a Promotoria, apelando de uma decisão tomada por um juiz de comarca. Certamente o ato do promotor ocorreu por pressões políticas dos líderes políticos da cidade. Fica ainda a dúvida acerca da substituição do promotor. Seria tal fato uma mera substituição burocrática? As relações de poder e o passado de Aquidauana sugerem que não.

Por fim, ao apontar as relações e os seus desdobramentos no contexto histórico de 1964 na cidade de Aquidauana, buscamos compreender as características de uma sociedade em seu contexto nacional e local. A repressão, militar e judicial, organizada e executada contra militantes de movimentos sociais na cidade fez parte de um conjunto maior, enquanto extensão do Golpe Militar. Amparado no poder disponível daqueles que controlavam o Estado e na conjuntura política externa favorável, o Golpe transformou os militares e seus ideólogos em figuras soberanas. Eles souberam como passar a falsa imagem de uma nova situação, desvinculada de qualquer passado. Para tanto, resgataram valores antigos, inseridos e em repouso nas mentalidades da sociedade brasileira, principalmente das camadas médias. Valores como os de moralidade, honestidade e anticomunismo serviram aos propósitos golpistas para vencer resistência nessa primeira fase do Golpe. Um ano após o Golpe de 31 de março, o Marechal Castelo Branco pronunciou uma série de discursos em alusão

ao acontecimento. Sua fala apontava para as conquistas “revolucionárias”, além de deixar bastante claro o quanto os militares perceberam quais eram os pontos nevrálgicos da mentalidade brasileira, em que os maiores anseios requisitavam supostas soluções. A certa altura, o Marechal parece lançar mão dos recursos da futurologia e, categoricamente, afirma

Em verdade, são raras as revoluções. A nossa história, tão marcada por agitações e rebeliões, muitas delas de extensa repercussão na vida do País, não contará mais de três ou quatro, após a Independência. Mas, quanto a estas a verdade é que, vitoriosas, não houve como fazê-la refluir, pois a História jamais anda para trás. E QUEM LANÇA VISTAS SOBRE O NOSSO PASSADO VERA ESTARMOS VIVENDO UMA DAQUELAS REVOLUÇÕES FEITAS PARA FICAREM NA LEMBRANÇA E NA VIDA DA NACIONALIDADE (grifo do autor). (Mal. Castelo Branco, 1965, p. 8 - 9).

## CONCLUSÃO

Nesse trabalho procurei apresentar relações existentes, em 1964, entre Utopia, Repressão e Justiça. Para tanto, lancei mão de processos, os famosos IPMs, e entrevistas de História Oral. O objeto de estudo relaciona-se a fatos ocorridos na cidade de Aquidauna, situada nos limites do Pantanal do Mato Grosso do Sul e próximo à fronteira com o Paraguai. Aquidauna pode ser definida como uma cidade interiorana, com todas as características de um local de que, à primeira vista, nada de novo acontece.

O desenrolar de 1964 em Aquidauna mostrou que a cidade estava sintonizada com o resto do país naqueles momentos. Deflagrado o Golpe de Estado, em poucos dias, começaram a ocorrer as prisões de pessoas ligadas aos movimentos sociais. As prisões, primeiro passo do ato da repressão, levaram para o batalhão local todos os que estiveram trabalhando junto a movimentos sociais em Aquidauna nos meses anteriores ao Golpe.

Nos seus aspectos mais amplos, 1964 e o Golpe significaram a reafirmação do Brasil na relação de dependência do mundo capitalista em seus momentos áureos do Imperialismo. A possibilidade de uma Revolução de esquerda no país somara a burguesia nacional e os setores externos interessados na manutenção do status quo. A consequência primeira foi o início da ditadura militar no país, que sobreviveu por mais de duas décadas.

Brasil afora, os movimentos sociais, com fundo político voltado para a esquerda, se viram reprimidos, muitas vezes com a violência de quem está envolvido em uma guerra. Em Aquidauna, após as prisões, iniciava-se a sessão de inquirição, em que o processo consistia em extrair a verdade dos presos. Estes, por sua vez, ao participaram de movimentos sociais, estavam reproduzindo seus valores e crenças em um mundo diferente por meio da ação pela mudança histórica. A concepção de que eram comunistas não era verdade para a maior parte deles, uma vez que pensavam estar exercendo suas condições de cidadãos.

Assim, como associar a idéia de práticas comunistas relacionadas a pessoas que se consideravam tão somente cidadãs? Os militares, em Aquidauna, acreditavam que todos os presos fossem comunistas, praticantes e ativistas do Partido na ilegalidade. As conversas e as discussões políticas, somadas aos boatos de execução e extermínio, criaram um clima tenso e ajudaram no aumento da crise local.

O choque ocorrido em 1964 deu-se entre duas grandes utopias. Uma,

em plena experiência, fruto do desenrolar da história humana, a Utopia Capitalista, que não admitia, por meio de seus defensores, ceder seu espaço para outra idéia de mundo. A outra, a Utopia Comunista, fundamentada no marxismo, colocava-se como a possibilidade de uma nova sociedade mais justa, sem desigualdades sociais. Produto de reflexões históricas, estava em experiência na União Soviética.

A repressão, em consequência do Golpe que inaugurara um governo autoritário no Brasil, submeteu os agentes da Utopia Comunista. A partir daí, o Estado autoritário fez com que essa utopia fosse reprimida e seus propagadores levados ao cárcere, sofrendo censuras, torturas e, muitas vezes, o extermínio físico. A justiça era colocada a serviço da repressão, mostrando que o Estado estava, definitivamente, sob controle das forças políticas, representadas pelos militares, que dominavam o poder no País.

O Golpe Militar de 31 de março de 1964 reafirmou o poder da burguesia do país, dando nova ênfase à utopia mantenedora das expectativas da classe dominante brasileira. Em um mundo conflituoso, em que as utopias tinham cada vez mais espaço, o Comunismo como utopia cresceu e aparentemente se instalaria no Brasil, especialmente para as lideranças políticas e intelectuais de esquerda. A contra-utopia, ou a Utopia Capitalista, defendeu-se e demonstrou o quanto possuía de penetração nas mentalidades.

Aquidauana fez parte desse embate utópico como pequeno núcleo. O acontecimento localizado permite ver o quanto 1964 foi complexo e quanto a Utopia Comunista vista, pelo outro lado, fora mistificada. O confronto envolveu mais que ações cotidianas, trazendo para o plano político anseios e desejos longamente construídos e localizados na mentalidade do ser humano. Desejos e aspirações de uma nova sociedade têm lugar garantido em todas as utopias, que podem receber qualquer designação, mas que representam, sobretudo, a crença no futuro a ser construído.

A utopia é conceito comum a todas as sociedades, mudando-se apenas a sua forma de realização. Para alguns ela é idealizada, para outros é elaborada.

Compreender o papel da Repressão, da Justiça e da utopia no meio de um acontecimento como o Golpe de 1964, significa repensar o passado. A interpretação é versão do acontecimento construída sobre uma reflexão marcada por consequências e resultados do passado. Acreditamos na História, não como passado, mas como reflexão interpretativa de experiências humanas no passado. 1964 deixou marcas profundas na cultura política brasileira e, quando associado às características locais, como em Aquidauana, notamos que o passado influencia bastante as ações do presente.



## **LISTA DE FONTES**

### **INQUÉRITOS POLICIAIS-MILITARES**

- Adônis Gonçalves
- Antônio Alves Ferreira
- Bartolomeu Gomes
- Benedito Eloy Vasco de Toledo
- Cândido dos Santos
- Clealdon Alves de Assis
- Ênio de Castro Cabral
- Ery José Pereto
- João Batista do Rosário
- João Soares
- José Maria Martinez Freixes
- Leonardo Nunes da Cunha
- Manfredo Metelo Inverso
- Militão Ribeiro
- Osvaldo Jacques Sanches
- Rubens Nunes da Cunha
- Sebastião de Oliveira

Observação: As acusações contra Clealdon Alves de Assis, Antônio Alves Ferreira, Ery José Pereto, Cândido dos Santos, Sebastião de Oliveira, Osvaldo Jacques Sanches, João Soares, João Batista do Rosário, Leonardo Nunes da Cunha, José Maria Martinez Freixes e Rubens Nunes da Cunha estão contidas em um só processo de IPM.

### **ARTIGOS**

#### **REVISTA BRASIL-OESTE**

Números: 37, 48, 50, 52, 62, 67, 79, 80, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 95, 104, 105 e 112.

#### **JORNAL FOLHA DA TARDE**

Números: 1693, 1697, 1706, 1707, 1709, 1710, 1711, 1714, 1715, 1716, 1717 e 1718.

## LEIS

Lei nº 1.802 - de 5 de Janeiro de 1953.

## CENSO

Censo populacional IBGE 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

Censo Agrícola, agropecuário e outros de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

## ENTREVISTAS

Ênio de Castro Cabral, Clealdon Alves de Assis, Heliophar de Almeida Serra e Osvaldo Jacques Sanches.

### INDICIADOS EM IPMs E JUSTIÇA CIVIL 1964

NOME	IDADE	PROFISSÃO	ACUSAÇÃO
Benedito Eloy Vasco de Toledo	35	Advogado	Transg. Art. 9 e 10 da Lei 1.802
Manfredo Metelo Inverso	53	Ferroviário	Transg. Art. 9 e 10 da Lei 1.802
João Batista do Rosário	60	Comerciante	Transg. Art. 9, 10 e 11 da Lei 1.802
Sebastião de Oliveira	25	Pintor	Transg. Art. 9, 10 e 11 da Lei 1.802
Cândido dos Santos	55	Lavrador	Transg. Art. 9, 10 e 11 da Lei 1.802
Ênio de Castro Cabral	44	Professor	Transg. Art. 9, 10 e 11 e 12 da Lei 1.802
Clealdon Alves de Assis	37	Piloto Civil	Transg. Art. 9, 10 e 11 da Lei 1.802
João Soares	51	Pescador	Transg. Art. 9, 10 e da Lei 1.802
Osvaldo Jacques Sanches	41	Comerciante de Gado	Transg. Art. 9, 10 e 11 da Lei 1.802
Adônis Gonçalves	25	Vereador PTB	Transg. Art. 9, 10 e da Lei 1.802
Antônio Alves Ferreira	35	Eletricista e Rádio-Técnico	Transg. Art. 9, 10 e da Lei 1.802
Leonardo Nunes da Cunha	28	Advogado	Transg. Art. 9, 10 e 11 e 12 da Lei 1.802
Rubens Nunes da Cunha	27	Médico	Transg. Art. 9, 10 e 11 e 12 da Lei 1.802
Ery José Pereto	33	Motorista	Transg. Art. 9, 10 e 11 e 12 da Lei 1.802

## INDICIADOS EM IPMs E JUSTIÇA CIVIL - 1964

NOME	IDADE	PROFISSÃO	ACUSAÇÃO
José Maria Martinez Freixes	35	Comerciante	Transg. Art. 9, 10 e 11 e 12 da Lei 1.802
Benedito Eloy Vasco de Toledo	35	Advogado	Transg. Art. 9 e 10 da Lei 1.802
Manfredo Metelo Inverso	53	Ferroviário	Transg. Art. 9 e 10 da Lei 1.802

## PRINCIPAIS TESTEMUNHAS DOS IPMs E JUSTIÇA CIVIL 1964

NOME	IDADE	PROFISSÃO
Antônio Pace	52	Proprietário
José de Castro	48	Vice-Prefeito
Pedro Nogueira	54	Funcionário Público
Ênio Cabral	44	Professor
José Manoel F. Fragelli	48	Advogado - Fazendeiro
João Batista do Rosário	60	Comerciante
Edson Nogueira Paim	35	Capitão - Dentista
Carlos Moacyr da Conceição	54	Delegado de Polícia
Fernando Luiz Alves Ribeiro	45	Prefeito - Fazendeiro
Manuel Aureliano da Costa Filho	63	Creador
Antônio Guerra	54	Comerciante
Nilo Pereira da Rocha	39	Comerciante
Luciano Gonçalves	20	Cabo - rádio-técnico
Laurinho da Silva	56	Lavrador
Claudemiro Nunes da Cunha	40	?
João Jorge Carneiro	44	Diretor Escola
José Carlos Nery	20	Estudante
Sebastião de Oliveira	25	Pintor
Eustórgio de Andrade Brito	49	?
Roberto Scaff	28	Comerciante
Orides Dias Barbosa	24	Piloto - Mecânico de Avião
Roberto Ortega Stonis	22	Piloto civil
Lélio Scaffa	34	Pecuarista
Inácio Pereira Ramos	22	Comerciário
Hipólito Quelho	34	Comerciante

## INDICIADOS E TESTEMUNHAS NOS IPMs E JUSTIÇA CIVIL 1964

INDICIADOS	TESTEMUNHAS
Benedito Eloy Vasco de Toledo	Antônio Pace José de Castro Pedro Nogueira Ênio de Castro Cabral José Manoel F. Fragelli João Batista do Rosário Edson Nogueira Paim
Manfredo Metelo Inverso	Antônio Pace Carlos Moacyr da Conceição Arsênio Serrou Camy Manoel Aureliano da Costa Fº Fernando Luiz A. Ribeiro Alvaro Dias Arlindo Francisco de Almeida João do Rosário Ênio Cabral
João Batista do Rosário	Antônio Guerra Nilo Pereira da Rocha Antonio Pace Carlos Moacyr da Conceição Arsênio Serrou Camy Fernando Luiz A. Ribeiro Manuel Aureliano C. fº
Sebastião de Oliveira	Carlos Moacyr da Conceição Arsênio Serrou Camy Fernando Luiz A. Ribeiro Luciano Gonçalves Lauriano da Silva
Cândido dos Santos	Fernando Luiz A. Ribeiro Luciano Gonçalves Lauriano da Silva
Leonardo Nunes da Cunha	Antônio Guerra Nilo Pereira da Rocha Antônio Pace Carlos Moacyr da Conceição Arsênio Serrou Camy Fernando Luiz A. Ribeiro Roberto Scaff
Rubens Nunes da Cunha	Antônio Pace Arsênio Serrou Camy Fernando Luiz A. Ribeiro Roberto Scaff
João Soares	Antônio Pace Carlos Moacyr da Conceição Fernando Luiz A. Ribeiro

Osvaldo Jacques Sanches	Nilo Pereira da Rocha Arsênio Serrou Camy Carlos Moacyr da Conceição Fernando Luiz A. Ribeiro Luciano Gonçalves
Adonis Gonçalves	Carlos Moacyr da Conceição Fernando Luiz A. Ribeiro
Antônio Alves Ferreira	Luciano Gonçalves
Enio de Castro Cabral	Claudemiro Nunes da Cunha João Jorge Carneiro José Carlos Nery Sebastião de Oliveira Eustórgio de Andrade Brito Antônio Pace Carlos Moacyr da Conceição Arsênio Serrou Camy Fernando Luiz A. Ribeiro Antônio Guerra Nilo Pereira da Rocha Luciano Gonçalves Lauriano da Silva Roberto Scaff Manoel Aureliano da C. Filho
Ery José Pereto	Antônio Guerra Nilo Pereira da Rocha Carlos Moacyr da Conceição Arsênio Serrou Camy Luciano Gonçalves Lauriano da Silva
José Maria Martinez Freixes	Nilo Pereira da Rocha Antônio Pace Carlos Moacyr da Conceição Arsênio Serrou Camy Fernando Luiz A. Ribeiro Inácio Pereira Ramos Hipólito Quelho

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *História oral; a experiência do CDPOC*. Rio Janeiro: Ed.FGV, 1990.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

ARIÉS, Philippe. *O tempo da História*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

- AZEVEDO, Israel Belo de. *O prazer da produção científica: Diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos*. 2. ed. Piracicaba: Unimep, 1993.
- BARROS, Edgar Luiz de. *O Brasil de 1945 a 1964*. São Paulo: Contexto, 1990.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República (1961-1967)*. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1987 (Obras escolhidas).
- BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *Canto de Morte Kaiowá; história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade; Lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiróz/Edusp, 1987.
- BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- BURKE, Peter (org.) *A escrita da história; novas perspectivas*. São Paulo: Edunesp, 1992.
- CALLADO, Antônio. *Bar don Juan*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma introdução à História*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARVALHO, Nanci Valadares de (org.) *Trilogia do Terror. A implantação: 1964*. São Paulo: Vértice, 1988.
- CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discursos*. Brasília. Secretaria de Imprensa, 1965.
- COELHO NETO, José Teixeira. *O que é Utopia*. 8 ed. São Paulo: 1989.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. *História oral; Teoria e técnica*. Florianópolis: UFSC, 1978.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1989-1943)*. São Paulo. Tese (Doutorado em História), FFLCH, Universidade de São Paulo, 1981.
- CORRÊA, Valmir Batista & CORRÊA, Lucia Salsa. *História e historiografia de uma região*. Corumbá : [s. ed],. 1985.
- D'ARAÚJO Maria Celina et al (ints. e orgs). *Visões do Golpe; a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

- DE DECCA, Edgar Salvadori. Memória e cidadania. In: *Congresso internacional 'Patrimônio histórico e cidadania*. 1991. São Paulo. ANAIS... São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. 8 p.
- DIAS, Luiz Antonio. *O poder da imprensa e a imprensa do poder: A folha de São Paulo e golpe de 1964*. Assis. Dissertação. (Mestrado em História). FCL. Universidade Estadual Paulista, 1993.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: EdFGV., 1994.
- FERREIRA, Mário e NUMERIANO, Roberto. *O que é Golpe de estado*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964; Discurso e Ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. Apresentação. In: DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil Colonial*. São paulo: Brasiliense, 1994.
- FREIRE, Roberto, BRITTO, Fausto. *Utopia e Paixão; a política do cotidiano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- HABERMAS, Jurgen. A nova intransparência. A crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos estudos Cebrap*. São Paulo, Nº 18, p. 103-114, setembro, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990
- IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- \_\_\_\_\_. *A formação do estado populista na América Latina*. São Paulo: Ática, 1989.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: EdUNICAMP, 1992.
- MACIEL, Luiz Carlos. *Anos 60*. Porto alegre: L&PM, 1987.
- MAROTTA, Cláudia O. de A. *O que é história das mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MARX, Kark & ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Vol. 2 São Paulo: Alfa-ômega, [s.d].

MATOS, Carlos de Meira. Participação de Cuiabá na Revolução de 31 de março. In: MENDONÇA, Rubens de. *História das revoluções em Mato Grosso*. Goiânia: Rio Bonito, 1970.

MANHEIN, Karl. Utopia. In: NEUSSUS, Arnhelm (org.) *Utopia*. Barcelona: Barral, 1971.

MENEGAZZO, Maria Adélia. *Alquimia do verbo e das tintas nas poéticas de vanguarda*. Campo Grande: CECITEC/UFMS, 1991.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Lembranças de um aluno mal comportado. In: *Tópicos educacionais*. Recife, v. 9, nº 1/2, 1991.

\_\_\_\_\_. *História oral: Caminhos e descaminhos*. [s.l.], [s. ed.], [s.d.].

\_\_\_\_\_. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1989.

MORUS, Thomas. *A utopia*. São Paulo: Atena, [s.d.].

NEVES, Joana. *A fundação de Aquidauana e a ocupação do Pantanal: civilização e dependência*. São Paulo. Dissertação. (Mestrado em História), FFCLH, Universidade de São Paulo, 1980.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de et. al. *As forças armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1987.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v.2, nº 3, p. 3-160, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro. v. 5, nº 10, p. 129 - 280, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRIORE, Mary Del. *Festas e utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PROGRAMA do 5º Encontro Regional de Estudantes de História do Centro-Oeste. Aquidauana: Mimeo., 1987. [Histórico de Aquidauana escrito por Paulo Roberto Cimó Queiróz].

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro; os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.



- ROBBA, Cláudio. *Aquidauana ontem e hoje*. Campo Grande: Tribunal de Justiça, 1992.
- ROUQUIÉ, Alain (coord.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, [sd.].
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SERRA, Heliophar. *A fascinante natureza humana*. Aquidauana: [s. ed.], 1991.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- SILVA, Hélio. *O poder militar*. 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio e Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- TOLLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o Golpe de 64*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 2. ed. Brasília: EdUNB, 1992.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. *A pesquisa em história*. 2ª ed., São Paulo: 1991.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1991.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.



**TRIUNFAL**  
GRÁFICA & EDITORA

*Diagramação, Impressão e Acabamento*

**Triunfal Gráfica e Editora**

Rua José Vieira da Cunha e Silva, 920/930/940 - Assis/SP  
CEP 19800-141 - Fone: (18) 3322-5775 - Fone/Fax: (18) 3324-3614  
CNPJ 03.002.566/0001-40